

Universidade de Lisboa



**O Ensino durante o Estado Novo em Portugal:
O papel do professor**

Vanda Maria de Bragança Serrão

Mestrado em Ensino da História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

Relatório de Prática de Ensino Supervisionada orientado pelo Professor Doutor Miguel Maria
Santos Corrêa Monteiro

2018

ÍNDICE

I parte	V
Dedicatória	IX
Agradecimentos.....	XI
Resumo:.....	XIII
Abstract:	XV
II Parte.....	I
Introdução	1
III Parte.....	3
Enquadramento teórico	5
O Ensino no Estado Novo em Portugal.....	7
Uma escola a bem da Nação	8
Legitimar o regime através da educação	9
A missão do professor	10
Características da acção educativa da o Estado Novo.....	11
O controlo do Estado sobre os professores	12
O que o professor deveria transmitir aos discentes?	13
As reformas educativas	15
O projeto ideológico do Estado Novo	17
A base do discurso pedagógico do Estado Novo	22
A importância dada à História e ao seu ensino	24
O Estado Novo e a família	28
A ideia de Deus	29
O culto dos heróis nacionais.....	32
Outros pilares da legitimação do Regime.....	35
Como surgiu a Mocidade Portuguesa?.....	35
A farda da Mocidade Portuguesa	40
A ESTRUTURA ORGÂNICA DA MOCIDADE PORTUGUESA	41
O Boletim Escola Portuguesa.....	46
Os modelos de aprendizagem seguidos por Jean Piaget e Jerome Bruner	49
Biografia de Jean Piaget.....	51
O construtivismo	54

Biografia de Jerome Bruner	57
O cognitivismo	61
IV parte.....	65
A TERRA E A ESCOLA	67
A terra.....	67
A Escola	70
A Escola e a sua caraterização e organização	71
A turma.....	72
Caracterização da Turma – 12ºAno LH (Línguas e Humanidades)	72
Resultados dos questionários	73
V Parte.....	77
As aulas observadas e lecionadas.....	79
O primeiro contacto coma escola	79
As aulas observadas	79
A unidade a lecionar.....	99
“Portugal: Estado Novo.....	101
As aulas lecionadas	113
A aula do dia 21 de novembro de 2017.....	113
A aula de 22 de novembro de 2017.....	115
A aula de 27 de novembro de 2017.....	116
Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico	119
A aula do dia 8 de janeiro de 2018.....	119
A aula do dia 9 de janeiro de 2018.....	123
INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS E ÁREAS DE AÇÃO DA ONU	125
A aula do dia 11 de janeiro de 2018.....	126
VI Parte	133
Aplicação prática letiva da temática central do relatório	135
Conclusão	139
Considerações finais.....	141
Bibliografia	143
Webgrafia.....	144
Índice de Figuras	147

I PARTE

*A história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da
memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos.*

Cícero, De Oratore

DEDICATÓRIA

A si, meu pai que tantas vezes ficou junto a mim, ora obrigando – me a estudar, ora orientando – me em todos os meus trabalhos.

A si, meu pai que um dia prometeu que faria de mim uma mulher com «M» grande, espero não o ter desiludido! Foi com muita luta, sacrifícios e dor que empreendi esta caminho para te fazer cumprir a tua promessa.

Não esqueço a minha mãe, que certamente, nesta hora, lá no cantinho que Deus lhe reservou no Céu, estará a olhar para mim com os olhos repletos de orgulhosas lágrimas.

Sonhei um dia ser professora de História!

Deram – me as tintas, os pincéis e ensinaram – me a pintar o meu sonho!

Hoje está cumprido!

Tanto a si como à minha mãe, só tenho a palavra mais importante que ela me ensinou: “Obrigada”

E a ti minha querida filha, Ana Catarina, que foste desejada com muito amor, foi, também por ti que empreendi esta jornada.

AGRADECIMENTOS

É com muita satisfação, que chegada a hora final desta caminhada, e com muito orgulho que agradeço a todos os docentes que nela me auxiliaram

Aos Prof^s Miguel Corrêa Monteiro e Joaquim Pintassilgo, em especial, que me possibilitaram virar mais uma página na minha vida, com toda a compreensão paternal de professores, mostrando – se disponíveis para ajudar a superar as dificuldades que se foram colocando ao longo desta caminhada e partilhando a sua doura experiência.

Não quero, nesta hora esquecer os Professores da Escola Secundária de Coruche (minha tão bem amada terra), em especial, a Prof^a Cristina Alfaiate, a Dr.^a Rosário Freitas, Dr. Américo Dias, Dr. Hélder Rodrigues e o Dr. Sérgio Rodrigues,

O meu bem-haja a todos.

Resumo:

O presente relatório tem como tema central “O Ensino durante o Estado Novo em Portugal”.

Pretendo aqui mostrar alguns aspetos deste durante este período da História de Portugal, desde de o papel do professor nesta época, como o ensino estava ao serviço dos ideais do Estado e quais os mecanismos de que se servia para transmitir as suas ideias, como por exemplo, o “Boletim Escola Portuguesa”, a “Mocidade Portuguesa”, a propaganda junto das camadas mais jovens da população, entre outros aspetos.

Neste relatório serão também apresentadas duas teorias sobre o processo de aprendizagem: a teoria de Jean Piaget, o construtivismo; e a teoria de Jerome Bruner, o cognitivismo.

Apresentarei, também, os planos de aulas e respetivos comentários sobre as aulas que lecionei e farei um breve apanhado das aulas que assisti, durante a Prática de Ensino Supervisionada (PES).

Palavras chave: Estado Novo; Crises; Tensões políticas; Nascimento de um novo quadro geopolítico; Construtivismo; Cognitivismo

Abstract:

This report is about “O Ensino durante o Estado Novo em Portugal”. I would like show the several aspects about it since the teacher’s rol during this time. How the teaching was on duty of the Estado Novo’s ideas and which were the mechanisms that it had, in order to pass its ideas, such as “Boletim Escola Portuguesa”, “Mocidade Portuguesa”, a propaganda among the young people.

In this report, I will show two theories about learning; Jean Piaget’s theory, the constructivism and Jerome Bruner’s theory, the cognitivism.

I will present planes and their comments, about the several classes I had gave, such as a summary about the classes that I have assisted during Prática de Ensino Supervisionada.

Key Words: New State; Political tensions; Birth of a new geopolitical framework, Constructivism and Cognitivism

II PARTE

INTRODUÇÃO

Em algumas linhas, pretendo fazer um relato sobre a escola onde estive a fazer a prática de ensino supervisionada, na Escola Secundária da Baixa da Banheira, no conselho da Moita, distrito de Setúbal, da caracterização da turma onde exerci esta prática, de como decorreram as aulas observadas e lecionadas, dos temas que lecionei, o ponto 2.5, “Portugal: o Estado Novo”, inserido no ponto 2 “O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30” do módulo 7 do Programa de História A do 12º ano, “Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do séc. XX”, sobre esta irei aprofundar um pouco mais, uma vez que será a temática central do meu relatório final e, a temática que versa sobre o ponto 1. 1, “A reconstrução do pós-guerra”, que se insere no ponto 1, “Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico”, do módulo 8 do Programa de História A do 12º ano, “Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao início da década de 80 – opções internas e contexto internacional”, bem como a maneira como as preparei.

O presente relatório divide – se em 6 partes interligadas.

Da I parte constatará a Dedicatória, os agradecimentos e o resumo. A II parte será constituída por esta introdução, seguida da III parte onde constará o enquadramento teórico do tema central deste relatório – “O Ensino durante o Estado Novo em Portugal”, assim como uma abordagem aos modelos pedagógicos de Jean Piaget e Jerome Bruner. Na IV parte, farei uma caracterização da Escola Secundária da Baixa da Banheira, o seu enquadramento na terra, assim como uma caracterização da turma. A V parte será dedicada ao relato das aulas assistidas e observadas, na qual será inserida uma exposição concisa dos temas que lecionei. Este relatório será encerrado, na VI parte com a apresentação de uma proposta de aplicação letiva da temática central, atrás referida e será encerrado por uma conclusão sobre o que foi exposto, pelas considerações finais, pela bibliografia e Webgrafia e pelo índice das imagens

III PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O ENSINO NO ESTADO NOVO EM PORTUGAL

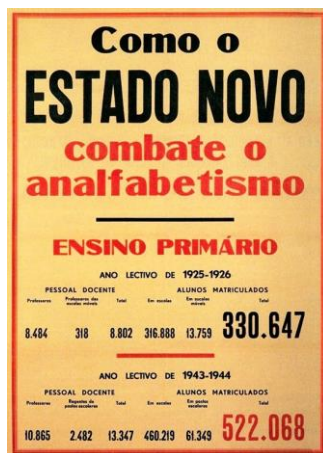


Figura 1 Cartaz alusivo à campanha de combate ao analfabetismo empreendida pelo Estado Novo

Antes de fazer a abordagem à temática atrás proposta, seria de bom grado ter uma breve visão da evolução do ensino desde da instauração do Estado Novo até aos nossos dias.

A partir do golpe militar de 28 de maio de 1926, que pôs fim à 1ª República, originando uma passagem de um regime democrático para, primeiro uma ditadura militar e depois para uma ditadura de orientação civil, que ficaria conhecida na História de Portugal como *Estado Novo*, o ensino irá conhecer grandes alterações, principalmente a nível ideológico. De uma escola democrática e leiga, voltada para formação de bons cidadãos, capazes de pensarem por si próprios, com o propósito de fazer progredir a Nação, o Estado Novo irá criar, aquilo a que se chamaria a “escola nacionalista”, com o fim de formar cidadãos submissivos e obedientes

UMA ESCOLA A BEM DA NAÇÃO



Figura 2 Liceu Nacional Sá da Bandeira

Desde os finais do séc. XIX que as elites políticas, tomaram consciência de quão poderoso poderia ser o papel da escola primária na formação de uma consciência nacional. Eric Hobsbawam apresenta a escola primária, como se fosse um cartaz publicitário a que os Estados recorriam para passarem às populações as suas mensagens e transmitirem a imagem e a herança da Nação. À escola competiria o desenvolvimento de ações tendentes ao estabelecimento de vínculos entre as crianças e a Nação, utilizando para tal, símbolos referenciais, como a bandeira e o hino nacional, entre outros, no intuito de construir a identidade nacional. Maria Cândida Proença faz alusão ao fato de a escola desempenhar uma ação importantíssima na formação de representações que constituem um elemento essencial da imagem que um povo faz de si próprio. Além do contexto familiar, é na escola que se inicia o processo de socialização da criança, que é preparada para o exercício da cidadania. Maria Isabel João apresenta uma imagem da escola como uma influente fábrica de cidadãos nacionais, advogando que a aprendizagem da História e da Geografia permitiria à criança adquirir os conhecimentos básicos necessários para que pudesse adquirir uma consciência nacional. Consciente desta questão vital, o aparelho

ideológico do Estado Novo, formulará e difundirá, sobretudo através da criação do Secretariado de Propaganda Nacional, em 1933, um programa de *política do espírito* servindo – se da escola primária como um dos principais agentes ideológicos.

Segundo Fernando Rosas, o período compreendido entre a instauração da Ditadura Militar e o início do Estado Novo é um período que pode ser caracterizado pelo início do desmantelamento do liberalismo e pela instauração de um regime autoritário, antiparlamentar e corporativo, que irá culminar com estabelecimento do Salazarismo, feito à custa de repressões e de concessões às várias facções que apoiaram o movimento militar de 28 de maio de 1926. Os mentores do Estado Novo procuraram desde do início dar um sentido ao regime baseado num sistema de representações expresso por significados e valores.

Os discursos ideológicos produzidos no contexto do poder político transmitem um conjunto de crenças orientadas para a ação, apresentando um conjunto de normas de conduta e de motivações (Eagleton, 1999, p. 55). A crença do regime fundou – se ao nível da força das palavras, que Pierre Bourdieu (2001, p. 15) chamou de poder simbólico, o poder de construir o fato pela asserção da palavra, de ver, fazer, crer. O discurso nacionalista produzirá a imagem de um sistema unitário e integrador, construído em torno da ideia de Nação, e esboçará a imagem de um sistema unitário e integrador, centrado na ideia da Nação e, dará uma imagem homogénea do aparelho político, ocultando as divisões existentes entre as diversas facções que apoiaram o movimento responsável pela instauração da Ditadura Militar. Aprovisionará uma visão globalizante que através da construção de uma identidade nacional se consolidará num espaço próprio, Portugal e o seu império, e num tempo histórico que fará a ligação do passado ao presente e se projetará para o futuro.

LEGITIMAR O REGIME ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

O princípio do nacionalismo é usado como teoria legitimadora da política do Salazarismo, permitirá uma visão unitária das dimensões nacional e política que se circunscrita ao Estado – Nação (Gellner, 1993, p. 11). Anthony Smith (1997, p. 10) o nacionalismo, enquanto movimento ideológico, deverá estar conectado com a construção de uma identidade nacional, que deverá ser vista como um fenómeno cultural e coletivo.

A escola primária e os meios de comunicação, que desde dos finais do séc. XIX, eram os meios privilegiados pelos Estados para transmitir às populações a imagem e a herança de uma Nação. Os meios de comunicação, que começam a desenvolver – se, nesta época, os jornais, a radio e a televisão (em Portugal, só um pouco mais tarde) servirão de veículo para a expressão da identidade nacional, pois permitiam a apresentação de discursos ideológicos uniformizados, que são comunicados com o propósito deliberado de fazer propaganda ao Estado (Hobsbawm, 2004, pp. 129 – 136). A Direção Geral do Ensino Primário emitirá um boletim “Escola Portuguesa” para transmitir a imagem do projeto nacionalista do Estado Novo aos professores primários e estes, por sua vez deveriam transmitir – la aos seus alunos e á comunidade local.



Figura 3 A missão do Professor

A missão do professor

O professorado ficava incumbido de uma missão política no meio local, determinada pela Tutela e em situações muito concretas, e especialmente nas vésperas das eleições legislativas, propagandeavam aquilo a que se chamava os “progressos materiais” do Estado Novo.

O discurso nacionalista, em Portugal, era uma ideia que se vinha a desenvolver desde finais do séc. XIX, tendo sido pelos republicanos, apesar de se revestir de um caráter laico e democrático, e o Estado Novo apropriou – se desta. Neste período, esta irá suportar – se em valores defendidos anteriormente, como acontecimentos e figuras do passado histórico português, incidindo sobretudo nas temáticas da missão civilizadora e evangelizadora da defesa do Império. Estes argumentos foram utilizados pelo regime para justificar a individualidade da Nação portuguesa. O Estado identifica – se com a nação e apresenta – se como um movimento de ressurgimento nacional, construindo uma nova versão do tradicionalismo português (Catroga, 1988, p. 264). A legitimação do poder

político e a necessidade de reforçar os elos identitários dos portugueses com o Estado valeu – se de práticas memoriais, essenciais para a construção da memória social e serão um pilar basilar da legitimação do poder político (Cunha, 2001, p.27). O Estado assume – se, também como elemento integrador da identidade do indivíduo, reforçando os seus laços identitários com a Nação, que une os portugueses, rejeita o individualismo que marcou o período liberal, e promove a identificação de cada indivíduo com a comunidade nacional. Este conceito permitirá a sua inscrição num tempo histórico. A construção de um projeto ideológico nacionalista, elaborado em torno da figura de um chefe virá, certamente a influenciar o ensino da História na sua formulação e implementação. Como Maria Cândida Proença salientou (2000, p. 7), a partir do período liberal, o ensino da História começou a ser visto como um elemento imprescindível ao desenvolvimento de uma educação nacionalista. Assistir – se – á a uma ocupação relevante do ensino da História, em especial no período entre 1934 e 1946, como se verificou nos boletins “Escola Portuguesa”, nos quais figuram acontecimentos e personagens do passado histórico português que contribuía para a consolidação do programa político – ideológico do Estado Novo.

Características da acção educativa da o Estado Novo

O período de tempo compreendido entre o início da Ditadura Militar e o ano de 1936, conhecerá vários Ministros da Educação. Vai -se caracterizar por uma acção educativa de desmantelamento da escola republicana e das suas práticas educativas.

Durante este período criou- se, através do Decreto – Lei nº 22369, de 30 de março de 1933, o boletim “Escola Portuguesa”, sob a égide do Ministério de Cordeiro Ramos.

Cordeiro Ramos tinha uma política educativa que se podia identificar bastante com o pensamento pedagógico e político de Salazar (Gameiro, 2012, p.92). É este Ministro que vai introduzir no ensino as reformas que visavam a erradicação total do sistema educativo republicano. Fortemente influenciado pela política educativa alemã (Ramos, 1937), vai implantar um projeto de formação de um “novo homem” de cariz autoritário. Para concretizar esta acção, irá proceder a uma remodelação do Ministério, nomeadamente os serviços de administração, orientação e inspeção, criando um conjunto

de burocratas “disciplinados e disciplinadores” que atuavam como divulgadores das ideias do regime. O principal objetivo do Decreto – Lei nº 22369 consistia em assegurar uma orgânica administrativa que fomentasse a prática de um ensino primário orientado pelas “exigências nacionais” impostas pela Revolução de 28 de maio de 1926.

O controlo do Estado sobre os professores

O controlo do Estado sobre os professores aumenta no período da Ditadura e intensifica – se na década de 30, com a consolidação do Estado Novo. A partir de 1933, o Estado não vai admitir que os professores tenham uma organização de defesa dos seus interesses, como salientou Maria Filomena Mónica (1978).

Segundo o Professor António Nóvoa (1992), durante este período vai – se assistir a uma desvalorização e desqualificação dos professores, marcada pela criação dos regentes escolares. Esta medida será justificada por um discurso político de contenção orçamental, equiparando a nível salarial os professores e os regentes, gerando – se assim uma polémica que os opunha (Pinheiro, 1997).

O desmantelamento do sistema de ensino republicano passará ainda por uma forte ação disciplinadora da conduta e das práticas educativas dos professores do ensino primário, promovendo – se a doutrinação ideológica e cerceando – se a sua capacidade interventiva, e até crítica expressa anteriormente em periódicos sobre o ensino e educação. Esta atuação autoritária e repressiva do Ministério é também visível, ainda que de forma indireta, nas práticas dos professores da Escola do Magistério Primário de Lisboa.

O melhor processo para controlar as práticas escolares seria através de ações inspetivas por todo o país, no entanto, o número limitado de inspetores e as suas visitas rápidas e irregulares às escolas, o que pôs em causa a eficácia deste processo (Mónica, 1978, p. 167). Esta prática de inspeção manteve – se até meados da década de 1990, atualmente os inspetores recebem formação, atuam em equipas, demoram – se entre cinco a dez dias em cada agrupamento e esta passou a ser periódica.

Maria Filomena Mónica (1978, p. 169) advoga que a criação da “Escola Portuguesa” é entendida como um meio de exercício de uma ação disciplinadora,

mediante o doutrinamento pedagógico e ideológico do professorado, sendo muitos dos seus textos da responsabilidade dos inspetores orientadores. Este periódico vai ser o principal veículo de orientação e doutrinação do professorado do ensino primário, procurando – se quebrar o isolamento dos professores das zonas rurais e colmatar a falta de formação dos regentes escolares. A formação pedagógica dos professores rurais, que tinha sido assegurada pelo Estado, entre 1919 e 1930 e a partir do ano letivo de 1930/1931, sofrerá uma simplificação da formação dos futuros professores nas escolas que passaram a designar – se de Magistério Primário (Adão e Leote, 2006.p. 81). As escolas do Magistério Primário irão ser encerradas entre 1936 e 1942 sob o pretexto da existência de um número excessivo de professores primários no país.

Os textos deste período, apesar de visarem a orientação e o aperfeiçoamento científico e profissional dos professores, revestiam – se também de um carácter político – ideológico. Maria Isabel João (2002, p. 613) alude para o fato de que estes discursos pedagógicos terem tido objetivos formativos mais vastos do que o discurso político.

O boletim “Escola Portuguesa” tinha como objetivo fazer com que os professores se identificassem com as políticas educacionais do regime, orientando – os para práticas pedagógicas consensuais com os seus ideários. Os professores primários das zonas rurais eram o seu maior alvo. O Ministério teve consciência de que era necessário preparar agentes do ensino primário formados “num espírito rural” e que se adaptassem ao meio em que estavam a lecionar(Escola Portuguesa, 2 de dezembro de 1937), tendo em atenção que a Tutela apontou a falta de preparação destes como a principal razão para situações de abandono do seu posto no decorrer do ano letivo, a existência de um elevado número de faltas às atividades letivas ou ainda para a não aceitação em permanecer na mesma escola durante dois anos letivos consecutivos.

O que o professor deveria transmitir aos discentes?

A maioria dos textos que figuravam nestes boletins dirigia – se aos professores dos meios rurais, realçando o seu papel enquanto modelo de conduta da população local. As lições de didática das várias disciplinas, a planificação de exercícios de observação e de comparação, recorriam a exemplos do trabalho agrícola e da estrutura da propriedade

no espaço rural, não se encontrando nenhum exemplo relativo à vivência urbana ou atividades profissionais ligadas a este meio. Não nos podemos esquecer que o regime do Estado Novo era um regime conservador, baseado numa forte inspiração cristã, repudiava qualquer construção ideológica que promovesse a industrialização e a modernidade urbana, fonte de todos os vícios que poderiam levar a perda da profunda maneira de ser do povo português.

Era através deste boletim que também se divulgavam as informações de caráter profissional, como por exemplo, sobre os concursos ou licenças, as circulares e notas oficiais do Ministério. A sua publicação era considerada como o meio de informação suficiente para o seu conhecimento e cumprimento. As ações de inspeção do Ministério conferiam se nas salas de aula existia o último número da “Escola Portuguesa”, o que fazia com que este periódico se revestisse com o estatuto de canal privilegiado de comunicação entre o Ministério e o professorado, como defendem os Professores Pintassilgo e Lume (2000, pp. 4 – 5).

A imagem do professor primário transmitida, neste periódica, aponta para uma valorização da sua atividade pedagógica. É criada uma visão mística da sua profissão, enquanto apóstolo de almas, com o propósito da sua integração no projeto educativo e político do regime e da sua ação propagandista. O professor é visto como um semeador da seara da Revolução Nacional (Escola Portuguesa, 19 de dezembro de 1935, p.81). Era ao professor que competia a tarefa de modelação das almas das crianças e das suas famílias no espírito nacionalista. Esta imagem entrava em contradição com as medidas de desvalorização impostas pela legislação em vigor.

A nomeação de Carneiro Pacheco para Ministro de Instrução Pública, a 18 de janeiro de 1936, marca o início de uma nova face da política educativa do Estado Novo. O Ministério vai sofrer uma remodelação e passa a ser designado por Educação Nacional, consolidando – se assim um projeto pedagógico e político de uma “escola portuguesa e política”, conivente com o programa de ressurgimento e exaltação nacional.



Figura 4 Escola do sexo feminino



Figura 5 Escola do sexo masculino

As reformas educativas

A reforma educativa que então se iniciava, vai criar as bases estruturais para edificação do projeto de formação integral dum *novo homem* (Ramos, 1937). Até à nomeação de Carneiro Pacheco, o projeto educativo do Regime, estava vocacionado apenas para as elites – “Instrução ao mais capazes; lugar aos mais competentes; trabalho a todos, eis o essencial” (António Oliveira Salazar), tentará de agora em diante, abranger todos os portugueses, remetendo para segundo plano as vantagens e desvantagens do analfabetismo (Mónica, 1978, pp 321 – 353). No entanto, apesar deste abranger o ensino primário e secundário, o projeto de modelação de almas das “massas” será desenvolvido essencialmente no ensino primário, continuando o ensino liceal reservado às elites.

A aquisição de educação não será um fator de mobilidade social durante este período, defendendo que cada um deve ocupar o lugar que lhe estará reservado na orgânica corporativa do regime, como afirma o Diretor do Distrito Escolar Abel Viana: “O equilíbrio justo procura – o e consegui-lo – á o Estado Novo, organizando o corporativismo, no qual é possível acomodarem – se todos os homens, conforme os recursos de cada um (...) sem a mentira de igualdade irrealizáveis”(Escola Portuguesa, 2 de julho de 1936, p.266). Contudo, esta situação não se verificará entre as elites que tinham a preocupação em proporcionar uma educação melhor aos seus filhos, como por exemplo os professores que tendiam a abandonar os seus postos nas zonas rurais, para se deslocarem o mais próximo possível, das capitais de distrito, onde já existiam os liceus, como por exemplo, em Santarém que conheceu um ligeiro desenvolvimento populacional neste período.

A partir de 1936, assistir – se – á a uma doutrinação política do professorado, sendo representado como um “exército de vontades alinhadas” (Escola Portuguesa, 30 de janeiro de 1936, pp. 107 – 109) com a política educativa do Estado Novo. No entanto, a realidade escolar não espelhava o cumprimento integral de todas as disposições legais que eram produzidas na época. As práticas educativas apresentavam ainda influências da escola republicana e, muito provavelmente, traduziam a adaptação das disposições legais sobre programas e manuais, à realidade do meio onde se lecionava. São frequentes as advertências, apesar de discretas, aos professores no sentido de cumprirem as diretrizes em vigor e de colaborarem em todas as ações que exprimiam o idealismo do Estado Novo. Segundo a Escola Portuguesa, “apóstolo”, o “enviado” do regime é o bom professor que segue as orientações educativas do regime, enquanto serão do “revirinho”, nas palavras do Diretor geral do Ensino Primário, Braga Paixão, todos os que defendem um ideal de escola sem orientação e “doutrina moral” (Escola portuguesa, 2 de maio de 1935, pp. 555 – 556).

O projeto ideológico do Estado Novo

O projeto ideológico do Estado Novo cedo compreendeu que a História iria desempenhar um papel relevante na consolidação das suas ideologias.



Figura 6 Imagem alusiva à Restauração da Independência de Portugal em 1640

A complexidade da conjuntura política no período da Ditadura Militar e do nascimento e consolidação do Estado Novo, até ao ano de 1940, induz a um discurso ideológico de legitimação do regime, que se assume como herdeiro da Revolução de 28 de maio de 1926 e defende mesmo a sua continuidade para resolver a crise total, provocada pelo liberalismo, que terá atingido o seu auge durante o período republicano. A ideia de ordem, contrapõe – se à desordem e à dissolução política económica, justificando – se a necessidade do novo regime, sendo espírito revolucionário usado como alicerce do progresso moral e material da Nação. Bobbio (1989, p. 210) justifica este tipo de discurso como característico das “chamadas ditaduras revolucionárias”, que pretendiam legitimar a sua existência e continuidade política através da necessidade de uma restauração total da ordem face a uma situação de caos. O que se tinha verificado durante a 1ª República. A ditadura é apontada como o regime necessário ao país, devendo perpetuar – se a ideia de revolução agora assimilada por um projeto de ressurgimento nacional.



Figura 7 Cartaz de Almada Negreiros, apelando ao voto na constituição de 1933

Caberá ao Secretariado de Propaganda Nacional difundir um programa de “política do espírito”, no qual a escola será um dos principais agentes de inculcação ideológica



Figura 8 Capa de um caderno escolar, onde exalta a heroicidade dos portugueses

As práticas discursivas da Escola Portuguesa têm como objetivo orientar os agentes do ensino para ação e adesão ao regime e, por seu intermédio, será feita a inculcação ideológica nos alunos e na comunidade local.

O modelo é sempre a figura de Salazar, o “Chefe da Nação”, que aparecia como um homem próximo dos portugueses, com espírito de sacrifício e de dedicação à Pátria.



Figura 9 A multidão à espera de ouvir Salazar discursar

No entanto, esta imagem de um homem próximo do povo era distorcida e contraditória com a realidade marcada pela existência de um regimento autoritário e de um chefe a quem se exige total obediência, como se pode confirmar pela saudação romana adotada pela mocidade portuguesa, tanto masculina como feminina e pela legião portuguesa.



Figura 10 Saudação romana adotada pela mocidade portuguesa

O modelo de compromisso do chefe deve ser assimilado integralmente e seguido mimeticamente pelas massas, pois só assim se poderiam formar as novas gerações educadas no espírito do amor e da defesa da pátria, o que levará à representação de Salazar como o exemplo do português modesto e trabalhador, pronto a sacrificar – se pela Pátria (Escola Portuguesa, 16 de novembro de 1939, p. 99).



Figura 11A imagem que Salazar passou de si próprio

O Estado Novo procurou eliminar todos os comportamentos que considerava desviantes e operacionalizar a adesão voluntária dos portugueses ao regime. «“O próprio

Salazar afirma, no discurso de 30 de julho de 1930, que nenhum governo de violência pode durar em Portugal” e que será melhor conquistar os portugueses e levá-los a colaborar com os dirigentes do que recorrer à repressão.» Porém, a Escola Portuguesa legitimará o uso da repressão perante a presença de elementos perturbadores da ordem e da unidade nacional: “O Estado que representa a Nação há – de se bastante forte para dominar e dirigir os interesses que se ergam contra a coletividade que a forma” (Escola Portuguesa, 5 de junho de 1941. P. 642).

A legitimação do poder político e a necessidade de reforçar os elos identitários dos portugueses com o Estado Novo levam à adoção de um discurso ideológico que recorra a práticas de memorização. É a memória social que legitima o exercício do poder político que está intimamente ligado à construção da identidade nacional. A sua conceção ideológica parte de uma elite conservadora, tradicionalista e cristã, (não podemos pôr de parte a forte relação entre António Oliveira Salazar e o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira) que defendia acerrimamente a unidade nacional e política. Por este motivo o Estado Novo assume – se como um movimento de ressurgimento nacional e que defendia o regresso às tradições. Para, Pierre Nora (1993, p. 11) as ideias de História, de memória e Nação, circulavam de forma a complementar este fundamento. A identidade nacional, construída pelo poder político reclama a sua “iluminação pelo passado” da História de Portugal. A educação política dos portugueses seria construída através de um projeto de carácter totalizante, no qual elementos do passado funcionariam como lugares de memória, seriam uma referência de ação para o presente e para o futuro. O conceito de Nação permitirá a inscrição num tempo histórico, uma vez que o passado se transforma, segundo José Gil (1989 a, p.299), na pré-história da Nação, período que corresponde à sua fundação e se constrói um tempo histórico particular portador de elementos míticos e simbólicos. Pela leitura do boletim Escola Portuguesa de 11 de outubro de 1934, apercebemos – nos que o conceito de Nação assimila o de Pátria, ganhando esta grande importância. A escola primária assume – se como portuguesa. A ela compete o papel de transmitir os ideais nacionalistas e cristãos que serão afirmados através da ligação do presente ao passado nacional, terá de desempenhar um papel ativo e afirmativo na construção da ideia de “pátria no passado, no presente e no futuro”. Concebe – se, assim, um discurso em que a Nação portuguesa aparecerá revestida de uma mística de eternidade. Enfatiza – se a ideia de que os portugueses são herdeiros de uma tradição histórica, espiritual e moral, que deve ser preservada e expressa através dos valores

tradicionalistas de Deus, Pátria, Família e Trabalho, dos quais Estado Novo se assume como herdeiro legítimo e cuja defesa levará Portugal, num futuro próximo, a ser “uma grande e próspera nação”.

Um dos elementos determinantes da identidade nacional formulada pelo Estado Novo é a vocação imperial e civilizadora, uma ideia formulada desde os finais do séc. XIX, uma época de evolução democrática, de nacionalismo, imperialismo e de regeneração, que acarretou algumas mudanças desfavoráveis levando à intensificação deste conceito assim como à ideia de preservação dos territórios coloniais. O Estado Novo vai manter esta ideia, dar – lhe um novo aspeto e apresentar – se como portador de um grande legado histórico e que se identifica com o Império Português. Os professores, através do boletim Escola Portuguesa eram instruídos sobre a grandiosidade do território português, considerando os territórios ultramarinos e que deveriam incutir nas crianças que Portugal não era um país pequeno.



Figura 12"Este doce País que é Portugal - pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes(...)"

Desta forma a escola cooperava com o regime na construção da política colonial, impregnando as atividades escolares “com o espírito colonial”, relembrando, conservando, no presente, o caráter universalista e civilizador da Nação portuguesa. Deveria - se promover as colônias como um espaço privilegiado para residir e trabalhar, sendo uma solução viável para combater o problema do desemprego, abordado com frequência no boletim. O que realmente se verificava! Este “sentimento imperial”, na década de 30, tem as suas influências na conjuntura internacional, marcada pela política expansionista dos regimes italiano e alemão, não pretensiosamente, com o caráter de assegurar as necessidades de um povo, como se encontra visivelmente patente na política do regime alemão, mas sim, dominado pela ideia da urgência de continuar a civilizar, transformando – se, também numa forma de impedir o avanço das ideias comunistas e

progressistas. No entanto, não deixava de pretender ter o caráter assegurador das necessidades vitais do povo, ao propagandear os territórios coloniais como uma solução para o problema do desemprego.

A construção deste projeto nacionalista não poderia jamais deixar de estar associada ao ensino da História. Maria Cândida Proença (2000, p. 7) faz alusão ao fato de que a partir do séc. XIX, com o advento do liberalismo, o ensino da História assume um papel relevante no desenvolvimento de uma educação nacionalista. Desde do séc. XIX que o Estado, segundo António Candeias (2009, p. 26), promoverá a integração da população através de padrões culturais que procuravam a legitimação popular e a modelação de comportamentos. O poder político cedo se apercebeu que a escola era um espaço de socialização primordial para a formação de uma consciência nacional. Contudo, só se poderá avaliar a relação entre socialização e educação se o sistema de socialização for aplicado de forma massiva a uma população, o que irá acontecer com a reforma educativa iniciada por Cordeiro Ramos, em 1936 e posta em prática por Carneiro Pacheco. O desenvolvimento desta levará à apropriação e utilização ideológica da memória histórica por parte do poder político.

A base do discurso pedagógico do Estado Novo

O discurso pedagógico sobre o Ensino da História na Escola Portuguesa é baseado numa “metodologia global”. A Pedagogia da Escola Nova, - cujo o fim mais importante era o impulso espiritual da criança e o desenvolvimento da autonomia moral do educando -, depois de um período de rejeição, será reformulada e integrada no pensamento político de cariz conservador e tradicionalista do regime.

A circular da Direção Geral do Ensino de 28 de maio de 1934, reafirma que compete á escola ensinar o homem que convém à sociedade e rejeitar o individualismo conectado com o espírito da escola republicana. A influência da pedagogia da Escola Nova aparece com regularidade nos textos do boletim da Escola Portuguesa, onde se atesta a existência de um processo de reformulação e de integração no projeto educativo do regime do Estado Novo, sobretudo no que concerne o ensino da História. No campo da Didática da História, a circular faz várias referências aos modelos pedagógicos desenvolvidos por Decroly e continuados por Ferrière.



Figura 13 Ovide Decroly

Devendo o ensino basear – se em focos de interesse, assim como na observação que é considerada o ponto de partida para as associações no tempo e no espaço. O professor deveria seguir um “método global” e partir para situações da realidade presente, conhecidas pelos alunos, para o desconhecido e para o passado, segundo um método cronologicamente regressivo. Muitos exemplos dos apontamentos de didática de então, reportam – se ao espaço rural e aos “progressos materiais” do regime salazarista, o que pode induzir que o material didático imprescindível no plano de aula, fossem os quadros da *Lição de Salazar*, publicados a partir de 1938 e que se publicassem os conteúdos que deveriam ser salientados em cada um destes quadros. O material didático, a usar nas aulas, deveria incluir mapas, textos, que seriam, na prática, os discursos de Salazar, gravuras e notícias de jornais, e defende – se a importância das visitas de estudo para uma melhor consolidação dos conhecimentos, o que ainda hoje é válido. Nada melhor do que uma aproximação do objeto de estudo para se poder ter uma experiência mais sólida do conhecimento desse. Verificou – se, no entanto, que esta metodologia não era seguida em muitas escolas, devido à extensão dos programas, da existência de grupos – turma compostos por várias classes e mesmo pela falta de uma logística quase inexistente, como se verificava nas aldeias. Rara era a Junta de Freguesia, ou Câmara Municipal que proporcionava o transporte dos alunos até um centro de atração de estudo, como por um exemplo um museu. Recordo, aqui o comentário de uma professora de Vila Nova da Erra, concelho de Coruche, que defendia que as visitas de estudo eram uma “modernice” e uma perda de tempo, pois havia muita coisa para ensinar aos alunos.



Figura 14 Padrão dos Descobrimentos

A importância dada à História e ao seu ensino

A Escola Portuguesa e o discurso ideológico do Estado, não encontra paralelo na estrutura curricular do ensino primário elementar, assistindo – se à redução e simplificação do seu programa e até mesmo ao desaparecimento ao seu desaparecimento do currículo deste nível de ensino. Desde da ditadura militar que se verificavam alterações dos programas e dos seus conteúdos, começando pela remoção, em 1929, das matérias que dizem respeito à pré-história, à fixação dos primeiros povos e aos Contatos com os povos do mediterrâneo. No entanto, não foi apenas o currículo da História o único a sofrer reduções, mas o de todas as outras disciplinas.



Figura 15 Ministro Gustavo Cordeiro Ramos

O Ministro Cordeiro Ramos, através do decreto nº 21103 de 7 de abril de 1932, definirá as orientações que devem presidir ao ensino da História, apresentando as diferenças em relação ao ensino no período liberal que é apelidado de derrotista. Por este decreto o Estado considera que o ensino da História se dividisse em duas partes: uma expositiva e outra “crítica”, e que esta última tem sido uma “função” dos historiadores (Diário da República 15 de abril de 1932, p. 625). A partir deste momento, esta “função”,

entendida como subjetiva, passará a ser da responsabilidade do Estado, que definirá o que é a verdade nacional, ou seja, a “verdade mais conveniente à Nação”.



Figura 16 D. João I

Ordena – se a glorificação e a exaltação de todos os acontecimentos e figuras que estejam ligadas aos valores do regime, como D. João I, D. Nuno Álvares Pereira ou D. João IV. Inclui – se também a apologia do autoritarismo, assim como se censura tudo o que é elemento de dissolução. A memória construída, como defende Pollak, é uma memória seletiva que visa atingir sobretudo o período liberal, condenando – o, criticando os acontecimentos deste período, apontados, frequentemente, no Boletim Escola Portuguesa, como responsáveis pelos problemas do país, o que levou a que o Estado Novo reagisse e tomasse a iniciativa de um programa de restauração do nacionalismo. No entanto foram estes acontecimentos que estiveram na génese da implantação do regime republicano em Portugal e consequentemente da implantação do Estado Novo em Portugal. A reforma do ensino em 1936, já não contempla o ensino da História no ensino primário elementar, porque, como se pode inferir da leitura do decreto 27279 de 24 de novembro de 1936, critica- se, no seu preâmbulo, o estéril enciclopedismo da escola e defende um ensino prático e cristão estruturado em torno do bem “saber, ler, escrever e contar” e das “virtudes morais e do amor a Portugal”. Segundo o boletim Escola Portuguesa, verifica – se que durante o ano letivo de 1936 – 1937, uma diminuição de referências ao ensino e à importância da História. no ano letivo seguinte, é notório o aumento deste, justificando – se este devido a reorganização do currículo do ensino primário elementar em três anos letivos. No entanto frisava- se que esta reorganização não implicava o esquecimento dos conteúdos da História, pois estariam implícitos nos conteúdos das disciplinas a serem lecionadas. Assim, na disciplina de Português, assiste – se a um aumento de textos dedicados ao ensino e à memória histórica. Estes foram bastante intensificados no período compreendido entre os anos letivos de 1937 a 1941,

sendo notória a influência da conjuntura internacional – o período da guerra na Europa, nomeadamente referente à Guerra Civil Espanhola e à Segunda Guerra Mundial.



Figura 17 Guernica - Pablo Picasso

Salienta – se que o discurso ideológico deste período é mais forte, apresenta – se como um combate às ideias vindas da União Soviética, acarreta uma forte carga de exaltação à paz e à necessidade de obediência a Salazar. Assiste – se também a um intensificar do pendor religioso, uma vez que a religião funciona como impulsionadora da História nacional.

O ensino da História vai ganhar novos contornos que têm por base a edificação do Estado Novo, contudo não se afasta da exaltação nacionalista, de cunho imperial e civilizador que se afirmou nos finais do Séc. XIX. O retorno às tradições e o culto das figuras heroicas durante a República, como explicita Maria Isabel João, serviu para legitimar a ideia de “revivescência nacional” perante uma realidade nacional marcada por um contexto de crise. Desta forma, as representações formadas sobre a Pátria Portuguesa não cortam com as que foram construídas durante o período republicano, apenas, adquiriram contornos de grandiosidade e foram marcadas por uma mística de cruzada. Identificam – se figuras do passado cuja ação se considere superior e transferem – se as suas virtudes e qualidades para o presente e para um homem que as personifique: Salazar. A conceção de Pátria aparece associada à fundação e consolidação da nacionalidade portuguesa, concebida num tempo histórico e num espaço próprio.



Figura 18 Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português

A delimitação espacial é feita em termos da Geografia Física, incluindo Portugal e o seu Império, mas também é representada mediante o recurso ao sistema de corporativista do Estado Novo, afirmando – se como núcleos espaciais privilegiados: a família, a casa, a escola e o meio local de residência (Bivar, 1975). A Pátria representa – se como uma grande família à qual continua a ser reservado o papel de mãe, pois ela é o berço de todos os portugueses. Esta definição abarca inevitavelmente elementos subjetivos, entrando – se na esfera psicológica quando se reporta ao carácter emotivo implícito no processo de socialização (Abrantes 2011). Os portugueses devem ter sempre presentes, no seu espírito, a alegria no trabalho, a devoção ao chefe e o amor a Deus, à Pátria e à família. A ideia de Pátria surge no boletim Escola Portuguesa, geralmente assimilada à de Nação. O conceito de Nação utilizado acarreta a história da edificação da nacionalidade portuguesa para o presente, visto que os elementos que a individualizam, ao longo do tempo, se reportam ao seu passado histórico:

A Nação Portuguesa constitui uma realidade de oito séculos de existência, que se criou e desenvolveu ao calor dos ideais que nortearam a civilização do ocidente europeu. Os habitantes desta faixa atlântica, cedo diferenciada e personalizada – na língua, nas manifestações do sentimento e da atividade civilizadora (...). (Boletim Escola Portuguesa, 11 de outubro de 1934, p 5)

O Estado Novo e a família



Figura 19 Família típica portuguesa no período do Estado Novo (década de 50)

O Estado Novo também concebeu uma imagem da família alicerçada num tempo histórico e místico associado à importância dada a Deus. Na Lição de Salazar “Deus Pátria, Família”, representa – se a família salazarista modesta que vive num espaço rural, local privilegiado para a vivência e o culto das virtudes morais, procurando – se assim desencorajar o êxodo rural para o espaço urbano associado ao desemprego, ao individualismo e à dissolução de costumes (Escola Portuguesa, 16 de abril de 1936, pp. 176 – 178)



Figura 20 A Lição de Salazar - "Deus, Pátria, Família"

A ideia de Deus



Figura 21 Cardeal Cerejeira e Salazar

A ideia de Deus encontra – se intimamente ligada á nacionalidade portuguesa desde a sua fundação. Basta lembrar – mo – nos dos milagres de Ourique ou o milagre de Cárquere.



Figura 22 O milagre de Ourique

O espírito de cruzada esteve presente na Reconquista. D. Raimundo e D. Henrique vieram para a Península Ibérica impelidos por esse espírito de cruzada, que se prolongou através da Expansão, devendo ser ensinado na escola, por uma educação de moral cristã. O providencialismo é transposto para o tempo presente e ancora – se na imagem de Salazar, através da apologia das virtudes morais e da apresentação da sua ação governativa como

revestida de uma dimensão mística e de carácter legitimador, pois ele é o homem que “Deus deu à pátria” e a quem se deve obediência (*Escola portuguesa, 1 de maio de 1941*). A dilatação da fé é apontada nos textos da *Escola Portuguesa* como a grande impulsionadora da Expansão e ilustrativa do universalismo e da missão civilizadora de Portugal, no passado e no presente. Esta questão aparece, nos textos do boletim, como sendo o justificativo da independência e da individualidade portuguesa face ao resto da Europa. A Batalha de Aljubarrota é apresentada, nesse contexto, como o acontecimento que ditou o “destino” português.

Por ela voltámos um dia, magnificamente, as costas à Europa, debruçando – nos para os mistérios do mar, no sonho das desconhecidas estradas da civilização que íamos descobrir, e nos pudemos alhear das guerras civis e de religião que durante séculos, desperdiçaram as forças criadoras das nações europeias e esfarraparam a túnica inconcussa do Salvador (...) (*Escola Portuguesa, 8 de agosto de 1935, pp. 787 – 789*)

No presente é o espírito de revolução cristã que fortalece os portugueses e lhes possibilitará combater a ameaça comunista, levando Portugal a içar a bandeira da cristandade contra o comunismo ateu” (*Escola Portuguesa, 8 de setembro de 1938, p. 542*)

A ação dos reis da primeira dinastia é valorizada na *Escola Portuguesa*, com especial enfoque para D. Afonso Henriques, a quem se deve a fundação da nacionalidade e o início do processo de dilatação da fé. A sua ação é continuada pelos seus sucessores, salientando – se as temáticas ligadas aos processos de reconquista, povoamento e organização económica e social do território, contando sempre com a cooperação das ordens religiosas. É também a estes sucessores reais que se um conjunto de ações que possibilitaram a epopeia dos Descobrimentos. Estas lições revestem – se de um carácter moralista e cívico, transpostas para os discursos oficiais de Salazar e, de forma mais enfática nos discursos de Carneiro Pacheco: “*Grande lição da história, a que nos vem do esforço edificador dos primeiros Reis, em ação vigorosa e perseverante para a fixação de fronteiras e sua defesa, (...) para a formação do espírito e da unidade da Nação*” (1940, p. 370).



Figura 23 Batalha de Aljubarrota

A Revolução de 1383 – 1385 e a batalha de Aljubarrota são marcos importantes assinalados frequentemente na Escola Portuguesa. Estes acontecimentos expressam a liberdade e a independência da Nação portuguesa face a Espanha. D. João I e D. Filipa de Lencastre são apresentados como os pais de uma geração que glorificou Portugal através da Expansão e da formação do Império Português: *“D. João I e seus filhos realizaram a expansão do nosso espírito missionário e, por eles, descobrimos novos mundo, onde abrimos numerosas artérias que permitiram a circulação da civilização europeia, cristã, até aos pontos mais remotos do globo”* (Escola Portuguesa, 18 de abril de 1940, p. 426).



Figura 24 Ministro António Faria Carneiro Pacheco

No discurso comemorativo da Batalha de Aljubarrota, em 1935, Carneiro Pacheco comparava esta vitória com o triunfo do golpe militar de 28 de maio de 1926 e o ambiente vivido na corte de D. Fernando com o clima de instabilidade da República e D. Nuno Álvares Pereira era equiparado a Salazar, envolto numa mística de guerreiro e de santo, que se dedica à Pátria e por ela se sacrifica em prol do ressurgimento nacional (Pacheco, 1940, pp. 179- 193). A individualidade portuguesa é ainda marcada pelo movimento de Restauração da Independência de 1 de dezembro de 1640. Este é o acontecimento histórico com maiores referências no Boletim Escola Portuguesa. Este acontecimento,

desde do Séc. XIX, que já era muito valorizado e continua – lo – á ser pelo Estado Novo, como referencial simbólico do processo político iniciado pela Ditadura Militar e que porá termo, tal como aconteceu em 1640, a um período de decadência da responsabilidade do liberalismo.

1640 foi o levantar do túmulo dum corpo que apenas dormia, perante o pasmo dos que o julgavam morto. O liberalismo – maçónico, a decadência pelo envenenamento da inteligência e pela corrupção dos sentimentos. O Estado Novo, a oxigenação do ar que nos asfixiava, a consciência de retornar o caminho da prosperidade e da grandeza, o génio construtivo de Portugal a afirmar ao mundo a sua imoralidade (Escola Portuguesa, 18 de abril de 1940, p. 427)

O culto dos heróis nacionais



Figura 25 Infante D. Henrique

O culto dos heróis é importante nos textos deste boletim. Este culto, já era notório durante o período republicano e encontrava – se associado a um processo de legitimação do poder político através da História (João 2002m p. 653). O mesmo se verifica no decurso deste processo de consolidação do Estado Novo, afirmando – se esse culto na Escola Portuguesa “Neste momento histórico de regresso aos sublimes ideais de regaste nacional, os heróis, os santos e os guerreiros (...) filhos da terra portuguesa ressuscitam dos túmulos para o milagre de uma nova epopeia” (Escola Portuguesa, 7 de fevereiro de 1935, p.307)

Os heróis do passado ganham vida no presente ao moldarem a conduta da mocidade portuguesa. Assim como eles serviram e se sacrificaram pela Pátria, também as crianças deverão viver nestes princípios e, mais tarde, tornar-se agentes propagandistas do regime. Contudo, era sempre frisado que a heroicidade implicava o espírito de sacrifício de obediência ao chefe, questão expressa regularmente no contexto da Segunda Guerra Mundial (Escola Portuguesa, 3 de dezembro de 1942, pp. 183 – 184). Como símbolos deste espírito de sacrifício e de dedicação à Pátria e da fé cristã, destacavam – se D. Afonso Henriques, D. João Mestre de Avis, D. Nuno Álvares Pereira e o Infante D. Henrique.

Em nome da “verdade histórica que convém à Nação” reabilitam – se personagens da História de Portugal, principalmente D. João III, o Piedoso, D. Sebastião, o Desejado e D. João IV, o Restaurador. É D. João IV, que neste processo de reabilitação, a quem Sérgio Campos Matos irá dar maior destaque (1990, p. 150), apresentando – o como o anti-herói liberal. Foi este monarca que recuperou o espírito missionário português, sendo um homem piedoso e culto, e foi graças a ele que a Companhia de Jesus voltou ao território português. Os jesuítas são o exemplo dos “bons portugueses” com o seu espírito missionário. A introdução da Inquisição em Portugal é justificada pela manutenção da unidade dos portugueses, ameaçada pelas guerras provocadas pelo Protestantismo (Escola Portuguesa, 13 de agosto de 1936, pp. 314 – 317). A ação de D. Sebastião é enquadrada dentro do movimento de dilatação da fé e recorde – se que foi devido ao sebastianismo que se restaurou a independência em 1640. D. João IV é apresentado como um homem prudente no período que antecedeu a Restauração da Independência. É elogiado por possuir essa virtude e em vários textos, faz-se referência ao seu papel político e diplomático na consolidação da independência. No boletim “Escola Portuguesa”, também todos os reis da primeira dinastia são exaltados, referindo – se que D. Afonso IV só ordenou a morte de D. Inês de Castro devido à ameaça de perda de independência e por maus conselhos.



Figura 26 Sebastião José de Carvalho e Melo - Marquês de Pombal e Conde de Oeiras

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras (1699 – 1728) simboliza uma conduta desviante, apesar de ser tratado de forma diferenciada, ao longo dos vários textos constantes do boletim, que vão desde a completa rejeição do seu governo a simples críticas relacionadas com a ação contra os jesuítas. O Liberalismo é sobejamente abordado, sendo apresentado sempre como um período de enfraquecimento, responsável por ter permitido a entrada das ideias da Revolução Francesa, em Portugal, rompendo com a tradição e vocação católica da nação portuguesa. Neste período destaca-se a reabilitação feita a D. Miguel que ao contrário do irmão D. Pedro, o Libertador, simboliza o regresso à tradição através do restabelecimento do absolutismo, justificando – se que esse regresso resultou da aclamação das Cortes que representavam a vontade da Nação, reunidas separadamente; o clero estava reunido na Igreja de Santo António da Sé; a nobreza em S. Roque e o povo em S. Francisco da cidade, nas quais, no dia 7 de julho de 1828 aclamou – se D. Miguel rei absoluto.

OUTROS PILARES DA LEGITIMAÇÃO DO REGIME

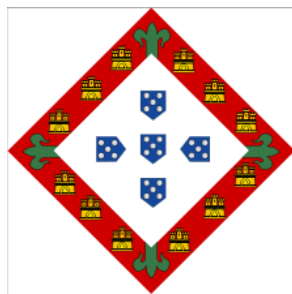


Figura 27

Estandarte da Mocidade Portuguesa

Outro pilar do regime era a Mocidade Portuguesa. Juntamente com a Escola, deveriam, com base nas orientações do Estado Novo, promover atividades que privilegiassem a apologia e o culto dos heróis nacionais. A História é ritualizada pelo Estado desde os fins do séc. XIX, organizando – se rituais que alegoricamente reafirmassem a continuidade histórica dos portugueses, como se pode verificar no livro de F. Catroga “Memória, História e Historiografia”, Coimbra, 2000. Estas ritualizações não apresentam um corte com o período republicano, apesar destas atividades terem deixado de ser organizadas por particulares e se centralizarem no Estado (João 2002).

A Mocidade Portuguesa, foi o grande responsável pela inculcação dos princípios do regime junto dos mais novos, no qual estavam obrigados a integrar – se todos os estudantes dos ensinos primário e secundário.

COMO SURTIU A MOCIDADE PORTUGUESA?



Figura 28 Mocidade Portuguesa

É inegável pelo que foi atrás exposto que a extrema-direita portuguesa não sentisse um fascínio pelos regimes fascistas italianos e alemão e a inquietante ameaça comunista

vinda da vizinha Espanha, devido à Guerra Civil que assolou este país entre 1936 e 1939, estiveram na base da criação da Organização da Mocidade Portuguesa, criada por Carneiro Pacheco que na época se encontrava à frente do Ministério da Educação Nacional. Pretendendo de modo integrante e obrigatório inculcar nos jovens a ideia de combate às ideologias socialistas e comunistas vindas de Leste que tanto assustavam as classes médias europeias que atravessavam um período de sérias dificuldades económicas e que viam nas ideologias dos regimes de extrema – direita, o fascismo e nazismo, a força capaz de combater e travar o avanço do Comunismo e do Socialismo. A tarefa de sociabilização da juventude competia primeiramente à família. No entanto, como esta era “o elemento mais afastado do vértice e do modelo hierárquico salazarista da sociedade” como salienta Simon Kuin, Instituto Universitário Europeu, Florença, tornava-se difícil de controlar ou influenciar diretamente. Assim, as medidas tomadas pelo Estado Novo com vista a instrumentalizá-la, nunca conheceram “o alcance ou a profundidade das medidas tomadas no ensino ou no associativismo juvenil” (idem), como por exemplo a Obra das Mães para a Educação Nacional, criada em 1936, não com a mesma ressonância que a sua congénere italiana, “Opera Nazionale per la Maternità e L’Infanzia”, cuja política de propaganda de procriação teve grande alcance. Mais fácil de se controlar, seria, então o sistema de ensino, que logo a partir do golpe militar de 28 de maio de 1926, conheceu profundas alterações, de modo a se tornar «numa sagrada oficina de almas». O sistema de ensino em Portugal, sempre fora muito centralizado e com pouca vocação para o ensino particular, sempre fora um instrumento usado para veicular os ideais políticos dos governos, sobretudo, republicanos. O Estado Novo sobe aproveitar a “tradição”, de encarar o ensino como uma “tecnologia social”, invertendo, no entanto, a tendência republicana, pois o seu objetivo era transformar a escola numa instituição para preservar a estrutura social portuguesa dos anos 30. Tendo consciência de que o ensino jamais poderia ser uma instituição neutra em termos de doutrinação dos valores defendidos, ao contrário do que a Primeira República que apregoava um sistema gerador de mobilidade civil e que defendia que as virtudes da cidadania e o pensamento racional eram a base para a evolução meritocrática do aluno, mais tarde do cidadão, Salazar pretendia evitar a tomada de consciência de classes de modo a que juventude não se desviasse do seu propósito de combate às ideias comunistas. Funcionando como um instrumento de controlo social, a escola seria um meio de fixar a população nos meios rurais de modo a preservar a tradição para que o País não se deixasse corromper pelo progresso, fonte de vícios e destruição. Para o Estado Novo o principal objetivo do Ensino Primário seria

apenas “ensinar bem a ler e a escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal”. Guiado pela premissa de “Moldar, desde cedo os Homens do Amanhã de Portugal”, o ensino do Estado Novo vai – se revestir de um cariz nacionalista, tradicionalista e conservadorista, suportado pela Organização da Mocidade Portuguesa, de enquadramento obrigatório para os jovens entre os 7 e os 14 anos, do sexo masculino, estudantes ou não. Esta organização tinha como fim formar os jovens do país na ideologia do Estado Novo, sob a égide “Deus, Pátria e Família”, através de atividades inseridas na escola e sob a alçada do Ministério da Educação Nacional. A Organização da Mocidade Portuguesa, além de exercer um controlo político sobre todo o sistema de ensino, “canalizou o comportamento da juventude em moldes políticos e socialmente aceitáveis, quer para um 16 envolvimento ativo na vida política da sociedade, quer para um comportamento de passividade” segundo S. Kuin, 1992. Baseado na experiência republicana da criação dos chamados «batalhões escolares» e de algumas iniciativas privadas, como a Associação dos Escuteiros Portugueses (AEP), criada em 1911 e o Corpo Nacional de Escutas (CNE, de inspiração católica), criado em 1923, que não tiveram grande impacto como o organismo que o Estado Novo institui pelo Decreto – Lei nº 26 611, de 19 de maio de 1936, a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. Esta era uma organização que se revestia de um carácter totalitário e obrigatório para todos os jovens entre os 7 e 14 anos e, mais tarde até aos 25 anos, estudantes ou não. Deste modo o regime tinha a possibilidade de adotar medidas para mobilizar a juventude.

Desde cedo que Salazar expressara a sua intenção de ensinar uma nova política de formação e moralização da juventude, no entanto de modo muito cauteloso. No Manifesto da União Nacional, Salazar definiu como um dos seus objetivos «interessar superiormente a mocidade no estudo e conhecimento dos assuntos históricos, administrativos, financeiros, económicos, sociais e coloniais de Portugal». Mas as iniciativas oficiais para alcançar este objetivo, foram sempre tomadas fora do âmbito da União Nacional e tinham um alcance muito limitado. Apenas em 1935, quando o regime se apercebeu, devido às ações da experiência nacional – sindicalista e das juntas do integralismo lusitano, que deveria “intensificar o contato com a sociedade se quisesse controla – la mais eficazmente. A partir de 1932, o movimento de juventude da direita radical, os camisas azuis, começa a ganhar grande vulto. Perante este crescimento, Salazar apercebeu – se que não podia apenas reprimir – lo, mas sim enfraquece – lo, tirando – lhe o seu apoio estudantil, enquadrando os estudantes nacionalistas na Ação Escolar de Vanguarda,

fundada em 1933. Desde o início patrocinada pelo Secretariado da Propaganda Nacional, também criado no mesmo ano. A criação deste organismo não estava prevista no programa político de Salazar. O seu aparecimento tem de ser entendido à luz da conjuntura política de 1933 e projetado nos gabinetes do Secretariado da Propaganda Nacional. A partir de 1935, uma vez que o objetivo de segregar o setor académico do movimento – sindicalista tinha sido atingido, o governo deixou cair o seu apoio a este organismo. E em 6 de janeiro de 1936, viria a encerrar funções. Um outro projeto, datado entre 21 de outubro e 5 de julho de 1932, a Liga Nacional da Mocidade Portuguesa, da autoria de Cordeiro Ramos, por ser demasiado moderado e não visar os fins pretendidos por Salazar, seria posto de lado, mas seria o precursor do decreto – lei de Carneiro Pacheco que iria instaurar a Organização da Mocidade Portuguesa. Melhores resultados teve um projeto de Cordeiro Ramos que visava instaurar uma tutela estatal sobre as duas organizações de escoteiros, a AEP, de inspiração republicana e o CNE, de inspiração católica.



Figura 29 Símbolo do Corpo Nacional de Escuteiros de Portugal

Em 29 de junho de 1932 era criada a Organização de Escotista de Portugal, que não era um novo movimento de escutismo, mas sim uma comissão composta por elementos de ambos os movimentos e que «procurava o incremento do escutismo e definir as orientações a que deve - se sujeitar a sua ação educativa. Em agosto de 1935, numa entrevista concedida à Verdade, seria o próprio Salazar a anunciar que a equipa de Tamagnini, à frente do Ministério da Instrução Pública, estava a estudar a organização da juventude académica e que a concretização do projeto estava prevista para outubro desse ano. No entanto, apenas viu a luz do dia, a 11 de abril, pela Lei nº 1941 e regulada pelo Decreto Lei nº 47311. Era uma organização juvenil que pretendia desenvolver o culto do chefe, o espírito militar, destinado ao serviço da Pátria, estimular o desenvolvimento das capacidades físicas, do carácter, o sentimento da ordem, o gosto pela disciplina e o culto

pelos deveres morais. A 17 de fevereiro de 1939, a organização foi alargada às colónias. Aqui é dada uma organização nacional e pré-militar, proporcionando, também, o 19 desenvolvimento físico e a formação do carácter, o gosto pela disciplina e o culto dos deveres militares, colocados ao serviço e defesa da Nação. O carácter pré-militar desta organização pode ser atribuído ao facto de Francisco Nobre Guedes, que ter sido Alferes Miliciano de Artilharia da I Guerra Mundial, ser simpatizante do III Reich, procurando, assim, criar uma organização inspirada no modelo da Juventude Hitleriana. De facto, o carácter paramilitar desta era visível, não só no elevado número de militares que participavam em todos os níveis da direção, como também nos níveis mais básicos de instrução militar. Deste modo as atividades eram enquadradas num espírito militarista, instituíam mecanismos unificadores e hierarquizadores de regulamentada forma sistemática e ritualizada fomentando o espírito normativo, obediente e disciplinado nos jovens. Podemos destacar algumas práticas conducentes à formação deste espírito, como o ritual da saudação romana, que era um sinal de subordinação hierárquica, patriótica e de solidariedade; o içar da bandeira nacional, o cantar do hino da organização, a prática de exercícios físicos, como jogos, marchas, formação campista; assistir a palestras patrióticas e participar em paradas e desfiles envergando a farda da organização. Estes aspetos aplicavam – se também à Mocidade Portuguesa Feminina. O hino e sua função. Esta organização tinha um hino próprio, da autoria de Mário Beirão e música de Rui Correia Leite. Através deste hino apercebe – se o cerne da ideologia salazarista, o mito da renascença operado pelo Estado Novo e a forma como este depositava esperanças nos jovens do país, que segundo os valores patrióticos defendidos pelo Estado iriam ser a base de todo esse sistema político – ideológico. Era “formatar a juventude segundo os interesses meramente políticos”, uma vez que lhe tinha sido incutida a ideia de que eram eles, os jovens que tinham a missão patriótica de servir e reerguer a nação portuguesa.

A FARDA DA MOCIDADE PORTUGUESA



Figura 30 Farda da Mocidade Portuguesa

O primeiro projeto para o seu uniforme foi proposto a 4 de dezembro de 1936, tendo sido substituído, um ano depois, a 7 de janeiro de 1938, pelo definitivo. passando as camisas a serem verdes, onde ostentavam o símbolo da Mocidade Portuguesa e, os calções bege, os sapatos tinham de ser pretos e chapéu. O uso desta servia para dar cumprimento a um dos objetivos da Mocidade Portuguesa, a inculcação do culto do dever militar na juventude. Funcionava, também como um mecanismo disciplinador inspirado nos modelos fascistas “a farda é considerada o traje oficial e uma instituição e, passa a simbolizar o culto do dever militar”. Envergar a farda era um prestígio e requeria normas que estavam patentes no Artº 13 do regulamento desta organização. O modelo do Lusito era composto por camisas verdes, onde ostentavam o símbolo da Mocidade Portuguesa e, os calções bege, os sapatos tinham de ser pretos e bivaque castanho – escuro e um cinto com a letra S, que apesar de quer simbolizar o lema de Servir e Sacrifício, tinha a tradução popular de Salazar.

A ESTRUTURA ORGÂNICA DA MOCIDADE PORTUGUESA

Os Comissários nacionais da Mocidade Portuguesa tinham no topo da hierarquia um comissário nacional, nomeado pelo Ministério da Educação Nacional. O seu primeiro Comissário Nacional foi Francisco José Nobre Guedes que ocupou o cargo entre 1936 e 1940, simpatizante do III Reich, procurou moldar esta organização segundo o modelo alemão da juventude, tendo sido substituído por Marcelo Caetano, que esteve à frente deste organismo até 1944. Mantendo – se fiel à política portuguesa de neutralidade durante a II Guerra Mundial, Marcelo Caetano elaborou grandes reformas que afastaram a Mocidade Portuguesa do modelo militarista inicial, aproximando – a da Igreja Católica e de outras organizações como os escuteiros. A sua ação marcou de modo significativo a organização durante muito tempo. É substituído interinamente por José Porto Soares Franco, antigo secretário – inspetor da Mocidade Portuguesa, até à nomeação de Luís Pinto Coelho, também professor universitário de Direito e antigo secretário – inspetor da Mocidade Portuguesa. Luís Pinto Coelho tentou adaptar a Mocidade Portuguesa às realidades do pós-guerra e melhorar a coordenação desta com as atividades circumscolares. Luís Pinto Coelho manteve – se à frente desta organização entre 1946 e 1951. Seguiram – se António Gonçalves, Baltasar Rebelo de Sousa, que ocupou o cargo interinamente, desde 1956, enquanto subsecretário de Estado da Educação Nacional, que procurou reanimar a organização e implanta-la nas colónias ultramarinas, uma vez que apresentava sinais de desmotivação entre os estudantes.

A escola primária será responsável pela organização de práticas culturais, sempre definidas e orientadas pelo Ministério, no sentido de criarem uma consciência nacional, como as comemorações e festas escolares. Estes acontecimentos são abertos á comunidade, com o objetivo de que a escola exerça a sua influência nas comunidades rurais, onde se encontra uma base de apoio do regime e se promove a socialização: “A escola tomou, na maioria dos meios rurais, a dianteira dos movimentos de carácter nacional, as populações colaboram com esta, aceitavam a sua chefia, de modo a que as festas se tornaram autênticas festas do “povo” (Escola Portuguesa, 27 de fevereiro de 1936, p. 133).

Pode – se apontar como exemplo de acontecimentos que eram objeto de celebração nas escolas; a Restauração da Independência Portuguesa, a Revolução de 28

de maio, as comemorações ligadas aos aniversários da tomada de posse de Salazar da pasta das Finanças e da Presidência do Conselho, a eleição de Carmona para a Presidência da República e aniversário de nascimento de Salazar. A partir de 1936 noticia – se com bastante destaque a “entronização do crucifixo nas escolas”. Como P. Abrantes defende, o carácter performativo destas práticas fazia – se ainda, através de rituais como a saudação da bandeira portuguesa e o cantar do Hino Nacional, atividades que só são diárias e obrigatórias nas escolas portuguesas. Um outro veículo para operacionalizar estas práticas é através da afixação e do ensino dos cartazes da Lição de Salazar, assim como através da presença na sala de aula, dos retratos do Presidente Carmona e de Salazar. Por último, as Comemorações do Duplo Centenário (1140, nascimento de Portugal, e 1640, Restauração da Independência) e a Exposição do mundo Português, em 1940, também serão vivenciados no espaço escolar, promovendo – se a semana do professor na Exposição. Sempre que os professores visitavam a Exposição, era – lhes lembrado, e de forma persistente, através de normativos de orientação e de discursos, o seu papel de “apóstolos de almas” (Escola Portuguesa, 19 de dezembro de 1940, pp. 197 – 198).

Adotando as ideias de nacionalismo transmitidas pelos ditadores, em plena Segunda Guerra Mundial e como afirmação da obra do ressurgimento nacional do Estado Novo, a exaltação da história do nacionalismo português vai – se desenrolar em três planos complementares: A Fundação, a Epopeia e a Colonização. A Exposição significa a apoteose do regime e será fortemente envolvida por uma mística de providencialismo sobre as origens de Portugal. M. I. João salienta (2002, pp 32- 33) que todos os referenciais simbólicos presentes na exposição exprimiam o ideário nacionalista e colonial do regime salazarista. As cerimónias de entrega inseridas nestas práticas, são uma amostra das práticas culturais que visam a inculcação ideológica de uma memória nacional construída pelo Estado Novo e com a qual se pretendia modelar o ser social dos docentes, regulamentar a sua conduta e promover a sua identificação com o Estado – Nação.

As “Lições de História de Portugal” da autoria de Silvestre Figueiredo representam um discurso pedagógico conectado com o pensamento oficial do regime e constituem uma parte importante dos artigos dedicados à História de Portugal na Escola Portuguesa. Consideradas pelo autor como uma revisão histórica, foram publicados entre os anos letivos de 1937 – 1938 e 1939 – 1940, num total de 33 lições que se iniciam com o “Condado Portugalense, D. Henrique e D- Teresa” e terminam com “O Estado Novo –

Salazar”. Este conjunto é completado por mais três lições que são exemplo do seu pensamento nacionalista e cristão “Deus”, “Noção de Pátria” e “Noção de Vassalagem”. Estas lições tiveram por base a metodologia pedagógica – didática de Decroly, que defendia o princípio de globalização, baseado na ideia de que as crianças aprendem o mundo com base numa visão do todo, que posteriormente pode – se organizar em partes, ou seja ordenar o caos para que haja uma harmonização da ordem. Esta metodologia, no entanto, foi contextualizada pelo pensamento que presidia à política educativa do Estado Novo, e recorre ao método de ensino cronológico – regressivo. O plano individual de cada aula terminava habitualmente com exercícios de expressão oral e escrita, de expressão dramática ou plástica. As trinta e três lições centravam – se na afirmação da ideia de que “Portugal não é um país pequeno”, para tal recorria – se a mapas de Portugal e dos seus territórios ultramarinos. Apresentava uma história organizada por épocas (como defendia Decroly, que a visão global do mundo poderia ser organizada em diversas partes). A História de Portugal era apresentada por épocas e não por reinados, embora se salientassem e se dedicassem planos individuais de aulas a reinados ligados à fundação e à consolidação da nacionalidade e à dilatação da fé. A compartimentação destas lições foi ditada, não só, por fatores pedagógicos, mas também, políticos. A ligação entre a História e a ideologia estadonovista é bastante notória nos seus textos, chegando – se a reforçar a ideia de que o importante não era reproduzir uma História intelectual, mas antes uma História emotiva, tendo em consideração o carácter formativo do ensino estadonovista como se constata pela leitura do Boletim Escola Portuguesa, de 16 de novembro de 1939, p. 39. A sua intenção é a de construir um juízo de valor sobre os fatos da vida portuguesa, ação que considera ser um reflexo de uma conduta patriótica.

São abordados de forma significativa temas como os acontecimentos da Guerra Civil de Espanha. Luis Reis Torgal (200), pp. 305 – 306) evidencia que estas refletem a atualidade trazida por este conflito à cruzada anticomunista e ao repúdio de uma possível federação ibérica defendida pela República Espanhola. As lições são, também, resvaladas pela cruzada contra o “Comunismo ateu”, opondo a revolução cristã à bolchevista. Estas lições começam com a fundação do Condado Portucalense, demonstrando que a Pátria foi desde do início um país cristão, território oferecido por um rei cristão a um cavaleiro cristão (Escola Portuguesa, 8 de fevereiro de 1940, pp. 277 – 279). Os muçulmanos são comparados com os bolchevistas e a ação dos cavaleiros da Reconquista é trazida para o presente quando comparada com a atual preparação militar dos Viriatos que irão combater

em Espanha. A História Nacional estrutura – se redor da fé cristã, predominando a descrição dos acontecimentos políticos e religiosos sobre os fatos económicos e culturais. As comparações com o meio local são sempre relacionadas com a vivência rural, valorizando – se a atividade agrícola que se associa ao desenvolvimento do país: Salazar é o bom administrador de terras, enquanto o Marquês de Pombal representa o mau administrador que não respeitou os trabalhadores da sua propriedade.

A Revolução de 1383 – 85 é usada para apresentar os “grandes homens” ligados à organização da História Nacional na fé cristã: Mestre de Avis, João das Regras e o “génio de Nuno Álvares Pereira. Estas personagens servem para justificar que Deus, em épocas de dificuldade coloca” grandes homens” à frente dos destinos de Portugal, como o fez na atualidade com Salazar (Escola Portuguesa, 3 de novembro de 1938, pp. 61 – 62). O elemento providencialista continuará a estar presente na epopeia da Expansão, uma vez que só a dilatação da fé justifica, na sua opinião, que Portugal, sendo um país grandioso, tenha decidido aventurar – se no desconhecido (Escola Portuguesa, 10 de novembro, 1938, p. 70) Reabilita a figura de D. João III como grande governante que derrotou o fanatismo religioso do Protestantismo. A Revolução de 1640 encerra um período de decadência e compara D. João IV, nas suas responsabilidades governativas, a Salazar, personificando em Miguel de Vasconcelos e Brito, o Secretário de Estado que representava o rei D. Filipe IV de Espanha, no período da Monarquia Dual, todos os traidores atuais da Pátria Portuguesa.

É ainda dedicado um conjunto de nove lições ao período liberal, em que são contestados os ideais da Revolução Francesa e o seu espírito ateu, assim como se defende que a liberdade deve ser sempre empregue como sinónimo de obediência. Valoriza – se apenas, neste período, D. Miguel, como rei que recupera a tradição portuguesa, as campanhas de África e o espírito heroico dos portugueses que se sacrificaram na I Guerra Mundial. A última lição é dedicada a Salazar, exemplo do bom português enquanto filho, estudante, cidadão e governante.

Ao compararmos o plano destas aulas com os conteúdos dos manuais escolares, teremos de considerar que estes são também veículo de um sistema de valores, como refere Sérgio Campos Matos (1990, pp 48 – 50), sendo o suporte básico dos conteúdos programáticos do currículo. Há ainda a considerar, em última análise, o fato do público – alvo ser diferente, visto que os seus destinatários são os alunos. Como exemplo destes manuais, aponta – se a “História da Pátria Portuguesa”, de Estefânia Cabreira e de

Oliveira Cabral, como manuais aprovados oficialmente, e a História de Portugal de Tomás de Barros, que, embora não aprovado oficialmente, era o compêndio mais usado, nos anos 40, nas escolas portuguesas, como advoga L. Torgal no seu livro “Estados Novos, Estado Novo”, e comprovado pela maioria da população, em quase todas as casas, há um exemplar da História de Portugal de Tomás de Barros.

No entanto, nas escolas circulavam várias publicações não autorizadas e algumas eram mesmo indicadas pelos inspetores orientadores que as recomendavam a troco de favores que recebiam das editoras. Estes dois manuais abordam, numa parte introdutória, o período da Ditadura, e terminam ambos com o movimento militar de 28 de maio de 1926. O manual de Tomás de Barros reflete mais a ideologia do regime, embora a parte cronológica apresente um peso excessivo relativamente ao compêndio de Estefânia Cabreira. A questão da memorização excessiva no ensino era criticada no Boletim Escola Portuguesa. Só em 1951, Tomás de Barros solicitará a aprovação oficial do seu compêndio, sendo o relatório de análise elaborado pelo inspetor orientador Silvestre Figueiredo. No seu parecer, ressalta a importância dada à religião cristã na história portuguesa, questão que esteve sempre presente nas suas lições publicadas na Escola Portuguesa. O inspetor considera que o autor do manual se preocupa com o “influxo religioso” determinante da Independência e da Expansão portuguesas, mas refere que este deveria acentuar o antagonismo de crenças entre os cristãos e muçulmanos e salientar a natureza do poder do Papa. Critica ainda o fato de Tomás de Barros não analisar as ideias importadas de França para explicar as lutas liberais, bem como lhe faltar um juízo condenatório ao assassinato de Sidónio Pais. Finalmente, o inspetor considera que o compêndio deve ser valorizado e, num exemplar, procede a cortes e alterações no texto, eliminando grande parte da cronologia e as recapitulações de matérias (AH – ESLx. Livro 16 – E, nº 488, fl 150, 21 – III – 51). Este relatório de Silvestre Figueiredo é assim um exemplo do espírito nacionalistas e de dilatação da fé que é característico dos textos publicado no boletim Escola Portuguesa.

O Boletim Escola Portuguesa

Este boletim entre 1934 e 1946 foi o meio de comunicação privilegiado entre o Ministério e o professorado primário, servindo de ligação entre a orientação pedagógica e a doutrinação política. Os seus artigos procuravam controlar as práticas educativas e proceder à inculcação ideológica dos professores do ensino primário. A definição de uma política educativa de carácter autoritário e nacionalista, estabelecida num projeto de formação integral, iniciada por Cordeiro Ramos e organizada por Carneiro Pacheco, levará à intensificação das atividades de controlo e inculcação ideológica junto do professorado. Através de práticas discursivas procurava – se ultrapassar as dificuldades que limitavam o raio de ação e a eficácia das atividades inspetivas do Ministério, e que não permitiam ultrapassar os condicionalismos geográficos que isolavam muitos professores colocados em meios rurais.

A escola primária é utilizada pelo Estado Novo para construir a consciência nacional. Assumindo o Boletim Escola Portuguesa o carácter de expressão de uma imagem de identidade nacional contruída pelo aparelho ideológico de expressão do Estado Novo. O discurso nacionalista proporcionará, aos professores, os valores referenciais de um sistema político, totalizante, tecido em torno da dicotomia Estado – Nação. A História, a memória e a Nação complementam-se e legitimam o poder político do Estado Novo, funcionavam como o reforço dos laços identitários dos indivíduos com o projeto político estadonovista. O lugar da História na *Escola Portuguesa* e no projeto ideológico do regime, é um facto. Durante o período de nascimento e consolidação do regime, foi altamente influenciado pela conjuntura internacional, nomeadamente pela Guerra Civil de Espanha e pela Segunda Guerra Mundial, principalmente pela inspiração educacional do regime nazista, da qual vão ser decalcadas as organizações que controlavam a juventude, como a Mocidade Portuguesa masculina e feminina e a Legião portuguesa.

Acontecimentos e figuras da História portuguesa são transportas para o presente, funcionando como referenciais simbólicos que orientam e modelam o comportamento dos portugueses. O relevo dado à História nas práticas culturais e nas páginas da Escola Portuguesa, não encontra paralelo num sistema de ensino redutor e destinado às massas, assistindo – se á simplificação dos programas e até mesmo ao seu desaparecimento da

estrutura curricular do ensino primário elementar. A alternativa proposta é, dentro de perspetiva de uma “metodologia global”, fornecer os conhecimentos básicos da História, da pátria e do espírito colonial através disciplinas que integram o currículo, assim como a continuidade histórica da nação. As lições de história de Portugal do professor Silvestre de Figueiredo são exemplo de complementaridade existente nos artigos da Escola Portuguesa entre as dimensões pedagógica e política. Os seus artigos constroem representações de um sistema unitário e integrador, sendo a identidade nacional estruturada em torno dos referenciais de um Estado – Nação, um Chefe e um Império Colonial. A consolidação do regime levará à secundarização do lugar da História nas páginas do boletim, a partir do ano letivo de 1941 – 1942, uma vez que a sua apropriação ideológica estava ligada à legitimação do Estado Novo e á operacionalização do seu projeto político – ideológico junto do professor primário.

OS MODELOS DE APRENDIZAGEM SEGUIDOS POR JEAN PIAGET E JEROME BRUNER



Figura 31 Jean Piaget

BIOGRAFIA DE JEAN PIAGET

Jean Piaget nasceu em Neuchâtel, na Suíça a 9 de agosto de 1896. Ficou conhecido pelo seu trabalho pioneiro no campo da inteligência infantil. Piaget passou grande parte da sua carreira profissional interagindo com crianças com a finalidade de estudar o seu processo de raciocínio. Os seus estudos tiveram grande impacto no desenvolvimento dos campos da Psicologia e da Pedagogia.

Piaget foi uma criança prodigiosa., desde da sua infância que se começou a interessar por História Natural. Aos 11 anos de idade, publicou o seu primeiro trabalho sobre o pardal albino – o início da sua brilhante carreira científica.

Piaget frequentou a Universidade de Neuchâtel, onde cursou Biologia e Filosofia. Recebeu o doutoramento em Biologia em 1918, com 22 anos de idade. Após formar – se, Piaget foi para Zurique, onde trabalhou como psicólogo experimental e frequentou as aulas lecionadas por Jung, tendo trabalhado como psiquiatra numa clínica. Estas experiências influenciaram todo o seu trabalho. Piaget conjugou a psicologia experimental, que faz um estudo formal e sistemático de cada caso, com os métodos informais da Psicologia: as entrevistas, conversas e análises de pacientes. Em 1919, Piaget vai para França, onde Alfred Binet, um famoso psicólogo infantil, o convida para trabalhar. Alfred Binet desenvolveu testes de inteligência, padronizados para crianças. Piaget verificou que as crianças francesas da mesma faixa etária faziam os mesmos erros, nesses testes e concluiu que o pensamento lógico se desenvolvia progressivamente.

1919 foi um ano marcante na vida de Piaget. Foi o ano em que iniciou os estudos experimentais sobre a mente humana e sobre o desenvolvimento das capacidades cognitivas. Os seus conhecimentos de Biologia levaram – no a um melhor entendimento do desenvolvimento cognitivo da criança como uma evolução gradual.

Piaget partindo de pesquisas baseadas na observação e em entrevistas que realizou com crianças revolucionou as concepções de inteligência e desenvolvimento cognitivo destas. Interessou – se principalmente pelas relações que se estabeleciam entre o sujeito que conhece e o mundo que tenta conhecer. Nunca se assumiu como biólogo, mas considerou – se sempre como um epistemológico genético porque investigou a natureza e gênese do conhecimento nos seus processos e estágios de desenvolvimento. Em 1921, volta à Suíça, onde vai exercer o cargo de diretor do Instituto Jean Jacques Rousseau de Universidade de Genebra. Aí, iniciou o maior trabalho da sua vida, ao observar crianças a brincar, indo registrando meticulosamente as palavras, ações e processos de raciocínio das crianças.

Em 1923, casou – se com Valentine Châtenay, com teve três filhas: Jacqueline (1925), Lucienne (1927) e Laurent (1931). As teorias de Piaget foram grandemente baseadas na observação das suas filhas que realizou ao lado de sua mulher. Enquanto prosseguia com as suas pesquisas e publicações de trabalhos, Piaget foi lecionando em diversas universidades europeias. Os registros revelam que Piaget foi o único suíço a ser convidado para lecionar na Universidade de Sorbonne, onde permaneceu desde 1952 até 1963.

Até ao seu falecimento, Piaget fundou e dirigiu o centro Internacional para Epistemologia Genética. A sua magnífica carreira foi pautada por 75 livros e centenas de trabalhos científicos. Piaget viria a falecer em Genebra, a 17 de setembro de 1980. O seu legado distribui – se por diversos campos de estudos como a Biologia, a psicologia do desenvolvimento; a teoria cognitiva e o que ficou conhecido como epistemologia genética. Contudo o seu maior legado foi que se observarmos com atenção a maneira como o conhecimento se desenvolve nas crianças, podemos entender melhor a natureza do conhecimento humano. As suas pesquisas sobre a psicologia do desenvolvimento e a epistemologia genética tinham como objetivo entender a evolução do conhecimento. Piaget defendia que o conhecimento evoluía progressivamente por meio de estruturas de raciocínio que se substituem umas às outras por meio de estágios, concluindo assim que o modo de pensar de uma criança é totalmente diferente do de um adulto. No seu trabalho

de pesquisa identificou quatro estágios de evolução mental de uma criança. Cada estágio é um período onde o comportamento infantil é caracterizado por uma forma específica de conhecimento e de raciocínio. Esses quatro estágios são o sensório – motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal.

Nos trabalhos sobre as crianças. Jean Piaget concluiu que as crianças não são “adultos” em miniatura, pensam e vêem o mundo de uma maneira nova diferente e por vezes mais pormenorizada do que os adultos. Piaget aconselhou, por isso, os adultos a adotarem uma abordagem educacional diferente ao lidar com as crianças.

Piaget revolucionou a pedagogia tradicional, que até então afirmava que as crianças são as próprias construtoras ativas do conhecimento, constantemente criando e testando as suas teorias sobre o mundo. As suas teorias sobre a nova percepção das crianças sustentam, ainda hoje, novas linhas educacionais. O seu legado para as várias áreas da Psicologia e Pedagogia pode ser considerado imensurável.

O CONSTRUTIVISMO

Esta corrente das teorias da aprendizagem é baseada nas ideias do epistemólogo Jean Piaget. O método busca respostas através do próprio conhecimento e da interação dos aprendizes com a realidade.

Embora normalmente seja associada à Psicologia e à Pedagogia, a corrente construtivista trata – se de uma teoria da Epistemologia. É uma área da Filosofia que aborda a Natureza, os processos e limites do conhecimento humano, em especial a relação entre o conhecimento e o indivíduo. Esta baseia – se na demanda pela explicação do desenvolvimento da inteligência humana.

Piaget foi um dos primeiros epistemólogos a analisar a nível científico a formação do conhecimento na mente humana. Analisou o ser humano desde recém-nascido até ser adulto, numa tentativa de entender as transformações que levavam a pessoa a ser um indivíduo perante o seu reconhecimento do mundo e de pensamentos complexos.

Numa das suas obras mais famosas, “O Nascimento da Inteligência na Criança”, Piaget defende que a relação entre o sujeito e o meio é de extrema importância, pois o conhecimento não é iniciado por causa dos objetos ou da atividade do indivíduo, mas sim por um estado diferenciado chamado adaptação. Divide assim, o processo cognitivo em dois momentos: a Assimilação e a Acomodação que permitem à criança progredir neste processo e, ocorrem sempre que algo de novo se depare à criança. Contudo o desenvolvimento cognitivo passa por quatro etapas: motor – sensorial, que ocorre entre os zero e os dois anos de idade, em que se verifica que a criança tem um controlo motor e um contacto físico com os objetos, que lhe permite construir um conhecimento desse objeto; pré – operacional, entre os dois e os sete anos de idade, no qual desenrola – se o desenvolvimento das habilidades verbais; concreto – operacional, que se manifesta entre os sete anos e doze anos de idade, onde a criança já é capaz de assimilar conceitos abstratos e formal – operacional, que se começa a desenrolar entre os 12 anos e os 15 anos de idade, que pode ser entendida como uma fase de preparação, o indivíduo já não é a criança, mas sim o adolescente na passagem para um ser adulto, em que o adolescente é capaz de desenvolver as capacidades sistemáticas e lógicas do raciocínio.

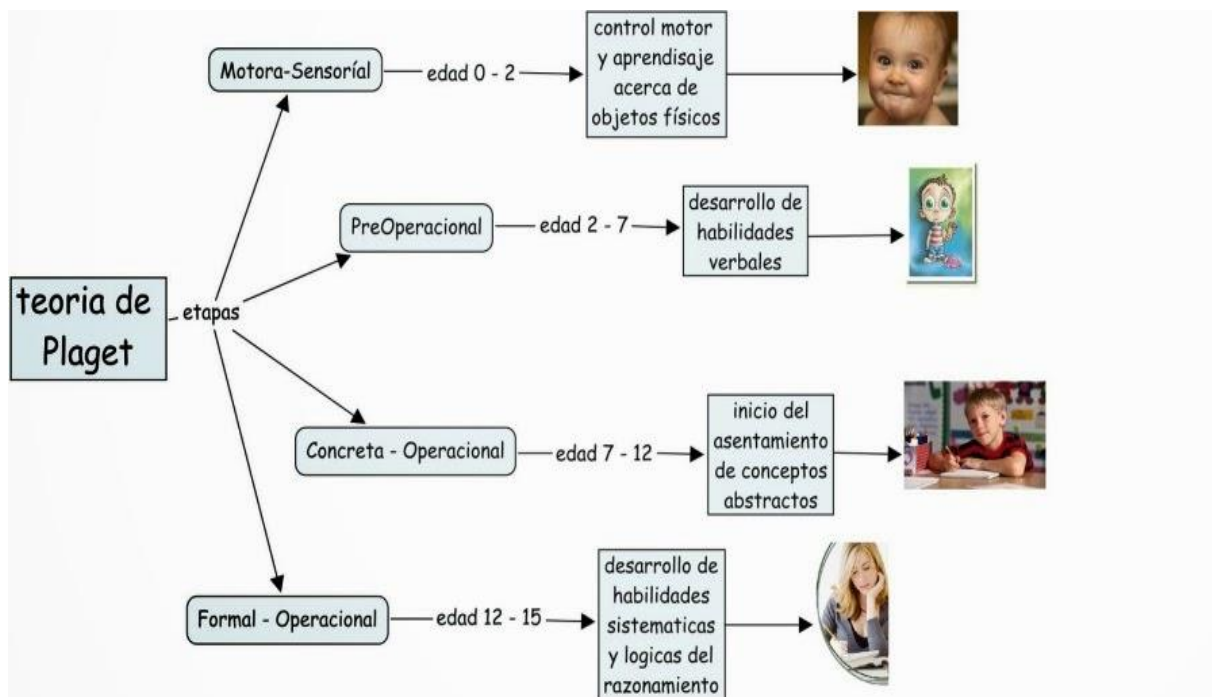


Figura 32 teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget

A acomodação será a interpretação do indivíduo sobre um objeto a fim de encaixá-lo, ou incorpora-lo na sua estrutura cognitiva. Esta acomodação ocorre quando o sujeito consegue transformar a estrutura cognitiva para compreender um objeto.

Piaget estudou a maneira como as crianças entendem o mundo e concluiu que a aprendizagem é espontânea e por assimilação. Através da organização de dados externos que são reorganizados internamente, compreendendo e organizando a realidade.

Noções, em relação à medida, como a proporção, quantidade, sequência ou volume, seriam espontâneas, surgindo de acordo com o desenvolvimento da criança e da interação com o meio.

A psicolinguista argentina, Emília Ferreiro, que foi aluna de Piaget, complementa esta teoria, afirmando que a criança é capaz de se alfabetizar sozinha desde que inserida num ambiente que estimule a sua interação com os textos e com as letras, no entanto será aconselhável que se afastem da criança elementos adversos à cultura do núcleo familiar da criança, podendo estes ter um efeito extremamente negativo em qualquer vertente do desenvolvimento cognitivo da criança, prejudicando o processo de aprendizagem desta.

O aluno participa ativamente na aprendizagem através do estímulo à dúvida, à experimentação, ao desenvolvimento do raciocínio, pesquisas em grupo, criação de soluções. Neste contexto o professor deve ajudar o aluno a estabelecer as prioridades dos

objetivos, para que o aluno seja capaz de construir, montar as características, principalmente, do mundo que o rodeia.

A teoria construtivista coloca a sua ênfase no erro como caminho natural da aprendizagem e no respeito pela individualidade do aluno, mesmo em contexto coletivo, condena a rigidez de outros métodos de aprendizagens, como por exemplo (...), que já há muito vinha sendo contestada e a padronização de avaliações.

De acordo, com o Construtivismo, o ser humano não nasce inteligente, mas é ativo, muito recetivo, à influência do meio em que o rodeia. O indivíduo reage e interage com este a fim de organizar o seu conhecimento. À medida que constrói a aprendizagem, esta torna – se mais complexa, mais ampla, alargando horizontes, permitindo novas experiências que lhe permitem indo acumular o conhecimento ao longo da vida. A aprendizagem é assim entendida como um processo contínuo. Quanto mais estímulos e interações o aprendiz estabelecer com o meio envolvente, maior será a sua aprendizagem, o seu conhecimento.

O professor, perante esta teoria tem um papel orientador, sendo fundamental na organização do ambiente de aprendizagem e, principalmente, para estimular o interesse do educando. O estímulo pode – se dar através de um questionário feito a partir do contato com um objeto, prévio ou não, de modo a incentivar a curiosidade do aluno, sobre um determinado assunto que será abordado, pode ser a visualização de um documentário sobre o assunto, uma imagem pictográfica, um desafio, ou sobre a informação acabada de veicular.

A escola também, desempenha um papel fundamental na criação destes estímulos ao desenvolvimento do processo cognitivo, promovendo atividades cativantes do interesse dos alunos que os levem a explorar mais profundamente determinado tema.

A malha curricular, torna – se mais maleável, uma vez que permite o descobrimento de novos fatos e o acrescentar algo mais sobre um assunto, que deverá ser transmitido ao professor, enriquecendo não só o conhecimento do aluno, mas também o do professor que conseguiu alcançar o grande objetivo da teoria construtivista, que foi gerar um censo crítico e uma visão mais desenvolvida sobre o assunto no aluno, que foi capaz de elevar o conhecimento a um patamar mais elevado.

BIOGRAFIA DE JEROME BRUNER



Figura 33 Jerome Bruner

Jerome Bruner, psicólogo americano, oriundo de uma família polaca, nasceu em Nova Iorque, no dia 1 de outubro de 1915 e faleceu, na mesma cidade a 5 de junho de 2016.

Foi professor de Psicologia em Harvard e depois em Oxford e foi professor na Escola de Direito da Universidade de Nova Iorque. Durante os governos dos presidentes Kennedy e Johnson, Bruner chefiou o Comité de Ciências (Science and Advisory Committee). Tendo escrito importantes trabalhos sobre educação, liderou o que ficaria conhecido como Revolução Cognitiva, na década de 1960. Esta introduz novas perspetivas no estudo da mente, ultrapassando os postulados colocados, até então pela teoria behaviorista, que se centrava apenas nos fenómenos observáveis.

As suas obras mais importantes são *Sobre o Conhecimento: Ensaio da mão esquerda* (1960); *O Processo da Educação* (1961); *Atos de Significação* (1990) e *A Cultura da Educação* 1996.

Bruner fez o bacharelato em Psicologia, na Universidade de Duke, Durham, posteriormente tirou a licenciatura em Harvard, tendo feito o doutoramento, também em Psicologia, tendo ficado conhecido como o pai da Psicologia Cognitiva, tendo desafiado os postulados behavioristas da época.

Ensinou e fez investigação na New School for Social Research.

Obteve doutoramentos “Honoris Causa” pelas Universidades de Yale, Columbia, Sorbonne, Berlim, Roma, ISPA Instituto Universitário, entre outras. Foi membro da Society for Research in Child Development e da American Psychological Association. Deixou uma obra diversificada transposta das áreas da Psicologia, Educação, Pedagogia e psicologia.

Inicia os seus estudos a partir da sensação e da percepção humanas como parte de um processo ativo e não apenas recetivo.

Em 1947, Bruner publicou o seu estudo “Valores e Necessidades como Fatores Organizacionais na percepção”. Nesta investigação, era solicitado a crianças ricas e pobres que avaliassem o tamanho de moedas e de discos de madeira. Os resultados mostraram que os valores e a necessidade das crianças ricas e pobres diferenciavam ao superestimar o tamanho das moedas, comparadas aos discos de madeira do mesmo tamanho (Journal of Abnormal and Social Psychology, 1947, vol. 42, pp. 33 – 44)

Outro estudo clássico conduzido por Bruner e Leo Postman mostrava as reações mais lentas e menos precisas em relação às cartas de um baralho das crianças. Estas experiências apontaram novos caminhos para a Psicologia, o que obrigou os investigadores, não apenas a observarem a resposta do organismo a estímulos, mas também às suas interpretações internas.

Em 1956, Bruner publicou “O Estudo do pensamento que marca o início do estudo da Psicologia Cognitiva e fundou também, o Centro de Estudos Cognitivos em Harvard.

Em 1990, Bruner fez uma série de conferências subordinadas ao estudo do pensamento cognitivo, publicadas no livro “Atos de Significação”, no qual defendia que o modelo computacional é uma metáfora do estudo da mente, defendendo um entendimento holístico da mente e do sistema cognitivo humanos.

Um dos aspetos mais relevantes da teoria de Bruner é que defende a aprendizagem como um processo ativo, no qual os aprendizes constroem novas ideias, ou conceitos, baseados nos já adquiriram, construindo hipóteses e toma decisões, contando, para isso, com uma estrutura cognitiva. Os esquemas e modelos mentais fornecem significado e organização para as experiências e permitem ao indivíduo “irem mais além da informação dada”.

Em Havard, Jerome Bruner publicou vários trabalhos sobre a avaliação nos sistemas educacionais e de que forma a educação poderia ser melhorada. A sua visão geral é de que a “educação não se deve concentrar apenas na memorização de fatos”.

Entre 1964 e 1996, Bruner procurou desenvolver um currículo completo para o sistema educacional que antecederesse as necessidades dos estudantes em três principais áreas, que designou por MAN: A Course of Study, conhecido pela sigla MACOS ou M.A.C.O. S que se fundamenta no ensino em espiral, ou seja, um determinado conceito deveria ser repetidamente ensinado, em diferentes níveis, cada nível sendo mais complexo que o antecedente. Este processo permitiria à criança absorver ideias complexas de uma forma mais simples. Bruner pretendia criar um ambiente educacional que se concentrasse no que era exclusivamente humano sobre os seres humanos; em como os seres humanos chegaram ao estágio atual e em como os seres humanos se poderiam aperfeiçoar.

Para Bruner há dois modos de pensamento: o narrativo e o paradigmático. Bruner argumenta que os indivíduos constroem realidades, proporcionando diferentes maneiras de ordenar as experiências vivenciadas. Além disso, pretendia analisar o desenvolvimento cognitivo e a construção da aprendizagem por meio de signos e simbologias, nos quais o pensamento é realizado por meio da fala e de imagens.

Bruner define narrativa como uma sequência de eventos, e estes, por sua vez, são carregados de significado. “Narrativa é o discurso, e a principal regra do discurso é que deve haver um motivo para que o mesmo se distinga do silêncio”. A narrativa fundamenta – se no contar de uma história para esclarecer algo duvidoso, ou algo que o indivíduo procura resolver ou sanar. Dessa forma, é por meio da fala ou da organização de fatos pelo pensamento que os indivíduos estabelecem relações e organizam as suas ideias a respeito de algo ou de alguém. Temos de ter presente que a fala é a forma primeira de comunicação.

O pensamento paradigmático, segundo Bruner associa – se ao desenvolvimento formal de conceitos, ou seja, quando há uma apropriação de ideias demonstradas, descritas ou argumentadas. É um modo de pensamento com o qual se tenta preencher o padrão de um sistema formal e matemático de explicações e provas por meio de argumentos que provem as conjecturas do sujeito.

Bruner defende que estes dois tipos de pensamento atuam de forma independente, porém as várias investigações têm demonstrado que ambos estão inter-relacionados. O pensamento narrativo baseia – se na memória e na interação do sujeito com o meio que o circunda e o pensamento paradigmático, poderá ser entendido como as experiências derivadas da história narrada. O ser humano em contato com a sociedade, cultura e a sua própria vivência cria as suas narrativas que espelham narrativas coletivas e delas dependem uma vasta série de experiências.

O cognitivismo

Jerome Bruner é o psicólogo americano do desenvolvimento cognitivo. Tal como Piaget, ambos desenvolveram teorias do desenvolvimento cognitivo. Segundo Bruner a sua teoria poderia ser sintetizada como «compreensão geral da estrutura de uma determinada matéria». A partir desta compreensão, o aluno é capaz de deduzir o significado na relação com o todo e, conseqüentemente, qualquer coisa que tenha significado é relacionado com toda a estrutura. Bruner defendia que as crianças são capazes de deduzir o significado das várias exposições e experiências que encontram nas atividades do seu quotidiano.

Para Bruner a criança passa por três estádios de desenvolvimento cognitivo; pensamento ativo, icónico e simbólico.

O pensamento ativo, ou modo ativo constitui o primeiro estágio, observado na maioria das crianças. É caracterizado por se basear na ação motora, que se reflete no tocar, no saborear, no mexer e no agarrar de objetos. Do resultado desta experiência adquirida através da interação física com os objetos, a criança está posição de reproduzir cada experiência de forma psicomotora. Apesar deste modo, estar geralmente associado a crianças mais novas, é provável que seja usado por crianças mais velhas, até à fase da adolescência. Isto acontece porque o ritmo de crescimento difere de criança para criança e, mesmo em adultos se pode verificar a utilização deste modo, que pode ocorrer quando se envolvem com uma atividade motora, como tocar piano, ou encontrar um caminho através de um território desconhecido.

Durante a fase do modo pensamento icónico, os sistemas de representação da informação da criança alargam – se. As crianças começam a formar imagens e desenhos das experiências que têm tido, por exemplo, no fim de uma atividade lúdica, como um passeio ou uma visita a um museu, em que o professor pede aos alunos para fazer um desenho sobre o que mais gostaram de ver. O que significa que elas conseguiram interagir com os objetos que estão fisicamente ausentes, mas apenas presentes na sua mente. O professor deve encorajar os alunos a usarem a sua imaginação e criarem imagens sobre tópicos que não podem ser demonstrados fisicamente, por exemplo, personalidades históricas, informações sobre países distantes ou personagens relatadas na literatura como

Walt Disney fez, com personagens como Alice no País das Maravilhas ou Pocahontas ou Aladin.

O pensamento do modo simbólico é a terceira formal elevada de pensamento, apresentada por Bruner. Aqui, a criança representa a informação baseada em símbolos, ideias, pensamentos e conceitos. Este estágio é referido como simbólico na medida em que a pessoa domina por completo a malha linguística materna, que é o veículo primordial de expressão dos pensamentos. A realização deste modo liberta a mente dos pensamentos restritivos dos modos ativos e icônico, que se apresentam como menos flexíveis e limitados na sua capacidade.

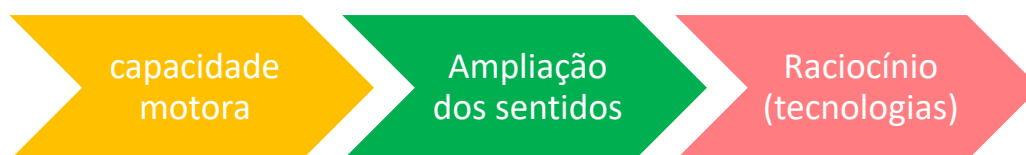


Figura 34 Esquematização dos estágios de desenvolvimento cognitivo da criança

De acordo com a teoria de Bruner, a aprendizagem é um processo de modificação do comportamento resultante da experiência. Bruner afirma que este processo é ativo, dinâmico, pois a aluno, ou aprendiz constrói novas ideias ou conceitos, baseado nos seus conhecimentos prévios e nos que estão a ser assimilados naquele momento, estando sempre baseados na sua estrutura mental inata. A criança, o aluno filtra e transforma a nova informação, infere hipóteses e toma decisões, utilizando uma estrutura cognitiva que fornece esquemas e modelos mentais, conferindo o significado e a organização necessários para as novas experiências. Este fato, vai permitir à criança enriquecer o seu conhecimento além do conceito estudado, através do relacionamento das novas informações com os seus conhecimentos prévios.

O papel do professor, para Bruner, é o de incentivar os alunos a descobrirem por si próprios os princípios do conteúdo a ser aprendido. O professor e o aluno devem manter um diálogo ativo, através do qual o instrutor traduz a informação num formato adequado à compreensão do aluno. O currículo deve ser organizado em espiral, para que o aluno construa continuamente sobre o que já aprendeu. O aluno vai descobrir aquilo que já existe na sua estrutura cognitiva. O professor não é apenas um passador de informação. Bruner via o professor como alguém mais experiente que conseguia levar o aluno a um

nível superior do conhecimento. Bruner foi o primeiro a utilizar o termo “andaime” para descrever o papel do professor, um facilitador.



Figura 35 esquematização do processo de aprendizagem em espiral proposto por Bruner

De modo a facilitar o processo de aprendizagem, a informação deve ser organizada e sequencial e lógica, de tal maneira a que os objetivos que pressupõem conhecimentos anteriores não sejam ensinados sem que esses estejam realmente presentes e segundo estratégias que facilitem a organização da matéria a aprender em conjuntos significativos e que visem uma melhor facilitação e retenção da aprendizagem.

Na sala de aula é importante que o professor saiba transformar as teorias cognitivas em princípios psicopedagógicos, tendo sempre como objetivo primordial a motivação do aluno para a aprendizagem, relacionando – a com as suas necessidades pessoais e com os objetivos da própria aprendizagem; reconhecer que a estrutura cognitiva do educando depende sempre da sua visão do mundo e das experiências que teve anteriormente; adequar o ensino ao nível de desenvolvimento dos alunos e ajudá – los a relacionar conhecimentos e habilidades novos com os previamente adquiridos; começar o ensino por conjunto significativos e descer gradualmente aos pormenores, que devem ser devidamente relacionados com o conjunto.

A teoria de Bruner fundamenta – se nas bases psicológicas do “conhecimento intuitivo e estrutura de campo”; nos princípios psicopedagógicos da “ motivação, desenvolvimento de expectativas, condições de conhecimento intuitivo, compreensão, relacionamento do «novo com o adquirido», sistematização, transferência para situações novas idênticas; nas técnicas de ensino – ensino pela descoberta, ensino pela descoberta

guiada, apresentação de objetivos, introduções, sumários, questionários orientadores e de revisão, esquemas e debates, discussões e estudos de caso.

IV PARTE

A TERRA E A ESCOLA



Figura 36 Vista parcial da Baixa da Banheira

A terra

A Escola Secundária da Baixa da Banheira fica situada na freguesia do Vale da Amoreira. O Vale da Amoreira é a segunda Freguesia do Concelho da Moita mais densamente povoada.

Os seus limites podem – se delimitar, a Norte, pelo o caminho municipal, Avenida 1.º de Maio e o limite da Freguesia de Alhos Vedros, a Ponte, e a Sul a Freguesia pela Fronteira dos Concelhos da Moita e do Barreiro, a Nascente, Vale da Amoreira é limitada pela Freguesia de Alhos Vedros.

O Vale da Amoreira foi uma Freguesia pertencente ao concelho da Moita, distrito de Setúbal, região de Lisboa e inserida na sub-região da Península de Setúbal, segundo o censo realizado em 2011 contava com 9 864 habitantes. No âmbito da reforma administrativa de 2013, foi agregada à freguesia da Baixa da Banheira, formando – se assim uma nova freguesia denominada por União das Freguesias da baixa da Banheira e Vale da Amoreira



Figura 37 mapa da freguesia da Baixa da Banheira

Esta freguesia foi criada *pela Lei n.º 59/88, de 23 de maio, com lugares desanexados da freguesia de Baixa da Banheira*

O Vale da Amoreira tornou – se numa zona habitacional desde 1970.

Os primeiros habitantes desta freguesia eram trabalhadores das quintas que se situavam ao redor da atual área desta, inseridas, na altura na freguesia da Baixa da Banheira. A construção do Bairro Fundo de Fomento de Habitação, legou a esta área um caracter de cariz marcadamente urbano.

Com o processo de descolonização, após o 25 de Abril de 1974. Em junho desse mesmo ano, vários camiões de fuzileiros, *descarregaram* milhares de retornados e refugiados, vindos de Angola, Guiné-Bissau, Cabo verde e Moçambique. Estes habitantes ocuparam via ilegal um conjunto de casas que se encontravam em fase de construção, algumas sem terem condições mínimas de habitabilidade.

Sendo que a origem desta população é bastante diferenciada, o Vale da Amoreira é caracterizado por um mosaico cultural diversificado.

Apesar de ter uma população maioritariamente de cidadãos de nacionalidade portuguesa (55%), a freguesia do Vale da Amoreira ostenta cidadãos de outras nacionalidades como de Cabo-Verde (15%) sendo esta a maior comunidade de origem africana, Angola (10,3%), Guiné-Bissau (10%), S. Tomé e Príncipe (3,4%), Moçambique (2,9%), entre outras (Fonte: Diagnóstico da Junta de Freguesia, 2001). A população refugiada de África, 1/3 mantém a nacionalidade estrangeira. É também de salientar que se trata de uma população jovem, cerca de 36,4% dos seus habitantes apresenta idades inferiores aos 18 anos.

Esta riqueza em população jovem e sobretudo a diversidade de origens e culturas são, a maior riqueza da Freguesia de Vale da Amoreira, representando maior esperança

no futuro. Por isso mesmo a Freguesia, e o próprio Concelho, apostam decisivamente em iniciativas relacionadas com as camadas mais jovens. Exemplos vivos dessa aposta é a Biblioteca Municipal 2 criada em Vale da Amoreira, que regista uma grande adesão por parte das crianças e jovens da freguesia. A educação dos jovens de Vale da Amoreira faz-se nas duas Escolas Primárias, a n.º 5 e a n.º 6, na Escola Básica 2+3 e na Escola Secundária. Uma amostra da diversidade cultural da Freguesia de Vale da Amoreira são as Festas Multiculturais que se realizam, anualmente, no mês de junho. A freguesia dispõe de cinco Associações desportivas, duas Associações de carácter cultural, uma Associação de Jovens, uma Associação de reformados, um Parque de Lazer, um Centro de Informação Juvenil, um Centro Hip-Hop e o Grupo Jovem.



Figura 38Biblioteca Municipal 2 - Vale da Amoreira

O Vale da Amoreira é uma freguesia com características marcadamente urbanas. A provar este fato está o elevado número de bairros sociais, os quais são geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

A oferta comercial é muito débil, englobando principalmente estabelecimentos de artigos de primeira necessidade e restauração, principalmente cafés. A não existência de agências bancárias denuncia esta incipiência da atividade económica e a diminuta atratividade do território.

<http://www.freguesias.pt/freguesia.php?cod=150606>

A Escola

A Escola Secundária da Baixa da Banheira fica situada no Vale da Amoreira, concelho da Moita, na seguinte morada:

Praceta Maria H.V. Silva

2835-220 VALE DA AMOREIRA

Telefone: 212 099 970

Email: geral@esbb.pt

O seu projeto educativo intitulado “Colaborar, Formar, Construir o Futuro”, baseado na frase de Marco Aurélio, retirada da sua obra *Meditações, Livro 8* «Os homens existem uns para os outros. Portanto, melhora-os ou suporta-os.»

Para esta escola a afirmação de que só através da educação pode o homem aceder à sua humanidade mantém a sua plena atualidade e assume contornos muito específicos na sociedade contemporânea articulando-se com a visão e a missão das escolas, uma vez que a necessidade de formar cidadãos para a sociedade do conhecimento que faz imperativo que o indivíduo tenha conhecimentos e uma capacidade de flexibilidade e competências que o permitam a adaptar – se às mudanças. Sendo por isso necessário que se incute na população estudantil a aquisição de uma “atitude de sujeito, aprendente e de empresário de si”, transmitida não só pelos professores, mas todos os agentes que se relacionam direta ou indiretamente com a escola, promovendo, deste modo o desenvolvimento e do equilíbrio pessoal dos jovens que integram este agrupamento, para que possam contribuir “de forma ativa para o progresso económico e social”.

Esta escola defende que a sua visão é a sua autoconstrução, não só como instituição, mas também como “aprendente” com todos os elementos que com ela cooperam. Sentindo assim que a necessidade de reconhecimento das especificidades dos jovens da comunidade envolvente, para que esta escola seja reconhecida como um importante centro e um laboratório de formação integral dos jovens, e ofereça condições aos jovens para que desenvolvam os requisitos necessários para se tornarem cidadãos ativos e produtivos, desta, de modo que contribuam para o desenvolvimento da região

onde está inserida, bem como “doutras regiões do mundo, tendo em conta as características migratórias da população em causa”. Desta forma, defende que a sua missão é orientada pelo propósito de promover “uma disponibilidade para a aprendizagem constante ao longo da vida, proporcionando as ferramentas básicas à sua concretização, através de uma oferta de recursos diversificada, capaz, pela sua qualidade, de dar resposta às necessidades prementes do contexto, evitando a fuga precoce dos alunos do sistema de ensino.

A Escola Secundária da Baixa da banheira defende, assim, que a sua missão assenta nos valores da igualdade de oportunidades, na construção da autonomia e responsabilidade individual, no respeito pela diversidade cultural e valorização das competências de cada um, mas também competências de colaboração que contribuam para o progresso social e, elegendo como valor central a disponibilidade para a aprendizagem, sem a qual não poderá existir progresso do indivíduo ou da sociedade.

Para dar cumprimento à sua missão, a Escola Secundária da Baixa da Banheira tem uma oferta formativa para o ano letivo de 2017/2018 com os seguintes cursos no ensino básico – 3º ciclo – Cursos de Educação e Formação (CEF) sobre Assistente Administrativo – (Tipo III); Empregado (a) de Restaurante e bar – (Tipo II); Operador (a) de Distribuição (Comércio) – (Tipos 2 e 3); Cursos Científicos – Humanísticos de Artes Visuais; Ciências Socioeconómicas; Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades; Cursos Profissionais de Comércio; Eletrónica, Automação e Computadores; Gestão e Programação de Sistemas Informáticos; Restaurante e Bar; Turismo.

A Escola e a sua caracterização e organização

Para a concretização da sua missão a Escola Secundária da Baixa da Banheira considera que as suas prioridades para o presente triénio – 2017 – 2020 são: Promover o sucesso escolar; - Diminuir o abandono e o absentismo; - Educar para a cidadania; - Promover a melhoria das qualificações dos adultos; - Melhorar a articulação entre os cursos de educação e formação e cursos profissionais e o mundo do trabalho; - Implementar mecanismo de apoio à integração dos alunos oriundos de países estrangeiros; - Promover um clima de trabalho colaborativo em toda a comunidade escolar aprofundando a cultura participativa; - Fomentar a participação dos encarregados

de educação e família na vida dos seus educando diversificando os mecanismos de aproximação;- Reforçar a articulação da escola com o meio em participação de projetos de carácter regional, nacional e internacional; - Criação de novas sinergias com o território educativo, estabelecendo novas parcerias e aprofundamento das atuais;- Otimizar os mecanismos de organização e gestão da Escola. Criar mecanismos / registos padrão ao nível da organização escolar; - Implementar o Programa Estratégico de Intervenção no âmbito do Programa Qualifica, com níveis de excelência, concorrendo para que o centro “Qualifica – ESBB” – seja reconhecido como referência a nível regional.

A ESBB estabeleceu, para dar cumprimento às suas prioridades diversas parcerias, tais como

- RIVA promotor através do Programa ESCOLHAS VA2835 E6G
- Associação dos Imigrantes Guineenses Amigos Sul do Tejo (AIGAST)
- Centro Comunitário de Coina (Palhais e Coina) CATICA
- Associação de Pais e técnicos para a integração do deficiente (NÓS)
- Centro Hospitalar do Barreiro Montijo (CHBM)
- Associação de Comercio, Indústria e Serviços do Barreiro e Moita (ACISBM)
- Instituto Politécnico de Setúbal (IPS)
- Empresários para a Inclusão (EPIS)
- Instituto de Apoio à Criança (IAC)
- Rede de Empregabilidade Barreiro Moita (REBM)
- Rede Local Garantia Jovem do IEFP
- Centro de Formação de Agrupamentos de Escolas Barreiro Moita
- RUMO
- Universidade de Lisboa
- Escola Básica Mendonça Furtado
- Escola Profissional da Moita (ETPM)

A TURMA

Caracterização da Turma – 12ºAno LH (Línguas e Humanidades)

Ao contrário dos outros anos a professora cooperante dispõe, no presente ano letivo, apenas de uma turma: o 12ºano de Línguas e Humanidades.

Só tive contato com a turma, neste ano letivo, uma vez que no letivo transato, iniciei a Prática de Ensino Supervisionada no Agrupamento de Escolas de Alcochete, sob a orientação do professor cooperante, Dr. Eurico Manuel Bentes Sequeira.

Eu e os meus colegas de núcleo consideramos necessário realizar um questionário (anónimo) para conhecer melhor os alunos e ainda perceber o impacto das nossas aulas no processo de ensino-aprendizagem.

Decidimos realizar o questionário na plataforma google forms¹ (questionários online) por ser mais interativo e também mais prático de recolher os dados finais.

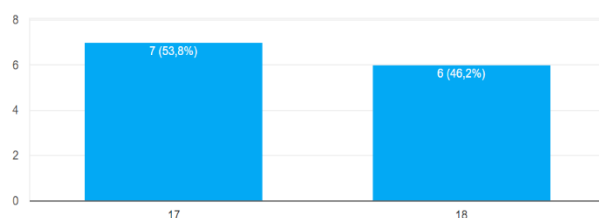
Após o consentimento da professora cooperante para serem realizados em sala de aula, pedimos aos alunos que disponibilizassem os seus e - mails de modo a enviarmos o link do nosso questionário. Informamos que o mesmo era totalmente anónimo, tinha meramente o objetivo de conhecermos com mais detalhe a turma e as preferências de cada aluno.

Resultados dos questionários

A turma do 12ºano de LH é constituída por 15 alunos, no entanto apenas 13 participaram do mesmo. Os discentes têm idades compreendidas entre os 17 e os 18 anos e a maioria são do sexo feminino.

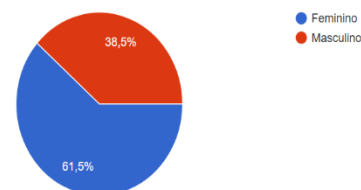
Quantos anos tens?

13 respostas



Sexo:

13 respostas

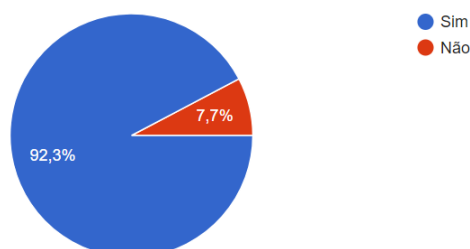


Na sua maioria os encarregados de educação dos alunos são as mães, existindo dois alunos que já são encarregados de educação deles próprios. Questionamos também se os alunos tinham irmãos onde mais de 50% da turma respondeu que sim.

¹ Link para aceder ao questionário: <https://goo.gl/forms/EhR9HbC7qtIQKVHh2>

Tens irmãos?

13 respostas

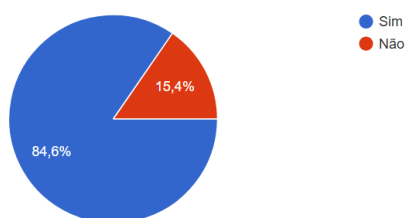


Quisemos perceber quais eram os passatempos favoritos dos alunos e as respostas correspondem às atividades realizadas pela maioria dos adolescentes, ou seja, jogar futebol, playstation, redes sociais, ver filmes, ouvir música e estar com os amigos.

Dado o meio em que se insere a escola consideramos necessário questionar se os alunos tinham computador em casa. Mais de metade da turma respondeu que sim, mas dois alunos responderam que não. Ainda assim, todos têm acesso a um smartphone e todos acedem à internet através do mesmo. A maioria dos alunos responde ainda que passa entre a 5 a mais horas a navegar na internet.

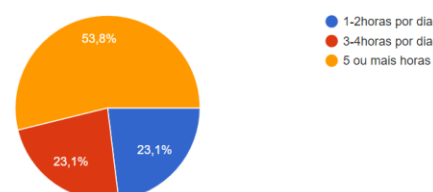
Tens computador em casa?

13 respostas



Quantas horas por dia passas a navegar na internet?

13 respostas



Uma vez que a turma está a frequentar o 12º ano quisemos perceber quais as suas motivações para o futuro, ou seja, desejo de prosseguir com o percurso universitário. Seis alunos responderam que pretendiam prosseguir os estudos, cinco estão indecisos e responderam talvez e apenas dois responderam que não pretendem

ingressar no ensino universitário. Porém quando perguntado aos alunos que cursos gostariam de frequentar existiram muitas respostas em que os alunos revelam que não sabem que curso tirar. Apenas sete alunos responderam que gostariam de frequentar cursos de Desporto, Psicologia, Direito, Línguas e Relações Internacionais.

Na questão “Quais as motivações para ingressares no curso de Línguas e Humanidades”, os alunos responderam (na sua maioria) que gostam da oferta curricular que o curso oferece pois disponibiliza as ferramentas/disciplinas necessárias para ingressarem na universidade; outros responderam que gostam do curso pois não tem matemática; obtivemos ainda respostas que nos dizem que a motivação da escola de humanidades prendeu-se com a preferência e gosto pelas disciplinas que o curso oferece.

Consideramos também importante questionar os alunos sobre as matérias que mais gostam na disciplina de história. Obtivemos respostas interessantes pois os alunos gostam mais de História Contemporânea, em específico os conteúdos que são lecionados no 12ºano, entre eles destacamos, o New Deal, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial.

Apesar do contexto socioeconómico em que a escola e os alunos se inserem, consideramos que esta turma é um exemplo de que nem sempre o que está ao nosso redor é impedimento para a aprendizagem.

V PARTE

AS AULAS OBSERVADAS E LECIONADAS

No presente ano letivo, em virtude de o Núcleo de Estágio de Alcochete ter sido encerrado, por motivos profissionais do professor cooperante, Dr. Eurico Sequeira, fui transferida para o Núcleo de Estágio da Baixa da Banheira.

Apresentei – me na escola no dia 28 de setembro do transato ano de 2017, onde já se encontravam a fazer a prática de ensino supervisionada, os mestrados Sérgio Figueiredo e Daniela Guinapo.

O primeiro contacto coma escola

Na primeira reunião que tive com a Sr^a. Dr^a Maria Noémia Braz, a nova professora cooperante, foi – me apresentada a turma e o ano escolar desta, um 12º ano de História A, do curso de Humanidades; o horário: segunda – feira das 8.15 H / 9.05 H – 9.15 / 10.05; terça – feira das 10.20 H/11.10 – 11.20 H/12.10 e quinta – feira das 11.20 H/12. 10H – 12.15/13.10H, e o manual da disciplina, o livro “Um novo tempo da História” da Porto Editora, das autoras Célia Pinto do Couto e Maria Antónia Monterroso Rosas, com Revisão Científica de Elvira Cunha de Azevedo Mea.

Comecei a assistir às aulas da Sr^a Dr^a Maria Noémia Braz, no dia 3 de outubro do transato ano de 2017. Neste dia, a aula foi lecionada pelo mestrado Sérgio Figueiredo.

As aulas observadas

A aula do dia 3 de outubro, que começou às 10.20h. A Sr^a Dr^a Maria Noémia Braz começou a aula por me apresentar brevemente. O mestrado Sérgio Figueiredo lecionou, estava subordinada ao tema “A regressão do demoliberalismo”, e da “Emergência de autoritarismos”, matéria que vigora no manual da disciplina, entre as páginas 39 e 41. O mestrado Sérgio Figueiredo começou a aula por fazer uma breve revisão da aula anterior, resumindo sucintamente o conceito de comunismo. Em seguida apresentou o sumário: “A regressão do demoliberalismo” e a “Emergência de autoritarismos”. Começou a desenvolver a temática da aula por apresentar as causas da regressão do demoliberalismo, mostrando como este fator tinha conduzido ao aparecimento dos autoritarismos políticos,

fez referência ao surgimento do nazismo, do fascismo e do comunismo. Neste ponto, apresentou um PowerPoint, no qual explicava os símbolos que caracterizavam estes regimes, assim como uma breve história da celebração do 1º de Maio. Finda esta explicação, apresentou um slide com uma síntese da matéria abordada, até ao momento e pediu a colaboração dos alunos para responderem às questões que elaborara no PowerPoint. Enquadrrou, então a situação vivida e sentida pelos povos europeus, tanto a nível social, económico e financeiro, no pós-1ª Guerra Mundial, como justificação maior para o aparecimento destes regimes autoritários.

O mestrando Sérgio Figueiredo constantemente, ia fazendo os alunos recordarem – se das matérias anteriores, fazendo ligações entre as matérias anteriores e a que a estava a ser lecionada.

Apenas uma aluna interpelou o mestrando Sérgio Figueiredo, para que ele lhe explicitasse melhor o conceito de Demoliberalismo. Seguidamente desenvolveu a temática da “Emergência de autoritarismos”, relacionando – a com a emergência de ditaduras de extrema – direita. Para melhor explanação deste ponto da matéria, pediu aos alunos que abrissem o manual da disciplina, na página 42 e, solicitou – lhes que lessem o Doc. 33 B com o título “O Programa”, sobre os propósitos políticos de Mussolini, e perguntou aos alunos o que poderiam inferir da leitura do documento e, todos foram unânimes em apontar três aspetos salientes no documento: (...) “queremos governar a Itália”(...); (...) “substituir esta classe política”(...) e (...) “trata – se de demolir toda a superestrutura democrático – socialista” (...).



Figura 39 Benito Mussolini

Aparentemente, os alunos não revelaram grandes dificuldades na compreensão desta temática, apenas uma aluna pediu ao mestrando Sérgio para lhe explicar melhor o conceito de *ditadura*.

Por fim, o mestrando Sérgio mostrou a relação desta temática com os dias de hoje.

No 2º bloco de aulas, que começou às 11.20 e terminou às 12. 10, teve que se fazer um compasso de espera pelos alunos, que ainda não tinham regressado do intervalo, o mestrando Sérgio retomou a sua explanação fazendo referência às diferenças entre os dois sistemas totalitários, a ditadura e o comunismo. Uma vez mais, apelou à participação dos alunos no desenvolvimento da aula, tendo requerido a um aluno para ler o documento 30, que se encontra na página 39 do manual da disciplina, sobre a Internacional Comunista (Komintern), em seguida pediu aos alunos que relacionassem este documento com o documento da página 42, lido na 1ª hora e que listassem então as diferenças entre os dois regimes.

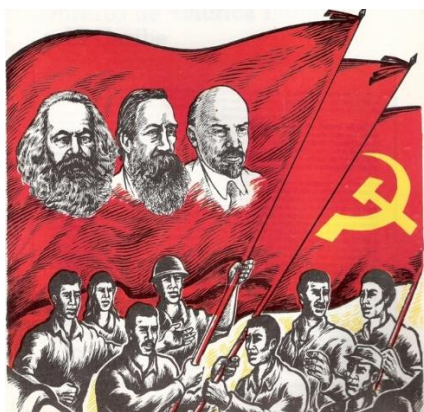


Figura 40 imagem comemorativa do aniversário da Revolução russa

Uma outra aluna pediu ao mestrando Sérgio para que lhe esclarecesse melhor o funcionamento das ditaduras. A professora Noémia prestou então um esclarecimento sobre esta temática, utilizando o slide que o mestrando Sérgio tinha apresentado com os símbolos do nazismo e do fascismo, explicando que num facho, que era o conjunto de setas que os soldados romanos transportavam, todos os elementos estavam unidos e que quando se tirava um desses elementos, todo o conjunto se alterava e, que Mussolini não desejava página 42 que isso acontecesse.

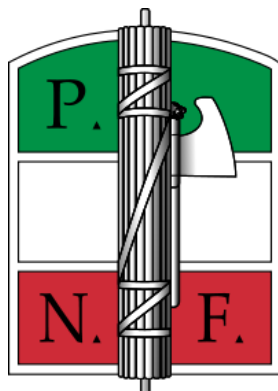


Figura 41 Símbolo do Partido Nacional Fascista

O mestrando Sérgio, para finalizar a sua explanação focou os casos ditatoriais de Espanha e Portugal e, com o intuito de verificar se os alunos tinham assimilado corretamente os conceitos que veiculou no decorrer da aula, solicitou – lhes que fizessem um levantamento das diferenças entre os dois regimes. Ao que os alunos tiveram alguma relutância em fazê – lo, em virtude de se estar no final da aula. Para finalizar a aula, o mestrando Sérgio fez uma síntese da aula, mostrando como a regressão do demoliberalismo tinha levado à emergência dos regimes totalitários, deixando os cinco minutos finais da aula para que os alunos expusessem as suas dúvidas, como tal não aconteceu, o mestrando Sérgio, voltou a relembrar os pontos mais importantes da temática abordada, terminando à aula às 12.10h.

No dia 10 de outubro do transato ano de 2017, a aula foi lecionada pela mestranda Daniela Guinapo.

A temática da aula foi subordinada às mutações nos comportamentos e na cultura.

A aula começou às 8.24 H. A mestranda Daniela Guinapo começou a aula por ligar o quadro interativo e apresentou a nova temática, ditando em seguida o sumário da aula. Começou por apresentar as grandes causas para estas mutações: o clima de paz que então se fazia sentir, no pós–1ª Guerra Mundial; a industrialização; o êxodo rural e, onde se fizeram sentir, como por exemplo ao nível da vizinhanças, do trabalho, da educação dos jovens e da assistência aos idosos, do casamento, da família, do estatuto da mulher e do seu vestuário.

Focando o novo estatuto da mulher, solicitou aos alunos que fizessem um levantamento das ideias principais do texto do manual, na página 44, para verificarem como é que as causas apontadas no início da aula se relacionavam, referindo depois os motivos das alterações nos comportamentos das mulheres, apontando a perda dos maridos na guerra; os novos valores sociais; o novo conceito de feminilidade; a maior convivência com o sexo masculino e a libertação no vestuário que levou ao aparecimento das *flappers*, referindo que este (...) “termo designa a jovem emancipada, que ostensivamente, despreza as convenções sociais”(…).



Figura 42 Flappers

Abordou em seguida a temática dos movimentos feministas. No final do 1º bloco a Srª Drª Noémia deu aos alunos as datas dos testes: 26/10/2017; 5/12/2017; 1/2/2018; 15/3/2018 e 24/5/2018. No início do 2º bloco, a mestranda Daniela Guinapo falou sobre “A descrença no pensamento positivista e as novas concepções científicas”, e no fim de ter feita esta abordagem, falou no conceito de relativismo, tendo deixado os 5 minutos finais da aula para o esclarecimento de dúvidas. No dia 12 de outubro, também, a aula foi lecionada pela mestranda Daniela Guinapo, que iniciou a aula por fazer um exercício de identificação das obras de arte das novas correntes.

No dia 12 de outubro do transato ano de 2017, a aula foi também lecionada pela mestranda Daniela Guinapo.

Nesta aula a mestranda Daniela Guinapo fez um exercício de identificação de obras de arte, com os alunos. Cada aluno tinha um post – it, no qual escrevia a corrente, a que pensava que obra pertencia. O exercício estava projetado no placard eletrônico, onde os alunos iam colocar os seus post – it. Este exercício teve a duração de 10 minutos, findos os quais a mestranda Daniela Guinapo fez a correção, perguntando aos alunos quais as correntes artísticas que tinham tido mais dificuldade em identificar, ao que os alunos responderam: o surrealismo; expressionismo e abstracionismo. Em seguida, mestranda Daniela Guinapo explicou de forma sucinta as diferentes características das diversas correntes. No fim de cada explicação ia perguntando aos alunos se as dúvidas ainda prevaleciam, e simultâneo, ia lembrando os conceitos veiculados nas aulas anteriores, o conceito de *Modernismo*, de *Vanguarda Cultural*, de *Fauvismo*, de *Expressionismo*, de *Cubismo*, de *Abstracionismo*, de *Futurismo*, *Dadaísmo* e *Surrealismo*.



Figura 43 Dadaísmo

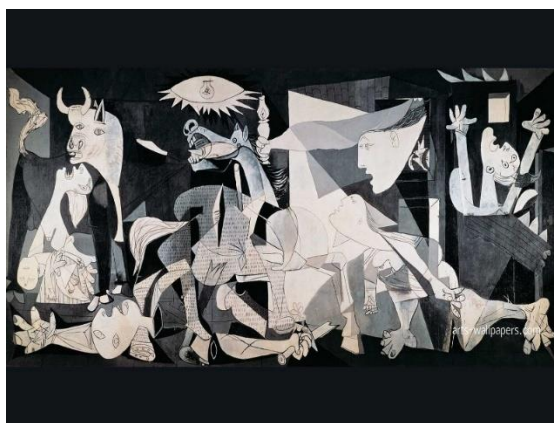


Figura 44 Cubismo - Guernica

No seguimento da aula fez um paralelo da rutura das artes, com a Literatura Modernista, relembrando aos discentes o conceito de relativismo e ceticismo e fez um levantamento das caraterísticas deste novo tipo de literatura. No final desta explicação, abriu um espaço de dois minutos, para o esclarecimento de dúvidas.

Abordou, no prosseguimento da sua planificação, a questão do panorama cultural de Portugal, fazendo referência às datas de 1910, como marco inicial de uma cultura realista em Portugal e de 1912, ano em que ocorreu a primeira exposição dos humoristas, a primeira tentativa de introdução do modernismo em Portugal. Para melhor elucidar os alunos, mestranda Daniela Guinapo voltou a mostrar um vídeo que tinha descarregado da *Escola Virtual* na aula anterior.

Em seguida, fez referência às caraterísticas e fases do Modernismo em Portugal, frisando, mais uma vez que este movimento representava uma rutura com os padrões tradicionais artísticos da época e aspirava a ser inovador, que esta Escola Literária tinha surgido no início do séc. XX e que o seu marco inicial tinha sido a Revista Orpheu.



Figura 45 Revista Orpheu e os seus fundadores - Fernando Pessoa; Mário de Sá Carneiro e Almada Negreiros

Balizou o aparecimento deste no período entre as duas Guerras Mundiais, na mesma altura em que surgia a Teoria da Relatividade de Albert Einstein e a Psicanálise de Sigmund Freud apareceram. Fez menção ainda a algumas inovações tecnológicas, como o aparecimento da eletricidade, do telefone e do cinema. Todas estas transformações científicas iriam influencia o pensamento desta época, assim como o movimento literário. As características mais salientes deste movimento que podem ser apontadas são: o distanciamento do sentimentalismo, o espírito dinâmico influenciado pelas transformações tecnológicas, assim como o espírito crítico e questionador, o uso de uma linguagem corrente e cotidiana, negação das normas estabelecidas, numa atitude anárquica, a originalidade e excentricidade e uma rutura com o passado, demonstrando o desejo de inovar.

Salientou ainda que o futurismo e o cubismo foram duas correntes que tiveram grande impacto em Portugal e fez referência ao segundo Modernismo em Portugal, marcado pela edição da Revista Presença, fundada por Branquinho da Fonseca, João Gaspar Simões e José Régio, numa tentativa de darem prosseguimento ao trabalho iniciado por Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro e Almada Negreiros, na Revista Orpheu, que chocou bastante a opinião pública.

Para terminar a aula pediu aos alunos para fazerem as questões da pág 95 do manual da disciplina. Ao fazer a correção do exercício explicou, uma vez mais as características do movimento modernista.

No dia 16 de outubro do transato ano de 2017 a aula foi dada pela Sr^a Dr^a Noémia e versava sobre o golpe militar de 28 de maio de 1926 e a ascensão de Salazar.

A Dr^a Noémia começou a aula por perguntar aos alunos se tinham algum assunto que gostariam mais de aprofundar, numa perspetiva positivista do ensino, tentando não afastar os alunos do processo de ensino, mas sim envolvendo – os. Demonstrando assim

uma atitude de recusa dos métodos tradicionais de exposição teórica, amplamente difundidos pelo ensino religioso. Os temas que os alunos gostariam mais de aprofundar foram: as vanguardas, sobretudo o conceito Futurismo e Dadaísmo, o Modernismo e o conceito de Psicanálise; a Revolução Russa, principalmente a figura de Lenine; a emancipação feminina; os efeitos da 1ª Guerra Mundial. A Drª Noémia explicou o termo “vanguarda”, mostrando aos alunos uma notícia sobre a morte de Fernando Pessoa e friso cronológico que estavam afixados na parede da sala de aula, fazendo com que fossem eles próprios a dissipar as suas próprias dúvidas. No final desta aula que decorreu sob o signo do debate e esclarecimento de dúvidas, a Drª Noémia perguntou aos alunos se ainda permaneciam algumas dúvidas. No segundo bloco da aula, começou por fazer uma análise dos quadros da pp 20 e 21, sobre o balanço demográfico do pós-1ª Guerra Mundial e sobre o endividamento da Europa para com os Estados Unidos, em março de 1919, a evolução da cotação do marco alemão relativamente ao dólar e sobre o índice geral dos preços em inícios de 1920, em conjunto, pedindo sempre a opinião dos alunos, mostrando – lhes os verdadeiros aspetos quando estes não conseguiam fazer bem a análise dos quadros. Dando continuidade à progressão da matéria do programa, introduziu o ponto 1.5 “Portugal no primeiro pós-guerra, solicitando aos discentes para fazerem um levantamento das dificuldades, sobretudo a nível económico, sentidas em Portugal durante a 1ª República e pediu – lhes que realizassem uma ficha de trabalho sobre esta matéria.

No final da aula, a Drª Noémia informou os alunos que a matéria que iria sair no teste de avaliação sumativa, do dia 26 de outubro, incidiria sobre todo o ponto 1 do módulo 7 “As transformações das primeiras décadas do séc. XX”, do Programa de História A do 12º ano, em vigência e que constitui o primeiro capítulo do manual da disciplina.

No dia 17 de outubro do mesmo ano, a aula foi lecionada pela Drª Noémia, que começou por ditar o sumário aos alunos: “O agravamento da instabilidade política e a falência da 1ª República” e a seguir iniciou a correção da ficha de trabalho fornecida na aula anterior. Finda esta tarefa, começou por explicar que a 1ª República tinha durado 16 anos e que esta tinha passado por diversas dificuldades económicas, sociais e políticas, o que levou ao seu derrube em 1926. Os aspetos mais marcantes deste período foram as constantes desvalorizações da moeda, a balança orçamental apresentava um enorme saldo negativo, pois as importações eram cada vez maiores do que as exportações, e a escassez de produtos e a inflação dos seus preços, em especial os de primeira necessidade era notória, mas estes fatores tinham sido herdados dos finais da monarquia. Juntando se a

estes fatores uma indústria atrasada e insuficiente, um comércio atrofiado e uma agricultura pouco desenvolvida. Portugal estava pouco desenvolvido e não tirava grande fruto dos seus recursos, estando pouco desenvolvido em relação aos restantes países da Europa.

Em março de 1916, com a entrada de Portugal na 1ª Guerra Mundial, ao lado das forças aliadas, a situação económica agravou – se; procedeu – se à especulação e aos racionamentos. A dívida pública disparou, tal como o custo de vida, sobretudo para os que viviam de rendimentos fixos (enquanto que os preços no mercado aumentavam, os salários dos trabalhadores mantinham – se, não acompanhando a subida dos preços fazendo com que o poder de compra caísse. Toda esta situação económica – financeira provocou uma grande agitação e descontentamento social entre os assalariados e as classes médias, ameaçados pelo desemprego e prejudicados pelo aumento custo de vida. As classes populares (operariado e campesinato) viviam na miséria, com empregos precários, baixo salários, sem qualquer proteção social, sujeitos à exploração do patronato. Entre 1919 – 1920 surgem os sindicatos, levando a cabo ações como greves e manifestações violentas, numa tentativa de lutarem por melhores condições de vida para as classes populares.

Ao nível político, a grande instabilidade política fazia – se sentir desde o início do novo regime. A Igreja estava revoltada com o anticlericalismo que a República disseminava por todo o país e o ateísmo científico e maçónicos dos republicanos, conta com o apoio extremamente católico e conservador, onde se inseria António Oliveira Salazar.

Os grandes proprietários industriais, agrícolas e financeiros, também se mostravam descontentes com o carácter excessivamente popular e social da legislação republicana, e receosos com a ameaça bolchevique que pairava sobre toda a Europa, não tendo por isso grande motivação para apoiar este regime, pois viam – no como uma grande ameaça.

A classe média, cansada da de toda a desordem e receosa, também da ameaça bolchevique, ansiava por um governo forte.



Figura 46 Estátua do General Gomes da Costa, em Braga

Todo este conjunto fatores levou a que no dia 28 de maio de 1926, um golpe militar encabeçado pelo General Gomes da Costa, que se encontrava em Braga, juntamente com outras figuras eminentes do conservadorismo católico, descontentes com as medidas anticlericais republicanas, para participar no Congresso Mariano, partiu desta cidade com o intuito de pôr fim ao clima de tensão e rebelião que então se vivia no país e que ditava o fim do regime republicano em Portugal. O movimento depressa se alastrou a todo o país e contou com o apoio tanto da população civil como de todas as unidades militares do país. Em Lisboa, nesse mesmo forma – se uma Junta de Salvação Pública, chefiada pelo almirante Mendes Cabeçadas, que entrega um manifesto a Bernardino Machado, o Presidente da República em 1926.



Figura 47 Almirante Mendes Cabeçadas

No dia 29 de maio, após a guarnição de Lisboa ter aderido em massa ao movimento e do General Óscar Carmona assumir o comando da 4ª divisão do Exército, em Elvas, o Governo de António Maria da Silva capitula e este apresenta a demissão a Bernardino Machado que convida Mendes Cabeçadas a formar um novo executivo, levando a que Gomes da Costa ordenasse a todas unidades militares a retirassem – se. “A de 3 de junho, Mendes Cabeçadas distribui funções no Governo, entregando a Gomes da

Costa as pastas da Guerra, Marinha e Colónias, Ezequiel Pereira de Campos ficou com a pasta da Agricultura, António de Oliveira Salazar ficou com as Finanças, Joaquim Mendes dos Remédios com a Instrução Pública, e Manuel Rodrigues Júnior com a Justiça. Os três últimos ministros, por serem todos professores da Universidade de Coimbra, ficaram conhecidos por «Tuna de Coimbra».

No dia 30, “após um encontro com Gomes da Costa na Amadora, para clarificar o propósito do novo Governo, Mendes dos Remédios e Manuel Rodrigues voltam a Lisboa para tomar posse, enquanto que Salazar regressa a Coimbra. O movimento termina a 6 de junho de 1926, na Avenida da Liberdade (Lisboa,) onde, após tomar posse, Gomes da Costa comanda um desfile militar de 15 mil homens, para celebrar a vitória”.



Figura 48 Gomes da Costa e as suas tropas desfilam vitoriosos em Lisboa no dia 6de junho de 1926



Figura 49 Notícia sobre o novo governo saído do golpe dmilitar de 28 de maio, publicada nojornal "Correio da Extremadura", atual "Correio do Ribatejo"

É o início da ditadura militar. Esta vai suspender a Constituição de 1911, dissolver o parlamento e instaurar a censura.



Figura 50 - Retrato oficial Presidente Óscar Carmona

Em 1928, Óscar Carmona é eleito por sufrágio universal, Presidente da República e volta a convidar António Oliveira Salazar para assumir de novo a pasta Finanças, cedendo às exigências deste para poder equilibrar as finanças públicas de Portugal, o que vai conseguir sem encontrar oposição nem do Parlamento, nem do Presidente da República, cuja figura se tinha tornado num órgão meramente consultivo e representativo. Em 1932 Salazar assume as funções de Presidente do Conselho de Ministros, fazendo plebiscitar em 1933, uma nova Constituição, documento fundador do Estado Novo, dando início a uma ditadura civil que iria durar até 1974



Figura 51 O golpe militar de 28 de maio acabou por servir de base ao Estado Novo

No fim de cada aula, reunimos – nos sempre com a Sr^a Dr^a Noémia, para obtermos um feedback de como tinha sido o nosso desempenho e planear as próximas aulas que iríamos lecionar. No dia 16 de outubro do transato ano, ficou estabelecido que a mestranda Daniela iria lecionar a temática da Grande Depressão e o seu impacto social, que constitui o ponto 2.1 inserido no ponto 2, “O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30”, do módulo 7 “Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do séc. XX”, do Programa de História A do 12º ano, em vigência, nos

dias 30/31 de outubro e no dia 2 de novembro; o mestrando Sérgio iria abordar a temáticas das “Opções Totalitárias”, que constitui o ponto 2.2, nos dias 7/9 e 13 de novembro do transato ano e eu iria abordar a temática de “Portugal: Estado Novo”, nos dias 20/21 e 23 de novembro, até ao ponto 2.5.1. do programa – *“O triunfo das forças conservadoras; a progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político”*, que também são partes constituintes do módulo atrás referido.

Para lecionar esta temática comecei por inteirar mais profundamente sobre o tema, para tal consultei e analisei o Programa de História A 10º, 11º e 12º Anos – Curso Científico – Humanístico de Ciências Sociais e Humanas Formação Específica. Basei – me sobretudo no manual da disciplina, numa tentativa de não sobrecarregar os alunos com informação desnecessária, tendo em conta que irão fazer um exame no final do ano letivo.

A aula do dia 3º de outubro do transato ano de 2017 foi lecionada pela mestrandia Daniela Guinapo, subordinada à temática “O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30”, do módulo 7 “Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do séc. XX”, do Programa de História A do 12º ano, em vigência, que constitui o ponto 2.1 inserido no ponto 2.

A mestrandia Daniela Guinapo chegou cinco minutos mais cedo para verificar o equipamento áudio, o que obrigou a uma mudança de sala, pois o equipamento áudio da sala C 2 não estava a funcionar.

A mestrandia Daniela Guinapo, perguntou aos alunos que tinham feito o teste no passado dia 26, se este lhes tinha corrido bem, ao que os alunos responderam que não, pois era muito extenso e que tinham tido dificuldades nas vanguardas.

No primeiro PowerPoint que a mestrandia Daniela Guinapo apresentou, figurava o tema da aula e o sumário. Começou a aula por perguntar aos alunos, quais os indicadores reveladores da prosperidade americana dos anos 20 que estavam presentes no PowerPoint, ao que os alunos responderam que todos os itens eram indicadores da prosperidade americana dos anos 20. Seguidamente apresentou um slide com um quadro onde fazia a diferenciação entre os anos 20 e anos 30. Tendo começado, em seguida a expor as causas da Grande Depressão de 1929, apontando a era da prosperidade vivida nos Estados Unidos, entre 1921 e 1926, marcada pelos loucos anos vinte, pelo liberalismo económico e pelo crédito facilitado. Em 1926 começou – se a fazer sentir uma recessão pelo aumento dos juros que dificultava o acesso ao crédito e pela diminuição da procura, o que provocou, em 1927, a falência de muitos bancos, denunciando uma fragilidade

económica, sobretudo no setor agrícola e no setor industrial, em grande parte devido à modernização dos processos produtivos. Gerando – se assim uma crise na Bolsa, na qual as ações que eram compradas com recurso ao crédito, desvalorizaram – se e foram vendidas com base na especulação, como se pode ler no doc 1 da pág 108 do manual da disciplina “A crise anuncia – se: fala um político francês”, uma entrevista ao político Paul Reynaud (1878 – 1966), publicada no jornal *Temps*, em 15 de outubro de 1929.

Abordou, a partir do documento acima inserido, a questão do crash bolsista, ocorrido no dia 24 de outubro de 1929 (quinta – feira negra) e a sua dinâmica. Tinha sido provocado pela alta especulação na Bolsa, devido à facilidade da obtenção de crédito, provocando a falência de muitos bancos. Em paralelo com esta crise financeira, desenrolou – se, também uma crise económica, devido à superprodução provocada pela redução do consumo, que provocou uma acumulação de stocks, levando a uma deflação ...’, à falência de numerosas empresas e a despedimentos e a uma diminuição do poder de compra. Esta crise teve dimensões pandémicas, visto que afetou toda a Europa, que ainda se encontrava a braços com a reconstrução do pós-Guerra e extremamente dependente dos Estados Unidos, a Ásia e a América Latina, principais fornecedores de matérias – primas, não tiveram como escoar a sua produção.

No fim de fazer a explanação da matéria, até este ponto pediu a colaboração de um aluno para fazer um resumo da matéria até este ponto, numa atitude claramente positivista, de modo a envolver os alunos no processo de construção do seu próprio conhecimento.

Dando continuidade à matéria que estava a veicular, apresentou as consequências da crise.

Como consequência da crise financeira e da crise económica, dá – se uma crise social, em que se puderam contabilizar 14 milhões de desempregados, verificou - se uma proletarização da sociedadeⁱ e um aumento da criminalidade, da mendicidade, suicídios e antagonismos sociais.

Para ilustrar as consequências desta crise, a mestranda Daniela apresentou um mapa sobre a mundialização da crise que vem no manual da disciplina na página 111.

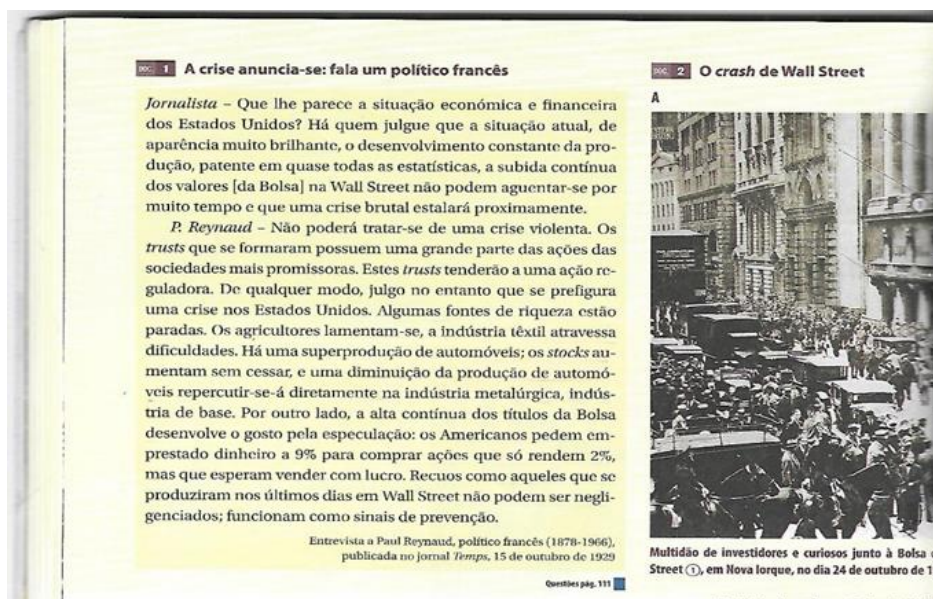


Figura 52 A crise anuncia - se: fala um político francês



Figura 53 mapa sobre a mundialização da crise de 1929

A mestrandia Daniela fez ainda referência a alguns produtos que entraram em decadência com esta crise, na qual o excesso de produção levou a que estes produtos fossem queimados, como foi o caso do café, no Brasil, gado, algodão, para se tentar travar os preços, não tendo, no entanto, compradores. Apresentou ainda um slide com duas imagens patentes na página 110 do manual, de modo a elucidar melhor os alunos sobre a situação gerada pela crise, em que se mostra numa o aspeto do antagonismo social que assola, principalmente a América, neste período. E explicou o conceito de deflação, patente na página 11º do manual, dizendo que se tratava de uma “Situação económica,

geralmente de crise, caracterizado por uma diminuição dos preços, do investimento e da procura, acompanhada de uma progressão do desemprego. Frequentemente, são os Estados que originam essa situação no intuito de combater a inflação dos meios de pagamento, a especulação e a alta de preços. Para o efeito, diminuem a quantidade de papel – moeda, restringem o crédito e reduzem os gastos do Estado”, situação que se verificou na América, no decorrer dos anos de crise.



Figura 54 - Fila em Louisville, Kentucky, em 1937:

Por detrás da fila de pessoas que aguardava a sua vez na fila, poderem ter a direito a alguns alimentos Curioso- que por trás desta fila, está um cartaz que faz alusão à american way's life, A outra imagem mostra uma mãe camponesa, com os filhos a chorarem de fome e que não sabe como os alimentar.

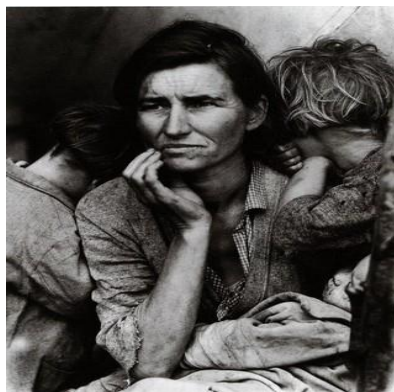


Figura 55 - Uma mãe camponesa com os filhos a chorarem de fome segundo a fotografia Dorothea Lange

Num slide do PowerPoint fez o resumo da matéria abordada até ali, e iniciou a abordagem à temática da depressão dos anos 30, mostrou os efeitos da crise.

Voltou novamente a pedir a colaboração dos alunos para fazer uma síntese do que se tinha tratado até aquele momento.

Fez referência ao livro de John Steinbeck, “As vinhas da ira”, recomendado pelo programa e, formou grupos a quem forneceu diversas passagens do livro, para analisarem e que foi acompanhando no decorrer da análise, até ao final da aula!

Na aula do dia 31 de outubro, a mestrando Daniela começou por dar continuidade à atividade iniciada na aula anterior, dando 10 minutos para os alunos terminarem a atividade.

Como os dois retroprojetores da sala C4 não funcionavam, teve que se perder um bocado de tempo.

A mestranda Daniela, no fim do tempo concedido se ter finalizado, começou por dar o sumário e introduzir uma nova matéria: “O intervencionismo do Estado: New Deal”. Depois começou por dar início à correção do trabalho realizado pelos alunos. Esta atividade como objetivo clarificar as grandes consequências da depressão dos anos 30. No final da correção perguntou aos alunos se restavam algumas dúvidas, ao que os alunos responderam que não. Por fim apresentou um PowerPoint com a síntese de toda a matéria abordada, e recomendou os alunos que estudassem a página 135 do manual onde se encontra esta matéria e iniciou então a explicação sobre o “New Deal” (o novo contrato). Este foi a solução, encontrada em 1930 pelo presidente Roosevelt para solucionar a crise económica, financeira e social que se tinha instalado no decorrer destes anos 30. Este “novo acordo”, pressupunha uma intervenção do Estado, para tal, Roosevelt começou por fazer uma regulamentação do mercado bolsista e do setor bancário, fomentou as grandes obras públicas, aumentou os salários e desvalorizou a moeda, reduziu as áreas cultivadas, concedeu aos agricultores. Proporcionou à assistência social na velhice, doença e concedeu o subsídio e desemprego. Desta forma, conseguiu “superar a crise económica e social; o número de desempregados baixou para 50%; recuperou o poder de compra; os preços voltaram a subir; a produção industrial e as exportações voltaram a subir”. *«Um novo tempo da História»*

A mestranda Daniela, no fim de fazer a explicação sobre o funcionamento do programa «New Deal», pediu aos alunos que fizessem um levantamento das ideias de Roosevelt presentes no Discurso inaugural, da sua tomada de posse, a 4 março de 1933. Como já foi perto dos 10 minutos finais da aula, a mestranda Daniela pediu aos alunos, caso tivessem disponibilidade para acabarem a tarefa em casa.

A aula do dia 7 de novembro, contou com a visita do Sr. Prof. Dr. Miguel Corrêa Monteiro, e dos mestrandos Nuno Graça, Marcelo Nunes e Catarina Filipe.

Esta aula foi lecionada pelo mestrando Sérgio Figueiredo e versou sobre o ponto 2.2 «As opções totalitárias» inserido no ponto 2 “O agudizar das tensões políticas e sociais a partir

dos anos 30”, do módulo 7 “Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do séc. XX”, do Programa de História A do 12º ano, em vigência.

O mestrando Sérgio Figueiredo deu início à aula, começando por dizer que ia retomar a passagem de dois documentários sobre os líderes autoritários e pediu aos discentes para terem atenção a alguns pormenores. No fim dos documentários perguntou – lhes quais as diferenças entre os dois documentários. Os alunos apontaram as duas personagens com o poder da palavra, Adolfo Hitler (Führer - líder) e Benito Mussolini (Duce - líder) e que um fazia apelo à superioridade da Alemanha e à guerra (Adolfo Hitler) e que o outro fazia apelo à paz (Benito Mussolini). Findas as visualizações dos documentários, ditou o sumário: “O culto da força e da violência e a negação dos direitos humanos.”

O mestrando Sérgio enquadrou o aparecimento destes regimes num quadro de dificuldades do pós-I Guerra, do triunfo da Revolução Socialista na Rússia e da mundialização da Grande Depressão de 1929. Estes dois regimes fascistas defendiam um Estado forte liderado por um chefe que controlava tudo.

A ideologia fascista assentava nos princípios: “do autoritarismo, defendendo “(...) a ideia de um Estado forte e disciplinado a que todos se deviam submeter; do nacionalismo, fazendo apelo aos valores nacionais, tendo o Estado a primazia sobre o indivíduo”; do antiliberalismo e anti- socialismo, não aceitando “(...)os regimes democráticos, parlamentares ou de cariz socialista”; do militarismo, o regime fazia “(...)assentar o seu poder num exercício forte e que contara com o apoio económico dos produtores de armamento”; do imperialismo, pressupondo uma “Política expansionista que afirmava o direito de ocupar territórios para além das fronteiras (os nazis chamavam – lhe a procura do «espaço vital»); da superioridade das elites, que assentava na “Conceção que não considera os homens iguais, devendo o governo competir apenas às elites (contrária ao sufrágio universal)”; do racismo/antisemitismo, “Os alemães consideravam a raça ariana superior, tendo, desse ponto de vista, o direito de perseguir as etnias inferiores, especialmente os judeus (princípio exclusivo do regime nazista)”; do corporativismo, “Modelo de organização socioeconómica estabelecido sobretudo em Itália, em que através das corporações, e com recurso à intervenção do Estado, se ultrapassavam os problemas laborais, proibindo – se o direito às greves e aos sindicatos”; da autarcia, que pressupunha “A auto – suficiência económica, obtida através do heroísmo do povo trabalhador.”

A sua ação fazia – se sentir através da defesa de um partido único, o “Partido Nacional – Fascista, em Itália, o e o Partido Nacional – Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nazi), na Alemanha”; de um aparelho repressivo do Estado, que dispunha de organismos que se dedicavam à perseguição de todos os que se opunham ao regime. São exemplos a polícia política (Gestapo na Alemanha e OVRA em Itália” (*Organizzazione per la Vigilanza e la Repressione dell’Antifascismo* – Organização para a vigilância e Repressão do Anti -Fascismo) “e as milícias armadas (SA – Sturmabteilung – divisões de assalto e SS tropa de proteção ao líder— Adolfo Hitler, na Alemanha)

A UNIDADE A LECIONAR

“PORTUGAL: ESTADO NOVO



Figura 56 Estado Novo

Foquei a questão do golpe militar de 28 de maio de 1926, que tinha como objetivos principais o fim da 1ª República e do parlamentarismo liberal agravado por um grande défice financeiro provocado pelos avultados empréstimos que Portugal tinha contraído no estrangeiro e pela participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial, com o intuito de defender as colónias africanas e de responder e pela vontade política de participar na guerra ao lado dos Aliados, nomeadamente da Inglaterra. Estes dois fatores provocaram uma grande instabilidade política, agravaram a situação económica e provocara grande agitação social no país. Apesar de os princípios políticos que o nortearam, este não encontrou resistência alguma por parte, tanto da população como do Exército, contudo desde cedo se verificou que os seus principais agentes, Mendes Cabeçadas, Óscar Carmona e Gomes da Costa, todos de altas patentes do Exército, revelavam tendências autoritárias e ditatoriais. O golpe militar foi bem-sucedido e Bernardino Machado convida o General Óscar Carmona a formar governo.

Óscar Carmona ao formar o governo, vai convidar três professores da Universidade de Coimbra para ocuparem três grandes pastas ministeriais, entre as quais a pasta das Finanças, que foi atribuída a António Oliveira Salazar, conhecedor profundo da história política e financeira de Portugal do séc. XIX e que sabia que os dois grandes problemas da economia portuguesa eram o défice e a enorme dívida pública, no entanto ao fim de quatro dias, por achar que não estavam reunidas as condições por ele exigidas para aceitar o cargo, demite – se e volta à Universidade de Coimbra. Contudo, volta a aceitar o cargo em 1928, sob a condição de lhe serem conferidos poderes extraordinários para controlar as despesas de todos os ministérios. Adotando uma enorme disciplina de austeridade,

Salazar controlou as despesas de todos os ministérios, assim como toda a despesa pública, aumentou a carga fiscal, conseguiu fazer voltar os capitais que estavam emigrados granjeando confiança política tanto a nível interno como externo. Num espaço de 12 anos, entre 1928 e 1940 conseguiu fazer com que o ritmo de amortização da dívida pública fosse rápido, conhecendo este uma redução de quase 40%. Para tal gerou recursos financeiros que permitiram lançar os planos de fomento e iniciar obras públicas e sociais, o que permitiu desenvolver a agricultura, fazendo baixar as importações, manter os preços dos produtos base. Porém ao nível da industrialização a sua atuação foi um pouco débil, entregando – a aos grandes grupos financeiros, privados e industriais. Porém, ao longo dos 40 anos do seu governo, o rendimento nacional cresceu em termos reais cerca de 8 vezes, tendo alcançado nos últimos anos taxas asiáticas (Japão) de crescimento, de 7% e 8% do crescimento real ao ano, aproximando Portugal do nível dos outros países europeus.



Figura 57 Cartoon aludindo a Oliveira Salazar como o doutor que iria dar o tratamento que país precisava

Sem encontrar resistência tanto do parlamento ou de qualquer outra oposição, devido ao grande prestígio que foi ganhando, Salazar foi lançando as bases de uma política inspirada na experiência fascista com um forte carácter autoritário.

Com a despesa pública controlada, António Oliveira Salazar reforça o seu poder e em 1932 é convidado por Óscar Carmona para a chefia do governo. É, a partir desta data, que a política de Salazar se vai clarificar e institucionalizar – se, sobretudo ao nível financeiro e político.

Vai instaurar uma ditadura, na qual todas as vozes discordantes eram controladas aos mais ínfimos pormenores. Construiu, assim um Estado fundado sobre um clima de grande repressão, autoritário, defendendo a formação de um Estado forte, ao qual todos se deviam submeter e do qual, Salazar seria o chefe providencial, deste modo o Estado

Novo assumiu um projeto totalizante para com a sociedade portuguesa, onde os direitos individuais deveriam submeter – se aos interesses coletivos, devendo o Estado enquadrar todas as atividades políticas antidemocrático, conservador e de carácter nacionalista.

Salazar criticava abertamente o liberalismo e o pluralismo, defendendo um regime de partido único, tendo criado, em 1930, a União Nacional, um movimento político que congregava as forças da direita conservadora, monárquica, autoritária e fascista, sendo o único partido político autorizado. Ainda em 1930 fez aprovar o *Ato Colonial*, defendendo amplamente que a presença portuguesa nos territórios ultramarinos fazia parte de uma missão histórica e civilizadora do país, aclarando, assim, a noção de dependência das colónias para com a metrópole, para evitar a inviolabilidade da integridade territorial, de modo a fortalecer o Estado. No ano de 1933, criou o Estatuto do Trabalho Nacional que regulava as relações de trabalho entre trabalhadores e patrões através de uma lógica corporativista, inspirado no modelo de Estado corporativista de Mussolini. Este postulava que o poder legislativo deveria ser atribuído a corporações representativas dos interesses económicos, industriais ou profissionais, nomeados por intermédio de associações de classe, que através dos quais os cidadãos, devidamente enquadrados, participariam na vida política, social e cultural; impunha uma economia dirigida e intervencionada, de modo a que se criassem instituições reguladoras dos conflitos de interesse entre a classe patronal e a classe laboral. Os objetivos deste modelo eram criar organismos capazes de prevenir movimentos de acção coletiva com conotações à ideologia marxista que incentivava à luta de classes e controlar todos os que tentassem rebelar – se contra o regime. A estes, competia o regulamento de salários, dos preços dos produtos, dos níveis de produção, dos horários de trabalho, feriado, férias e das manifestações de cariz cultural, assim como evitar alguma tentativa de greve, de reuniões livres de trabalhadores. Estes organismos eram designados por corporações, que agrupavam os Sindicatos Nacionais e os Grémios patronais, Casas do Povo, Casas do Pescadores e outras corporações de cariz cultural, moral e social, pois assim e de acordo com a política do Estado Novo, defender – se – ia melhor os interesses da Nação. Existia, também, uma Câmara Corporativa, composta por elementos dos Sindicatos Nacionais, dos Grémios, das Casas do Povo e dos Pescadores e das corporações de cariz cultural, como as federações nacionais e regionais, e as Uniões, dedicadas sobretudo ao desporto e às manifestações culturais, como os ranchos folclóricos, moral e social.



Figura 58 Esquema em pirâmide sobre o sistema corporativo

Funcionavam, ainda, como uma corrente veiculadora da ideologia do regime salazarista.

Seguindo o modelo fascista, Salazar vai criar um Estado autoritário e dirigista, personalista, conservador, anticomunista, antiliberal, antissocialista, com um pendor fortemente rural e nacionalista. Um Estado autoritário e dirigista, na medida em que se baseava na autoridade do Estado, o qual sabia o que era melhor para a população e que era a este que competia ditar todos os objetivos económicos, políticos e culturais a atingir. A autoridade deste assentava mais na figura do Presidente do Conselho, António Oliveira Salazar, do que na figura do Presidente da República, que ficara reduzida a um papel meramente consultivo e decorativo. O Presidente do Conselho detinha o poder de legislar ou de recusar leis que emanadas da Assembleia Nacional ou da União Nacional.

Era um Estado de carácter personalista pois exaltava a figura de António Oliveira Salazar, promovia o culto do Chefe da Nação, contudo não o deificando como acontecia nos regimes similares, como o fascismo e o nazismo. Salazar criou uma imagem de próprio, austera, de dedicação e empenho na sua missão de governar, de estudioso e analista dos problemas da Nação e com grande capacidade de decisão. Sendo visto como um herói do povo, profundamente temente a Deus, era venerado como chefe indiscutível que sabia perfeitamente conduzir o seu povo e o que era melhor para o futuro do país. As suas decisões nunca foram contestadas e organizavam – se manifestações nacionais que sublimavam a sua ação no poder.



Figura 59 Salazar visto como o salvador da Pátria

Este regime apresentava um forte pendor conservadorista, não só pela forte inspiração cristã, o que o fazia diferenciá-lo do nazismo e do fascismo, mas também pelo seu carácter anticomunista, antiliberal, antissocialista e por repudiar qualquer construção que promovesse a industrialização e a modernidade urbana do país, fonte de vícios e deturpadora dos valores da família e da boa moral cristã e podia desviar a mulher, pilar da organização familiar e do lar, que deveria ser submissa, carinhosa, boa mãe e sempre disposta a apoiar o marido a quem caberia a árdua tarefa de sustentar a família. Para Salazar a industrialização podia fomentar a luta de classes entre um operariado esclarecido e um patronato demasiado frágil para o combater.

O carácter nacionalista que apregoava tinha como grande finalidade congregar todos os portugueses em torno da edificação de uma grande e forte Nação, para elevar Portugal ao lugar onde o seu passado glorioso o tinha remetido. Este objetivo foi atingido através de grandes manifestações de carácter nacionalista público, empreendidas pela forte propaganda que o Estado Novo, fazia passar pela mão de António Ferro, que estava à frente do Secretariado da Propaganda Nacional. Estas mensagens pretendiam alcançar a união nacional e reprimir todos que se opunham ao regime, dizendo que eram antipatriotas, que estavam a soldo de interesses estrangeiros, que queriam dividir o país para um dia poder governar e que a sua ação desestabilizadora e desordeira só fragilizaria Portugal, legitimando – se assim toda a ditadura e todos os seus instrumentos repressivos. Servindo – se da História, a Propaganda inculcou, desde cedo e sobretudo nas escolas a ideologia do Estado, promovendo a obediência e o acriticismo.

Regime fortemente repressivo, estava munido de organismos preparados para reprimir toda e qualquer tentativa de oposição ao Estado Novo e à sua ideologia, como a Censura Prévia e a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), mais tarde designada por Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). A Censura Prévia

impedia a publicação de livros ou revistas da oposição, controlava as notícias diárias de todos os jornais, programas de rádio, o cinema, os espetáculos.

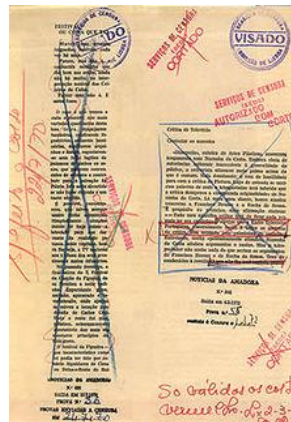


Figura 60 censura do jornal "Notícias da Amadora" de 21 de julho de 1970



Figura 61 O Zé Povinho lendo o jornal

De acordo com a historiadora Irene Pimentel: "Embora a polícia política já tivesse sido criada anteriormente em Portugal e a violência já fosse uma das características da atuação desta e de outras forças policiais, foi a partir do regime de Salazar, chegado à chefia do governo em 1932, e em particular desde 1933, com a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que a Ditadura portuguesa - Estado Novo -, se munuiu verdadeiramente desse instrumento para vigiar, reprimir e neutralizar os seus principais adversários políticos".

A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PDVE), que perseguia, prendia, torturava, matava os que organizadamente ou não tentava lutar contra o regime do Estado Novo



Figura 62 guia de transferência de um preso político da cadeia de Caxias para a cadeia do Aljube



Figura 63 ilustração sobre os métodos de tortura

Criaram – se campos de concentração, como o de Tarrafal, em Cabo Verde e as tristemente famosas prisões de Caxias, de Peniche, de Aljube e a prisão da PIDE na cidade *invicta* do Porto (situada na esquina da Rua do Heroísmo com o Largo Soares dos Reis)

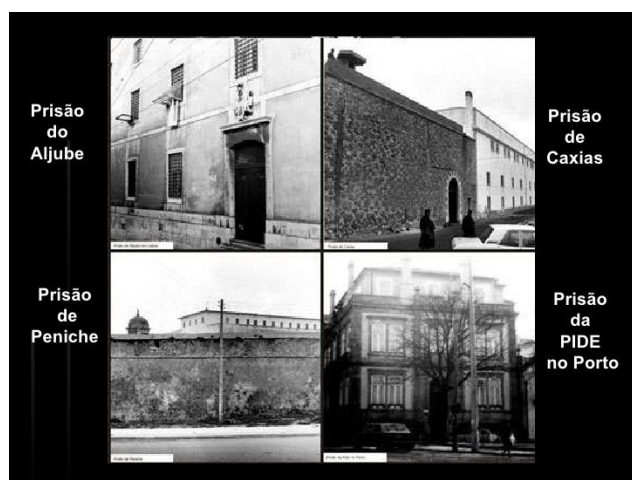


Figura 64 imagem das várias prisões da PVDE/PIDE



Figura 65 Cadeia do Tarrafal - Cabo Verde – Candidata a património mundial da Humanidade

À semelhança dos regimes fascista e nazista, o regime do Estado enquadrava as massas de um modo totalitário. Para além, da União Nacional, onde figurava uma estrutura representativa das profissões, das regiões e de outras organizações do regime, um outro organismo de enquadramento de massas era a Legião Portuguesa aspirava ser uma verdadeira força para – militar de defesa do Estado, de combate anticomunista e aos opositores do regime



Figura 66 Boletim da Legião Portuguesa

Os seus membros tinham uma farda, andavam armados, manifestavam – se publicamente contra os opositores do Estado, boicotando comícios ou outras ações dos opositores ao regime. Uma outra entidade que servia este propósito de enquadramento de massas, era a Mocidade Portuguesa. Destinava – se aos jovens, primeiramente apenas aos jovens do sexo masculino e mais tarde criou – se a mesma entidade para jovens do sexo feminino, a Mocidade Portuguesa Feminina. Destinava – se a todos os jovens dos 7 aos 14 anos e pretendia inculcar os valores nacionalistas nos jovens através de ações semanais nas escolas e nos liceus, da prática desportiva, da edição de revistas populares e de marchas de tipo militar



Figura 67 - Meninos envergando a farda da Mocidade Portuguesa

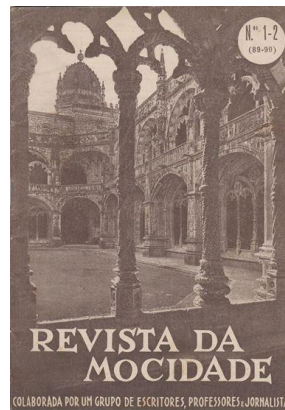


Figura 68 Revista da Mocidade Portuguesa



Figura 69 Vanguardistas, cadetes da Mocidade Portuguesa



Figura 70 Atividade desportiva da Mocidade Portuguesa

Vanguardistas Cadetes da
Mocidade Portuguesa

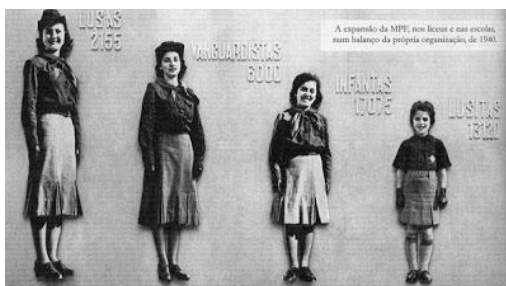


Figura 71 Diferentes fases da Mocidade Portuguesa Feminina

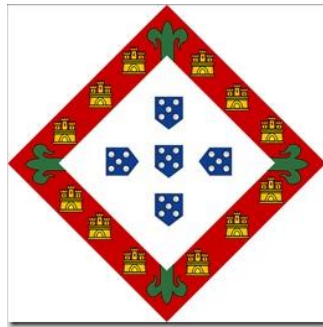


Figura 72 Emblema da Mocidade Portuguesa Feminina

O regime do Estado Novo contava ainda com outros dois organismos para alcançar o objetivo do enquadramento das massas; a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, que à semelhança das suas congéneres nazi e fascista, pretendia controlar os tempos livres dos trabalhadores através do entretenimento, promovendo sessões de cinema, férias nas praias e no campo, espetáculos de teatro, sempre de acordo com os princípios ideológicos do Estado Novo de modo a recrutar trabalhadores para integrar os Sindicatos Nacionais, controlados pelo regime. Só podiam beneficiar destas benesses quem pertencesse às diversas organizações proporcionadas pelo Estado Novo. Um último organismo, dedicado às mulheres salazaristas, com o objetivo de as tornar um veículo de transmissão dos valores do Estado Novo; o respeito pela Pátria; pela família e pelos valores cristão, cristalizados na célebre trilogia de Salazar «Deus, Pátria e Família», era a Obra das Mães para a Educação Nacional. Este organismo procurava inculcar nas jovens a imagem da mulher ideal, que deveria ser boa dona de casa, limpa e organizada, uma mãe compreensiva e carinhosa, capaz de transmitir aos filhos as grandes lições do grande chefe da Nação, Salazar; uma esposa submissa ao marido, a quem deveria apoiar na sua árdua tarefa de sustentar a família.



Figura 73 A Srª Condessa de Rivas discursando na Junta Central da Obra das Mães pela Educação Nacional



Figura 74 Mãe, esposa e dona - de - casa. Papéis femininos valorizados e incentivados no Estado Novo.

AS AULAS LECIONADAS

Nos dias 21, 22 e 27 de novembro do transato de 2017, lecionei três aulas de 100 minutos do módulo 7 do Programa da disciplina de História A do 12º ano – “Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX”, sobre o ponto 2.5 do ponto 2, “Portugal: o Estado Novo”, tendo abordado o ponto 2.5.1. – “O triunfo das forças conservadoras; a progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político.

A aula do dia 21 de novembro de 2017

A primeira aula que lecionei sobre o Estado Novo, no dia 21 de novembro de 2017 seguindo o programa proposto pelo Ministério da Educação, subordinada à temática “*O triunfo das forças conservadoras; a progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político*” - e cujo sumário foi: Da ditadura militar ao Estado Novo, tinha como objetivos gerais:

Conhecer e compreender as realizações e dificuldades da 1.ª República (1910-1914)

1. Comparar a Constituição de 1911 com a Constituição da Monarquia Constitucional (Carta Constitucional de 1826), salientando as ruturas operadas e as continuidades.
2. Avaliar o alcance das principais realizações da 1.ª República ao nível da legislação social, da laicização do Estado, das medidas educativas e financeiras.
3. Explicar o descontentamento criado por medidas da 1.ª República em largos setores da população portuguesa.
4. Justificar a instabilidade política vivida durante a 1.ª República.

E os objetivos específicos:

Obj. 1. Conhecer e compreender as realizações e dificuldades da 1.ª República (1910-1914)

Desc. 1; Desc. 2; Desc. 3; Desc. 4

Obj.2. Conhecer e compreender o derrube da Primeira República e a sua substituição por um regime ditatorial (1914-1926)

Desc. 1; Desc. 2; Desc. 3; Desc. 4

As questões orientadoras para esta temática indicadas pelo Programa de História A do 12.º e que foram por mim abordadas foram:

- De que forma Salazar chegou ao poder?
- Quais as principais características do Estado Novo?
- Que afinidades/semelhanças há entre o Estado Novo e o fascismo italiano?

Seguindo uma metodologia com um diálogo orientado que estimule o raciocínio; uma exposição clara e ordenada para a resolução das questões de exploração dos documentos, individualmente ou em grupo (de pares ou mais alargado) propostas pelo manual, baseada nas teorias de Bruner. Comecei por fazer um enquadramento de como o Estado Novo tinha surgido.

Para mostrar como se concretizou a ideologia conservadora, nacionalista, antidemocrática, corporativista e autárquica do Estado Novo, recorri, para uma melhor visualização e compreensão da temática à visualização da imagem e de um texto biográfico de Salazar patente no manual da disciplina (Doc. 46, p. 152), solicitei aos alunos que identificassem as convicções políticas de Salazar, indiciadoras da sua proximidade ao modelo fascista italiano.

No que concerne à avaliação, esta foi baseada na observação direta focada na qualidade das intervenções e respostas dos alunos às questões por mim levantadas, e na forma como os discentes fizeram a exploração dos documentos e na resolução em casa de um TPC, que consistia numa ficha formativa.

Para finalizar a aula elaborei uma síntese escrita com as ideias fundamentais transmitidas ao longo, recorrendo à visualização de um PowerPoint por mim elaborado, o qual figurará em anexo.

Esta aula, embora tendo sido planificada com antecedência, poderia ter sido lecionada de uma maneira mais pedagógica, visto que a História é uma disciplina muito abrangente, permitindo que se faça um número infinito de ligações. Assim partindo da temática que estava sendo abordada, *“O triunfo das forças conservadoras; a progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político” – Da*

ditadura militar ao Estado Novo, poderia dar uma explicação sobre a diminuição do desenvolvimento da indústria em Portugal e as consequências dessa diminuição, apresentado um quadro cronológico interativo, recorrendo ao uso das novas tecnologias e dos materiais interativos disponibilizados pelo manual digital da disciplina, no entanto, devido à falta de ligação à internet, não me foi possível fazer desta aula uma abertura para uma viagem do passado ao presente.

A aula de 22 de novembro de 2017

No seguimento desta aula, abordei os aspetos conservadorista e tradicionalista do Estado Novo, seguindo a mesma metodologia adotada para lecionar a primeira aula. As questões orientadoras desta aula foram: “De que forma Salazar chegou ao poder? Quais as principais características do Estado Novo, Qual as afinidades/semelhanças há entre o Estado Novo e o fascismo italiano?” a avaliação dos alunos foi feita de acordo modelo adotado na aula anterior.

Os objetivos gerais e específicos propostos a serem alcançados no desenvolvimento da temática, nesta aula seriam: promover o desenvolvimento de competências que permitissem a explicação do descontentamento criado por medidas da 1ª República e justificassem a instabilidade política vivida durante a vigência desta e a ascensão de Oliveira Salazar ao poder com a imposição da ditadura civil. Os objetivos específicos centravam – se em dar a conhecer e e na compreensão do derrube da Primeira República e a sua substituição por um regime ditatorial (1914-1926) relacionando -o com a ascensão de Oliveira Salazar e a levar os discentes a enunciar os aspetos conservadoristas e tradicionalistas do Estado Novo.

Sobre a avaliação utilizei o mesmo modelo que tinha utilizado no decorrer da aula anterior. No entanto, poderia ter feito a partir da análise de uma fonte escrita, como por exemplo, notícias da época, retiradas dos exemplares dos jornais contemporâneos que estão online, uma discussão, formando grupos de 4, visto que a turma dava para ser dividida em grupos e, no fim um dos elementos do grupo iria partilhar com a turma as ideias mais relevantes que tinham lido e que poderiam resumir a parte da matéria que tinha sido lecionada durante a aula, permitindo uma síntese da aula construída pelos próprios alunos. Estaria aqui, a aplicar o modelo pedagógico de Bruner, na medida em

que contribuiria e estaria a ajudar os alunos a construírem o seu próprio conhecimento, descobrindo novos elementos que contribuíssem, para avançarem para um patamar mais aprofundado do conhecimento.

A aula de 27 de novembro de 2017

Na aula do dia 27 de novembro, abordei os objetivos da temática em questão sobre os aspetos da ideologia conservadora, nacionalista, antidemocrática, corporativista e autoritária do Estado Novo e a caracterização da “política do espírito” do Estado Novo, focando a Constituição de 1933, a qual se revestia de uma supremacia do poder executivo e permitia a existência de um partido único, o culto do chefe, de modo a que os alunos fossem capazes de reconhecer o carácter ditatorial do Estado Novo e o conceito de corporativismo.

Sobre a avaliação no decorrer da aula, mantive o mesmo método que utilizei nas aulas anteriores.

Os alunos não revelaram grandes dificuldades na assimilação do conhecimento veiculado no decorrer do desenvolvimento da temática abordada, o que permitiu que se avançasse com a próxima temática vigente no Programa de História A do 12º ano, lecionada pela mestranda Daniela Guinapo.

Numa próxima oportunidade para lecionar esta temática tentarei fazê-lo de uma forma mais interativa, uma vez que há uma imensa variedade de suportes digitais sobre esta temática, como por exemplo, o Powerpoint didático disponibilizado pela Escola Virtual, que estimula um diálogo que leva a uma melhor consolidação e um aprofundamento dos conhecimentos previamente adquiridos.





Figura 75 Exemplos dos slides do PowerPoint sobre o Estado Novo, disponibilizado pela "Porto Editora", na Escola Virtual

Seguindo as orientações anexadas ao PowerPoint, para depois, de uma forma mais convencional, pôde fazer uma avaliação qualitativa, suportada pela resolução da ficha do caderno de atividades, em conjunto de turma, correspondente à temática abordada. Contudo esta atividade, que possibilitaria uma presumível preparação para um futuro exame final, iria, também, despoletar o debate entre os alunos, de modo a que estes, sempre orientados por mim, de modo a servir de andaime, como Bruner defende.

Para esta atividade destinei 10 minutos, seria alargada para 15 minutos, no entanto senti necessidade de a estender por mais 5 minutos, pois o diálogo com os alunos estimulou o interesse destes pela temática.

NASCIMENTO E AFIRMAÇÃO DE UM NOVO QUADRO GEOPOLÍTICO

Lecionei ainda mais três aulas de 100 minutos, nos dias 8, 9 e 11 de janeiro do presente ano de 2018, dedicadas ao módulo 8 do Programa de História A do 12º ano – “Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao início da década de 80 – opções internas e contexto internacional”, abordando, apenas o ponto 1 deste módulo – “Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico”.

Este módulo pressupõe que os alunos aprendam a sumariar as decisões tomadas em Ialta e Potsdam; identificar os objetivos que presidiram à criação da ONU; descrever a forma de funcionamento desta Organização; enunciar as diretrizes económicas definidas na Conferência de Bretton Woods; localizar temporal e espacialmente as duas fases da descolonização; valorizar o impulso dado pela ONU e pelas superpotências ao processo de descolonização; caracterizar a “Guerra Fria”; mostrar que o confronto entre as duas superpotências, defensoras de modelos político – económicos antagónicos, condicionou a vida internacional (este item constitui uma aprendizagem estruturante do exame final do 12º ano); caracterizar as políticas económicas e sociais das democracias ocidentais (este item constitui uma aprendizagem estruturante do exame final do 12º ano); analisar a extensão da influência soviética no Mundo; equacionar as realizações e as debilidades das economias de direção central; explicar o “milagre japonês”; caracterizar o moaísmo; descrever o processo de formação da CEE; apresentar os fundamentos do neocolonialismo e descrever a crise económica dos anos 70.

A aula do dia 8 de janeiro de 2018

Na aula do dia 8 do corrente mês de janeiro do presente ano de 2018, comecei por introduzir a nova temática “Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico”, abordando o ponto 1. 1. – “A Reconstrução do pós – guerra”, que constituía o objetivo geral deste ponto da matéria a lecionar, onde foquei os objetivos específicos requeridos por este, que eram destacar a interação entre a política interna e externa dos Estados e o seu condicionamento por fatores geoestratégicos. Para levar a que os discentes

alcançassem estes objetivos comecei por introduzir o tema, dando o sumário no princípio da aula e começando a falar sobre a Conferência de Teerão, mostrando que esta tinha ocorrido entre os dias 28 de Novembro e 2 de Dezembro de 1943, e onde se tinha delineado: o Desembarque da Normandia, o que constituiria um ataque de surpresa para as forças alemãs que esperavam que o desembarque das forças aliadas ocorresse em Calais, por se encontrar numa posição estratégica, perto de Inglaterra; a estratégia a utilizar nesse desembarque, que iria ocorrer num Dia, que foi o dia 6 de junho de 1945; as Bases das partilhas territoriais, entre as forças vencedoras aliadas, que eram os Estados Unidos da América (EUA), a União das Repúblicas Sociais Socialistas (URSS), a Inglaterra, para libertar os países invadidos pelos países do Eixo Roma, Berlim e Tóquio, levando a cabo a derrota destes; o primeiro esboço da divisão da Alemanha e as definições das fronteiras da Polónia, que se transformou num objetivo não atingido por parte das forças aliadas, nesta conferência.



Figura 76 - Os líderes das forças aliadas, presente na Conferência de Teerão - Josef Stalin, da URSS; Franklin Delano Roosevelt, dos EUA; Winston Leonard Spencer Churchill, de Inglaterra

Na Conferência de Ialta ou Conferência da Crimeia, ocorrida entre os dias 3 e 11 de fevereiro de 1945, alcançou – se a definição da fronteira entre a Polónia e a União Soviética; decidiu – se a organização num futuro próximo de uma conferência preparatória das Nações Unidas – a Conferência de S. Francisco, nos EUA, que ocorreu entre 25 de abril e 26 de junho de 1945; estipulou-se o supervisionamento dos “três grandes” na futura constituição dos governos dos países de Leste, que tinham sido ocupados pelos países do Eixo e estabeleceu – se a quantia de 20 000 milhões de dólares a pagar pela Alemanha aos países por ela invadidos e ofendidos

Na Conferência de Potsdam, (que ficou conhecida pela subida de tensão entre os três líderes), ocorrida entre os dias 17 de julho e 2 de agosto de 1946, decidiu – se a perda provisória da soberania da Alemanha e a sua divisão em 4 áreas de ocupação, a

administração conjunta da cidade de Berlim, também dividida em 4 áreas, o montante e o tipo de indenizações a pagar pela Alemanha, que não chegou aos 20 000 milhões de dólares, inicialmente propostos por Josef Stalin; o julgamento dos criminosos de guerra nazis (Tribunal Internacional de Nuremberga) e a divisão, ocupação e desnazificação da Áustria.



Figura 77- A divisão da Alemanha

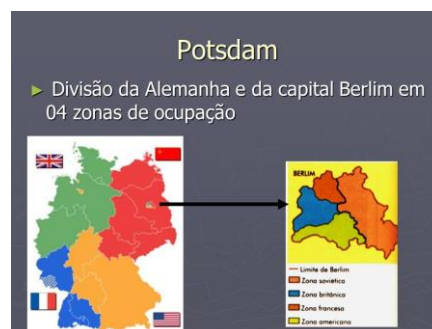


Figura 78 Divisão da cidade de Berlim, decidida na Conferência de Potsdam

Mostrando, assim como se tinha construído uma nova ordem internacional que iria esboçar um novo quadro geopolítico, não só a nível europeu, onde a Itália se torna uma república democrática, mas também nos outros continentes como foi o caso do Japão, na Ásia, que sofreu um processo de democratização sob a direção general americano MacArthur.

O esquema que se segue apresenta algumas das alterações mais significativas do pós-2ª Guerra Mundial

despertado o interesse dos alunos para uma investigação mais detalhada sobre a presente matéria.

A aula do dia 9 de janeiro de 2018

No dia 9 de janeiro do presente ano, a aula tinha como objetivos gerais abordar a organização das Nações Unidas e as novas regras da economia internacional – A Conferência de Bretton Woods, sendo os objetivos específicos, que constituiriam o desenvolvimento da aula os seguintes: os propósitos das Nações Unidas, que foram estabelecidos na Conferência de S. Francisco ocorrida entre 24 de abril a 26 de Junho de 1945), e definidos pela Carta das Nações Unidas assinada a 26 de junho de 1945 pelos 51 países signatários, tendo sido retificada por todos os países, marcando a fundação oficial da ONU, em 24 de Outubro de 1945. Os objetivos desta Organização são:

- ✓ Manutenção da paz no mundo
- ✓ Cooperação económica, cultural entre os povos (prevenção de tensões e confrontos)
- ✓ Promoção do respeito pelos direitos humanos.
- ✓ Relações de amizade entre as nações, assentes no princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos
- ✓ Respeito pelos direitos fundamentais do Homem e pelas liberdades fundamentais dos cidadãos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião

Em 1948 foi aprovada Declaração Universal dos Direitos do Homem, pela Assembleia – Geral.

A sua ação incide sobre a Mediação de conflitos procurando soluções pacíficas; envio de tropas (capacetes azuis) para os países em guerra; Intervenção em situações de catástrofe, no combate a doenças e na recuperação económica de Estados; consolidação do regime democrático como por exemplo no acompanhamento de eleições livres e democráticas e no patrocínio do direito dos povos à autodeterminação e independência.

O organograma dos órgãos de funcionamento das Nações Unidas pode ser apresentado da seguinte forma:

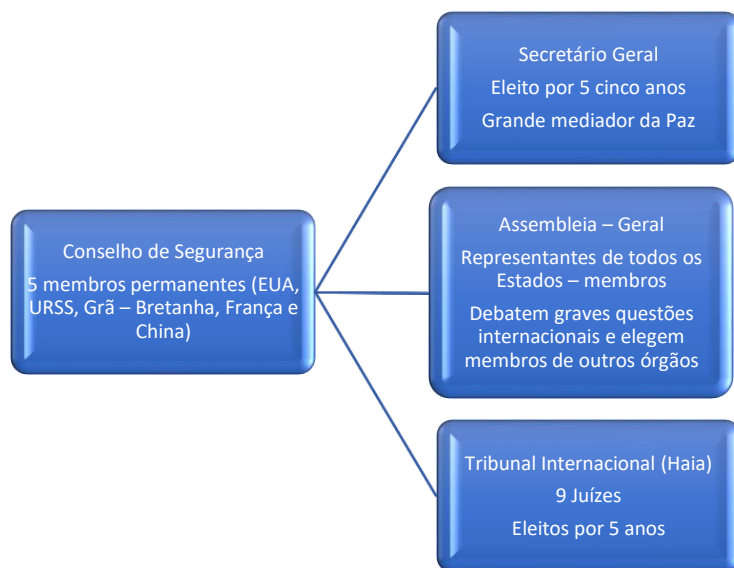


Figura 81 Organograma da Organização das Nações Unidas

Esta Organização conta o suporte de instituições especializadas para a ajudarem na concretização dos seus árduos objetivos. Estas são:

INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS E ÁREAS DE AÇÃO DA ONU



Figura 82 Instituições especializadas e áreas de ação da ONU

A explicação dos objetivos e a apresentação do organograma da Organização das Nações Unidas, levantou algumas dúvidas e acendeu um diálogo construtivo sobre esta Organização por parte dos discentes, o que permitiu a construção de uma síntese baseada na leitura e análise dos documentos pp 16, 17, 18, 19 e 20 do manual, sobretudo ao se abordar a questão de Israel, país formado pela ONU em 1947, formando dois estados no mesmo território: o Estado de Israel, judeu e a Palestina, árabe. Os judeus tinham sido expulsos deste território pelos romanos. O seu regresso gerou forte oposição dos países vizinhos, gerando confrontos que se prolongam até aos dias de hoje. Por este motivo o segundo objetivo específico, constante da planificação foi transferido para a aula seguinte, que se iria realizar no dia 11 de janeiro do corrente ano.

A presente aula foi bem-sucedida, pois despertou o interesse dos alunos, não apenas por ser um tema de matéria estruturante para o exame que iriam realizar em junho do corrente ano, mas também por lhes ser caro, tendo em atenção que a maioria dos alunos têm as suas origens em países, onde a ONU (Organização das Nações Unidas) opera.

A aula do dia 11 de janeiro de 2018

No dia 11 de janeiro do corrente ano, a aula contou a com presença do Sr. Prof. Miguel Corrêa Monteiro, diretor do Mestrado em Ensino da História 3º ciclo e secundário, que se dirigiu à Escola Secundária da Baixa da Banheira com a finalidade de observar uma aula por lecionada e, do colega do curso de mestrado, atrás mencionado, o Mestrando João Luis Canha.

Esta aula começou pela continuação da temática anterior, tendo sido depois dado cumprimento ao segundo objetivo geral que incidia sobre a Primeira vaga de descolonizações

Sendo iniciada pela apresentação do sumário, seguida de uma introdução, explicando que os Estados Unidos da América prepararam – se para liderar uma nova ordem económica baseada na cooperação internacional. Estavam convictos de que o nacionalismo económico dos anos 30 prejudicara seriamente o crescimento económico, tendo influenciado o eclodir do conflito bélico

Pretendia – se prever e estruturar a situação monetária e financeira mundial do período de paz, para tal convocaram esta conferência que contou com os mais prestigiados economistas de 44 países, entre os quais se destacam Harry Dexter White, do Tesouro Americano, e John Maynard Keynes, de Inglaterra.



Figura 83 Representantes dos 44 países participantes na Conferência de Bretton Woods

Nesta conferência foi proposto um novo sistema monetário internacional para garantir a estabilidade das moedas, indispensável ao incremento das trocas, podendo regularizar o comércio mundial, os pagamentos e a circulação de capitais, e evitar – se o círculo vicioso das desvalorizações monetárias, e impedir a instabilidade das taxas de câmbio que marcou os anos 20 e 30 do século XX.

Propunha – se que o novo sistema estivesse assente no dólar, tendo em atenção que a América tinha as maiores reservas e o Tesouro Americano permitia a fácil conversão do peso em ouro das restantes moedas, possibilitando que as restantes moedas tivessem uma taxa de paridade fixa (nem as valorizações, nem as desvalorizações podiam ultrapassar o 1%). Em Bretton Woods cria – se para operacionalizar o sistema o FMI – (Fundo Monetário Internacional), ao qual recorreriam os bancos centrais dos países com dificuldades em manter a paridade fixa ou equilibrar a sua balança de pagamento;

O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial destinado a financiar os projetos de fomento económico a longo prazo

Nesta conferência a América lança a proposta de se formar uma organização internacional de comércio - GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), o qual gerou alguma controvérsia tendo – se apenas conseguido um consenso sobre esta matéria na Conferência de Genebra em 1947. Este Acordo incidia sobre a redução de taxas aduaneiras e assim como direitos aduaneiros e outras restrições comerciais. 23 países assinaram o acordo. Em 1995 dá origem à Organização Mundial de Comércio.



Figura 84 Sede da Organização Mundial de Comércio - Centro William Rappard - Genève - Suíça

Com o alcance deste acordo, ficou estabelecida a redução dos direitos alfandegários, assim como as restrições comerciais impeditivas tanto da inflação como desinflação. Este também fomentava a criação de um espaço económico no qual os países abririam as suas fronteiras mutuamente, promovendo as uniões aduaneiras, como o BENELUX, que mais tarde viria a ser o embrião da Comunidade Económica Europeia (CEE), e à qual Portugal viria aderir à CEE em 1985, e o tratado de adesão foi assinado a 1 de janeiro de 1986

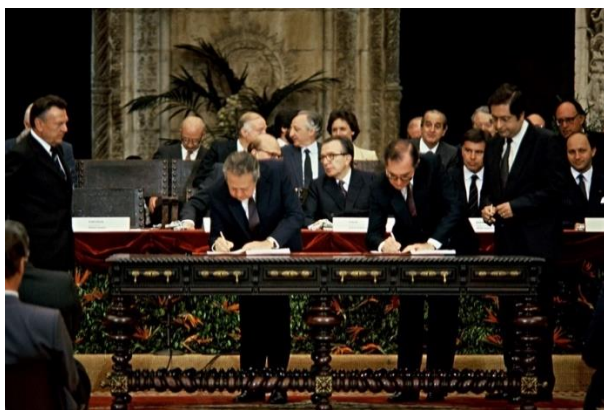


Figura 85 Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, em 1 de janeiro de 1986, assinado no Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa

Avançando para o segundo objetivo geral da planificação da aula, e dando cumprimento aos objetivos específicos por este exigido: localizar temporal e espacialmente as duas grandes fases da descolonização, tendo explicado aos discentes o conceito de descolonização; valorizar o impulso dado pela ONU e pelas duas superpotências ao processo de descolonização, iniciei a temática por apresentar quatro grandes figuras desta primeira vaga do processo de descolonização, o General Sukarno – Indonésia; Ho Chi Minh – Vietname; Gandhi, da Índia e Kwame Nkrumah, do Gana.



Figura 86 General Sukarno – Indonésia

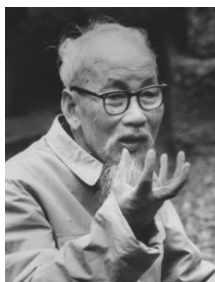


Figura 87 Ho Chi Minh - Vietname

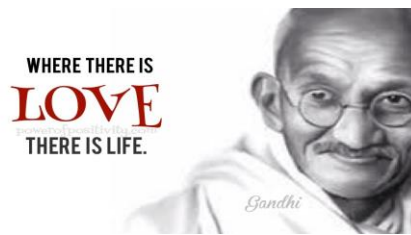


Figura 88 Mahatma Gandhi

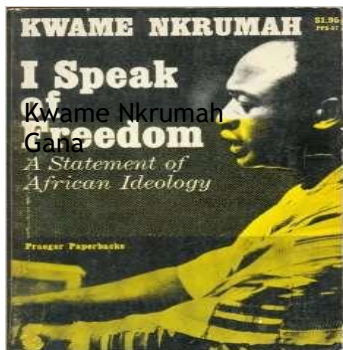


Figura 89 Kwame Nkrumah

Referenciei que o processo de descolonização, apesar de ter as origens no final da 1ª Guerra Mundial, reacendeu – se novamente no final da 2ª Guerra que tinha abalado o prestígio europeu na Ásia e despertou nos povos dominados para a defesa da liberdade e da democracia (lutaram, na II Guerra Mundial, ao lado das metrópoles por estes direitos) e que a atual conjuntura internacional era favorável a este processo, pois estes povos tinham o apoio das duas superpotências vencedoras, os Estados Unidos e da União Soviética. Ambas as superpotências tinham para além da defesa dos seus ideais; os Estados Unidos defendiam a descolonização das colónias por se lembrarem do seu passado colonial e a União Soviética porque via na colonização um modo da luta de classes entre os opressores, mais fortes, neste caso, os países colonizadores e os oprimidos, os países colonizados; viam no processo de descolonização uma oportunidade para alargarem a sua zona de influência e conquistarem novos mercados. Também, a ONU, cujo um dos objetivos era o apoio à autodeterminação e à independência dos povos, o qual foi enumerado na aula subordinada ao seu estudo, condenava a repressão dos movimentos independentistas. Este movimento de descolonização, contou, também com o apoio às reivindicações nacionalistas das colónias por parte da opinião pública das metrópoles, a qual tinha convivido com elementos de uma elite de “colonizados” que tinha sido educada nas metrópoles e que assumiam a luta pela independência.

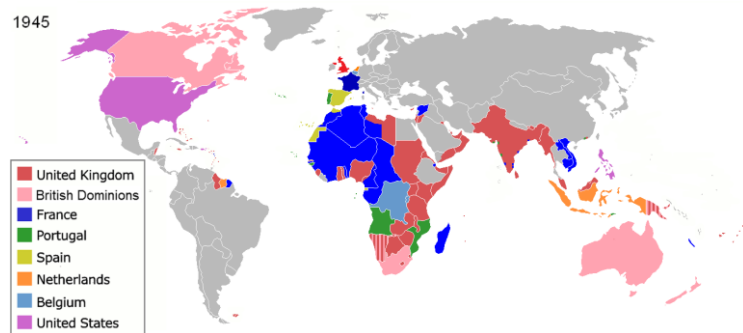


Figura 90 Os impérios coloniais no fim da 2ª Guerra Mundial

O processo de descolonização desenvolveu – se de três maneiras distintas: uma via armada, uma via pacífica e por uma fase tardia, onde se insere a descolonização das colónias ultramarinas portuguesas

A primeira vaga descolonização pode ser balizada entre 1945 e 1959. Apresenta duas facetas; uma via armada e uma via pacífica.

Na via armada da descolonização podemos incluir as descolonizações da Indonésia, liderada pelo General Sukarno. Era uma colónia da Holanda que em 1949 e após cinco ano de luta intensa e devido à pressão da ONU, reconhece a independência à sua colónia; a Indochina, sob a liderança de Ho Chi Minh, que contava com o apoio da China comunista, vê a sua independência reconhecida em 1954, após nove anos de luta e de guerrilha, pela França que contava com o apoio militar e financeiro dos Estados Unidos. Deste processo vão surgir dois estados Vietname do Norte (Comunista) e Vietname do Sul (pró-ocidental).

Na via pacífica, podemos incluir a Índia sob a liderança de Mohandas Gandhi (Mahatma Gandhi) que defendia a não violência e que tinha granjeado enorme prestígio a nível mundial. Através de manifestações pacíficas, jejuns, manifestações públicas, greves de fome, boicote sistemático a tribunais, escolas, consegue persuadir Inglaterra a conceder a Independência, em 1947, à Índia e ao Paquistão, país vizinho, muçulmano, com quem tinha fundado a União indiana; o Gana, o primeiro país da África Negra, a se tornar independente. O seu líder Kwame Nkrumah inspirou – se em Gandhi, para conseguir que o Reino Unido concedesse, em 1957 a independência ao seu país. Outras colónias, como as Filipinas, já tinha visto a sua soberania reconhecida pelos Estados Unidos, logo em 1946.

No fim de todo este enorme processo de descolonização que vai marcar o terceiro quartel do séc. XX o Mundo vai conhecer um novo mapa, que abaixo figura.

O mundo descolonizado

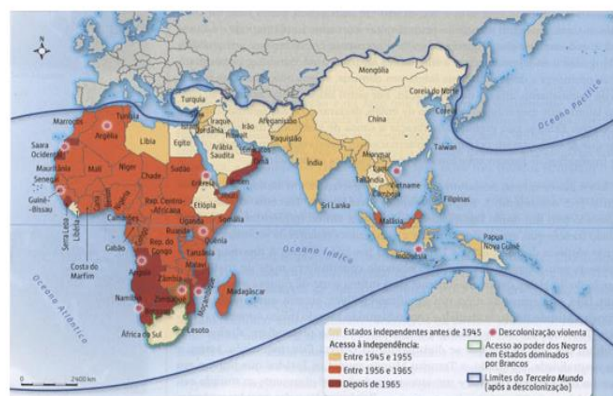


Figura 91 O Mundo descolonizado

Tendo em atenção que a matéria da aula anterior transitou para a presente aula, não foi possível utilizar os 20 minutos, geralmente, dedicados ao diálogo orientado com os alunos, a partir do qual se iria elaborar uma síntese sobre as diretrizes económicas saídas da Conferência de Bretton Woods.

A avaliação foi feita com a base na participação oral dos alunos.

É sempre constrangedor para uma pessoa saber que está a ser avaliada diretamente, o que provoca uma grande pressão psicológica, apesar de se ter preparado com antecedência e de ser um tem muito caro. No entanto, foi uma aula em que estava estipulado na planificação foi cumprido na integra. Deveria, contudo, ter tentado agilizar e esquematizar mais a matéria veiculada, pois esta acarretava conceitos complexos como por exemplo o conceito de paridade monetária para conseguirem o equilíbrio da balança monetária.

Para esta aula, devido à complexidade dos conceitos e por não constituir matéria estruturante para o exame final, não tinha qualquer atividade avaliativa preparada. Foi uma apenas uma aula de elucidação dos conceitos veiculados. No entanto, esta matéria, em especial, se for abordada numa aula de História Económica terá de ser trabalhada de uma forma mais aprofundada, visto que se está a veicular conceitos que edificam a atual estrutura económica mundial. Este facto implica que seja fornecido aos alunos um conjunto de materiais de suporte didático que os ajudem a compreender o encadeamento dos vários conceitos.

VI PARTE

**APLICAÇÃO PRÁTICA LETIVA DA TEMÁTICA
CENTRAL DO RELATÓRIO**

Antes de lecionar o tema por mim escolhido com temática central do presente relatório, abordei também o subtema 2.5.1. “O triunfo das forças conservadoras; a progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político inserido no ponto 2.5, “Portugal: O Estado Novo”, do tema 2, articulando depois com a temática presente no módulo 8, tendo em atenção que o módulo 7 aborda o período intervencionista do Estado em todos os domínios, devendo – se salientar a especificidade das ideologias em confronto e os processos de radicalização que ocorreram; as relações entre os aspetos económicos, políticos e ideológicos e as transformações socioculturais e de mentalidade que progressivamente se foram afirmando; clarifica a evolução de Portugal no período em análise, evidenciando – se os condicionalismos internos e as marcas da influencia de modelos externos.

A temática do Ensino no Estado Novo, enquadra – se no Módulo 8 do Programa de História A 10º, 11º e 12º anos do Curso Científico Humanístico de ciências Sociais e Humanas – Formação Específica – Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao Início da década de 80 – Opções internas e contexto internacional.

Estruturado em dois pontos essenciais, os quais requerem tipos de abordagem diferentes; uma analítica que versa sobre a História de Portugal e uma sintética que recai sobre a História Geral.

O seu desenvolvimento requiere o destaque sobre a interação entre política interna e externa do Estados, e o seu condicionamento por fatores geoestratégicos, o enfoque na complexidade da rutura operada pela Revolução de Abril na sociedade portuguesa, assim como o seu impacto internacional; evidenciar as transformações socioculturais do terceiro quartel do século, quer ampliando tendências já esboçadas no período antecedente, quer anunciando mudanças que se afirmarão a partir dos anos oitenta.

Tem uma previsão de lecionação em 32 aulas, 7 das quais destinam – se a um aprofundamento dos pontos 1.2. que incide sobre O tempo da guerra fria – a consolidação de um mundo bipolar, 2.1.- O imobilismo político e o crescimento económico do pós-guerra que precede o ponto 2. Portugal do autoritarismo à democracia e, ao ponto e 2.2.- Da Revolução à estabilização da democracia – O Movimento das Forças Armadas e a eclosão da revolução, para os quais o programa pressupõe 25 aulas, em virtude de abordar as seguintes temáticas; o desmantelamento das estruturas de suporte do Estado Novo; as

tensões político – ideológicas na sociedade e no interior do movimento revolucionário; a política económica anti – monopolista e intervenção do estado nos domínios económico e financeiro; a opção constitucional de 1976; o reconhecimento dos movimentos nacionalistas e o processo de descolonização; a revisão constitucional de 1982 e o funcionamento das instituições democráticas.

Em anexo, estão as planificações das aulas desta unidade

CONCLUSÃO

No presente relatório sobre a Prática de Ensino Supervisionada (PES), cujo tema central versou sobre “O Ensino durante o Estado Novo”, tentou – se dar uma panorâmica deste, durante este período da História de Portugal. Começando – se por focar o papel da escola na formação de uma consciência nacional. Uma ideia adotada do período liberal, do qual o regime do Estado Novo português quis abolir todos os vestígios. Para tal o papel do professor, e cedo se compreendeu que seria fundamental, no entanto pouco se investiu na sua formação e na sua missão, tendo – o feito mais sua doutrinação. A política de educação do Estado Novo estava espelhada no Boletim Escola Portuguesa, no qual se veiculava as principais linhas mestras do regime, como por exemplo o carácter tradicionalista, conservadorista, nacionalista, religioso e a condenação do progresso, em favorecimento do fomento da agricultura.

A formação que um professor deveria adquirir condensava – se no Boletim Escola Portuguesa, onde também estavam patentes “As lições de Salazar”, uma forma de fazer propaganda política ao regime e que o professor seguiria estritamente, de forma a transmiti – las às camadas mais jovens da população. Este boletim, na perspetiva da política de educação estadonovista tinha todas as diretrizes para a formação do professor, que acima de tudo tinha de ser um bom exemplo para a sociedade, uma pessoa exemplar, defensor da moral e dos bons costumes. A personalidade e a conduta do professor chegaram a ser mais valorizada do que a sua formação científica.

Durante este período, encerraram – se as escolas de magistério primário, sob o pretexto de uma política de contenção orçamental, mas o seu primeiro fundamento foi que o professor apenas tinha de ensinar os alunos a bem escrever, ler e contar.

Um outro aspeto que se salienta neste breve estudo sobre o Ensino durante o Estado Novo, é o papel do ensino da História que estava, se assim se pode afirmar, “ao serviço da propaganda das ideias do regime estadonovista, promovendo a defesa da exaltação dos valores nacionalistas que o Estado Novo tanto queria fomentar em prol de uma união nacional, trazendo para o presente as grandes figuras e feitos dos portugueses.

Para transmitir estes valores, para além dos cartazes alusivos às “Lições de Salazar”, patentes na sala de aula, onde também eram exibidos um crucifixo, os retratos do Presidente da República, o General Óscar Carona e do presidente do conselho de ministros, António Oliveira Salazar, incentivando o respeito, a obediência e o culto ao chefe, vários mapas de Portugal e das ex – colónias ultramarinas, socorre– se também, à semelhança dos regimes fascistas que grassavam por toda a Europa, a organizações da juventude afeta ao regime, como por exemplo a Mocidade Portuguesa.

A lecionação destas aulas de História constitui para mim uma experiência na minha aprendizagem como professora. A orientação da Sr^a Dr^a Noémia Bráz foi fundamental para me ajudar a vencer os obstáculos que se colocam a um professor de História que agora começa a dar os primeiros passos.

Todas as orientações dadas pela Sr^a Dr^a Noémia Bráz foram no sentido de me ajudar a construir a organização do saber adquirido ao longo da licenciatura e que agora pretendo partilhar com as gerações mais novas, através do ensino da História.

Aprendi como através de um método maioritariamente expositivo se podia contribuir para que os alunos construíssem o seu próprio conhecimento, proporcionando – lhes o contacto com diversos documentos, através dos quais poderiam inferir o seu próprio conhecimento. Com esta geração mais jovem aprendi a parar num pouco na minha diáspora pelo caminho da Humanidade, e refletir sobre muitos aspetos, relacionados com as duas temáticas que abordei, “Portugal: Estado Novo” e o “Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico – A reconstrução do pós-Guerra” que até então pensava ou via – os como imutáveis.

Lamento, no entanto, o não funcionamento de toda a estrutura informática da escola, que poderia contribuir para uma maior captação do interesse e estímulo pelas aulas, por parte dos alunos, assim como uma fixação destes à escola.

Contudo é uma escola onde se respira um clima de humanidade e solidariedade, tanto da parte da professora cooperante, a Sr^a Dr^a Noémia Bráz, como dos restantes professores e pessoal não docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando à reta final deste curso de Mestrado em Ensino da História, o qual me propus realizar, enfrentando, como qualquer outro trabalhador – estudante as inúmeras dificuldades que decorriam da conjugação da atividade laboral com a frequência do curso, tenho que reconhecer que superou em todos os aspetos as minhas expectativas. Tanto ao nível das Unidades Curriculares veiculadas, como da sua estruturação, assim como todo o suporte que o corpo docente constituinte deste curso proporcionou aos mestrandos.

Todas as temáticas por mim lecionadas foram escolhidas por mim, de acordo com o programa vigente, o que me proporcionou um maior à vontade para as poder abordar.

O tema central do presente relatório foi por mim escolhido, não só por proporcionar – me relatar aos alunos um pouco do que foi o ensino em Portugal durante o Estado Novo, ou seja na época dos seus avós, mostrando – lhes como se chegou ao atual sistema de ensino que possuímos atualmente, mas também por uma questão de familiaridade com o tema, uma vez que na minha família há várias pessoas que foram professores durante este período, nomeadamente a minha mãe, que foi **professora primária**. A ela devo a transmissão dos valores sociais e culturais, os quais me ensinou a usar no meu dia – a – dia, tal como a sua mãe lhe ensinou, ela também o fez comigo: “Se guardares uma só palavra do que te digo, serás feliz”. A ela também devo o gosto pelo ensino, que deve ser cultivado com calma e com a alegria de partilhar um bocado daquilo que aprendemos, não só na Escola, mas também na vida, fazendo com que desabrochasse em cada aluno, em cada Menino uma rosa cheia do encanto da sabedoria.

Elaborei o presente relatório com muito esforço e empenho, aprofundando o mais que consegui todas as temáticas nele presentes, desde do ensino durante o Estado Novo, em Portugal, ao nascimento de um novo mapa geopolítico, à emergência de uma nova ordem mundial, à inclusão da proposta de leção do tema central do presente relatório.

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, P. (2011). Para uma Teoria da Socialização. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 21, 121-139. Consultado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9864.pdf>
- Adão, A. C. & Leote, M. I. (2006). A Escola em Meio Rural do Estado Novo. A Formação dos seus Professores No(s) Discurso(s) do Poder (1933-1956), 77-89. Consultado a 10 de maio de 2013, em <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/8AureaAdao.pdf>
- Catarino, António Luis, “Preparar o Exame Nacional, História A 12”, Areal Editores, 2015
- Candeias, A. (2009). Educação, Estado e Mercado no Século XX. Apontamentos para o Caso Português numa Perspectiva Comparada. Lisboa: Edições Colibri.
- Couto do, Célia Pinto do, Maria Antónia Monterroso Rosas, “Um novo tempo da História”, Porto Editora, 2017
- Gameiro, F. L. (2012). A Política Educativa do Estado Novo, O Ensino Secundário Liceal. In F. Martins (coord.), A Formação e a Consolidação Política do Salazarismo e do Franquismo. As Décadas de 1930 e 1940. Lisboa: Edições Colibri.
- Hobsbawm, E. (2004). A Questão do Nacionalismo, Nações e Nacionalismo desde 1780. (2ª edição). Lisboa: Terramar.
- João, M. I. (1998). Organização da Memória In F. Bethencourt & K. Chaudhuri, História da Expansão Portuguesa. Do Brasil para África (1808-1930), (Vol. VI, pp. 376-424). Lisboa: Círculo de Leitores.
- João, M. I. (2001). Estado, Nação e Região. Arquipélago. Consultado em <http://hdl.handle.net/10400.3/361>
- João, M. I. (2002) Memória e Império. Comemoração em Portugal (1880-1960). Lisboa: Fundação Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- João, M. I. (2005). Memória, História e Educação. NW Noroeste, Revista de História
- Marques, A. H de Oliveira, *História de Portugal*, vol III, cap. XIII – «O Estado Novo», Palas Editores, Lisboa, 1985
- Mónica, M. F. (1977). «Deve ensinar-se o povo a ler»: A Questão do Analfabetismo (1926-1939). *Análise Social*, 13(50), 321-353

- Mónica, M.F. (1978). Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista 1926-1939). Lisboa: Editorial Presença.
- Nóvoa, A. (1993). A Imprensa da Educação e Ensino. Relatório Analítico (séculos XIX e XX). Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional.
- Ó, J. R. (1999). Os anos de Ferro, o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949, Ideologia, instituições, agentes e práticas. Lisboa: Editorial Estampa.
- Pereira, Maria Paula, A Escola Portuguesa ao serviço do Estado Novo
- Pinheiro, J. E. M. (1959). Introdução a Decroly. In Revista Magistério
- Pintassilgo, J. A. S. & Lume, F. (2002). A Inspeção Escolar – entre o Estado Novo e a Democracia, Consultado em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4039/1/A%20Inspec%C3%A7%C3%A3o%20escolar.pdf>
- Proença, M. C. (2000). Um Século de Ensino da História. Lisboa: Edições Colibri.

WEBGRAFIA

- <https://novaescola.org.br/conteudo/1851/o-vid-decroly-o-primeiro-a-tratar-o-saber-de-forma-unica>
- https://www.google.pt/search?biw=1706&bih=918&tbm=isch&sa=1&ei=Z1elW6q_KILekgWOiY7gAw&q=escolas+do+sexo+masculino+durante+o+estado+nov+em+portugal&oq=escolas+do+sexo+masculino+durante+o+estado+nov+em+portugal&gs_l=img.12...68576.78043.0.81916.11.11.0.0.0.174.1035.7j3.10.0....0...1c.1.64.img..1.0.0....0.eg8HvWEF5dM#imgsrc=j-lTEeIlRsp5FM:
- <https://www.publico.pt/2015/07/02/sociedade/noticia/no-tempo-das-reguadashttps://www.google.pt/search?q=novo+mapa+politico+apos+2+guerra+mundial&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwipifs-1700241#&gid=1&pid=1>
- <https://novaescola.org.br/conteudo/1851/o-vid-decroly-o-primeiro-a-tratar-o-saber-de-forma-unica>
- <http://www.arqnet.pt/dicionario/miguel1.html>
- <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=319>

- <https://www.google.pt/search?q=novo+mapa+politico+apos+2+guerra+mundial&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ved=0ahUKEwipif>
- <http://ensina.rtp.pt/artigo/irene-pimentel-faz-um-retrato-da-mulher-no-estado-novo/>
- http://alvarolivros.com/content/images/thumbs/0002931_revista-mocidade-continuacao-da-mocidade-portuguesa_550.jpeg
- <https://www.bestnetleiloes.com/media/lots/28744/26275.jpg>
- <http://espacoememoria.blogspot.pt/2013/11/encontros-de-outono-violencia-e-poder.html>
- <http://roinesxxi.blogs.sapo.pt/policia-repressiva-nasceu-com-a-1331759>
- <http://cheirinhoahistoria.blogspot.pt/2011/01/portugal-ditadura-salazarista.html>
- <http://maquinatemporal.blogspot.pt/2010/01/queda-da-primeira-republica.html>
- <https://jpn.up.pt/2014/05/28/28-de-maio-de-1926-o-dia-em-que-portugal-entrou-no-caminho-do-estado-novo/>
- https://upload.wikimedia.org/wikipedia/pt/3/3d/Retrato_oficial_do_Presidente_%C3%93scar_Carmona_%281933%29_-_Henrique_Medina.png
- <http://histgeo6.blogspot.pt/2014/05/o-golpe-militar-de-28-de-maio-de-1926.html>
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_de_28_de_Maio_de_1926
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mendes_Cabe%C3%A7adas
- <https://www.google.pt/search?biw=1422&bih=771&tbm=isch&sa=1&ei=idNjWsXDOMnTU-DvneGJ&q=General+Gomes+da+Costa&oq=Gen>
- <https://www.todamateria.com.br/modernismo-em-portugal/>
- https://iglusubversivo.files.wordpress.com/2009/12/bandeira_marx_engels_e_le_nin.jpg
- <http://www.revistafenix.pro.br/PDF10/ARTIGO7.SECAO%20LIVRE.Ana.Teresa.Contier.pdf>

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Cartaz alusivo à campanha de combate ao analfabetismo empreendida pelo Estado Novo	7
Figura 2 Liceu Nacional Sá da Bandeira	8
Figura 3 A missão do Professor	10
Figura 4 Escola do sexo feminino Figura 5 Escola do sexo masculino	15
Figura 6 Imagem alusiva à Restauração da Independência de Portugal em 1640	17
Figura 7 Cartaz de Almada Negreiros, apelando ao voto na constituição de 1933	18
Figura 8 Capa de um caderno escolar, onde exalta a heroicidade dos portugueses	18
Figura 9 A multidão à espera de ouvir Salazar discursar	19
Figura 10 Saudação romana adotada pela mocidade portuguesa	19
Figura 11 A imagem que Salazar passou de si próprio	19
Figura 12 "Este doce País que é Portugal - pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes(...)"	21
Figura 13 Ovide Decroly	23
Figura 14 Padrão dos Descobrimentos	24
Figura 15 Ministro Gustavo Cordeiro Ramos	24
Figura 16 D. João I	25
Figura 17 Guernica - Pablo Picasso	26
Figura 18 Mapa de Portugal Insular e Império Colonial Português	27
Figura 19 Família típica portuguesa no período do Estado Novo (década de 50)	28
Figura 20 A Lição de Salazar - "Deus, Pátria, Família"	29
Figura 21 Cardeal Cerejeira e Salazar	29
Figura 22 O milagre de Ourique	29
Figura 23 Batalha de Aljubarrota	31
Figura 24 Ministro António Faria Carneiro Pacheco	31
Figura 25 Infante D. Henrique	32
Figura 26 Sebastião José de Carvalho e Melo - Marquês de Pombal e Conde de Oeiras ...	34
Figura 27	35
Figura 28 Mocidade Portuguesa	35
Figura 29 Símbolo do Corpo Nacional de Escuteiros de Portugal	38
Figura 30 Farda da Mocidade Portuguesa	40
Figura 31 Jean Piaget	51
Figura 32 teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget	55
Figura 33 Jerome Bruner	57
Figura 34 Esquematização dos estádios de desenvolvimento cognitivo da criança	62
Figura 35 esquematização do processo de aprendizagem em espiral proposto por Bruner	63
Figura 36 Vista parcial da Baixa da Banheira	67
Figura 37 mapa da freguesia da Baixa da Banheira	68
Figura 38 Biblioteca Municipal 2 - Vale da Amoreira	69
Figura 39 Benito Mussolini	80
Figura 40 imagem comemorativa do aniversário da Revolução russa	81
Figura 41 Símbolo do Partido Nacional Fascista	81
Figura 42 Flappers	83
Figura 43 Dadaísmo	84

Figura 44 Cubismo - Guernica	84
Figura 45 Revista Orpheu e os seus fundadores - Fernando Pessoa; Mário de Sá Carneiro e Almada Negreiros.....	85
Figura 46 Esttua do General Gomes da Costa, em Braga	88
Figura 47 Almirante Mendes Cabeçadas	88
Figura 48 Gomes da Costa e as suas tropas desfilam vitoriosos em Lisboa no dia 6 de junho de 1926	89
Figura 49 Notícia sobre o novo governo saído do golpe dmilitar de 28 de maio, publicada no jornal "Correio da Extremadura", atual "Correio do Ribatejo"	89
Figura 50 - Retrato oficial Presidente Óscar Carmona	90
Figura 51 O golpe militar de 28 de maio acabou por servir de base ao Estado Novo	90
Figura 52 A crise anuncia - se: fala um político francês.....	93
Figura 53 mapa sobre a mundialização da crise de 1929	93
Figura 54 - Fila em Louisville, Kentucky, em 1937:	94
Figura 55 - Uma mãe camponesa com os filhos a chorarem de fome segundo a fotografia Dorothea Lange.....	94
” Figura 56 Estado Novo.....	101
Figura 57 Cartoon aludindo a Oliveira Salazar como o doutor que iria dar o tratamento que país precisava	102
Figura 58 Esquema em pirâmide sobre o sistema corporativo.....	104
Figura 59 Salazar visto como o salvador da Pátria	105
Figura 60 censura do jornal "Notícias da Amadora" de 21 de julho de 1970.....	106
Figura 61 O Zé Povinho lendo o jornal.....	106
Figura 62 guia de transferência de um preso político da cadeia de Caxias para a cadeia do Aljube.....	106
Figura 63 ilustração sobre os métodos de tortura	107
Figura 64 imagem das várias prisões da PVDE/PIDE.....	107
Figura 65 Cadeia do Tarrafal - Cabo Verde – Candidata a património mundial da Humanidade.....	107
Figura 66 Boletim da Legião Portuguesa	108
Figura 67 - Meninos envergando a farda da Mocidade Portuguesa	108
Figura 68 Revista da Mocidade Portuguesa.....	109
Figura 69 Vanguardistas, cadetes da Mocidade Portuguesa	109
Figura 70 Atividade desportiva da Mocidade Portuguesa.....	109
Figura 71 Diferentes fases da Mocidade Portuguesa Feminina	109
Figura 72 Emblema da Mocidade Portuguesa Feminina	110
Figura 73 A Srª Condessa de Rivas discursando na Junta Central da Obra das Mães pela Educação Nacional	110
Figura 74 Mãe, esposa e dona - de - casa. <u>Papéis femininos</u> valorizados e incentivados no Estado Novo.	111
Figura 75 Exemplos dos slides do PowerPoint sobre o Estado Novo, disponibilizado pela "Porto Editora", na Escola Virtual	117
Figura 76 - Os líderes das forças aliadas, presente na Conferência de Teerão - Josef Stalin, da URSS; Franklin Delano Roosevelt, dos EUA; Winston Leonard Spencer Churchill, de Inglaterra	120
Figura 77- A divisão da Alemanha	121
Figura 78 Divisão da cidade de Berlim, decidida na Conferência de Potsdam	121
Figura 79 - Esquema de outras alterações no mapa geopolítico dos pós 2ª Guerra Mundial	122
Figura 80- Uma Europa dividida.....	122

Figura 81 Organograma da Organização das Nações Unidas	124
Figura 82 Instituições especializadas e áreas de ação da ONU.....	125
Figura 83 Representantes dos 44 países participantes na Conferência de Bretton Woods	126
Figura 84 Sede da Organização Mundial de Comércio - Centro William Rappard - Genéve - Suíça	127
Figura 85 Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, em 1 de janeiro de 1986, assinado no Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa	128
Figura 86 General Sukarno – Indonésia	128
Figura 87 Ho Chi Minh - Vietname	128
Figura 88 Mahatma Gandhi	129
Figura 89 Kwame Nkrumah.....	129
Figura 90 Os impérios coloniais no fim da 2ª Guerra Mundial	130
Figura 91 O Mundo descolonizado	131

ⁱ Mudança social, em que os trabalhadores independentes (artesãos, pequenos proprietários) perdem o controlo dos meios de produção, passando a serem trabalhadores assalariados – Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora